





# **REVISTA CIENTÍFICA DA FAMINAS**

Volume 9 – Número 3  
set.-dez. de 2013



**MANTENEDORA – LAEL VARELLA EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA.**

Diretor presidente – **Misael Artur Ferreira Varella**;  
Diretor administrativo e financeiro – **Luciano Ferreira Varella**;  
Diretor adjunto – **Lael Vieira Varella Filho**;  
Diretora executiva – **Luisa Ribeiro Varella**;  
Gerente administrativo e financeiro/Muriaé – **Eduardo Goulart Gomes**.  
Gerente Administrativo/BH – **Geraldo Lúcio do Carmo**

**FACULDADE DE MINAS – FAMINAS – CAMPUS MURIAÉ**

Diretor geral – **Luciano Ferreira Varella**  
Diretor de ensino – **Roberto Santos Barbiéri**  
Coordenadora acadêmica – **Roberta de Freitas Gouvêa**

COORDENADORES DE CURSOS: Administração – **Telêmaco Pompei**; Biomedicina – **Luciana de Andrade Simão**; Ciências Contábeis – **Jorge Luis de Oliveira**; Direito – **Poliana Aroeira Braga**; Educação Física – **Guilherme Tucher**; Enfermagem – **Soraya Lúcia do Carmo da Silva Loures**; Farmácia – **Micheline Luiza de Souza Lopes**; Fisioterapia – **Bruna Moraes Araújo**; Nutrição – **Denise Felix Quintão**; Psicologia – **Giselle Braga de Aquino**; Sistemas de Informação – **Otávio A Martins Netto**.



COORDENADORIAS TÉCNICAS: Extensão/Estágios – **Mário Fernando Rodrigues Júnior**; Pesquisa – **Alexandre Horácio Couto Bittencourt**.

**FACULDADE DE MINAS – FAMINAS – CAMPUS BH**

Diretor geral – **Luciano Ferreira Varella**  
Diretora acadêmica – **Ivana de Cássia Raimundo**  
Supervisão acadêmica – **Cristiane Chaves Caldas**

COORDENADORES DE CURSOS: Administração – **Tatiana Domingues Pereira**; Biomedicina – **Camila Henriques Coelho**; Ciências Contábeis – **Rosália Gonçalves Costa Santos**; Direito – **Charley Teixeira Chaves**; Enfermagem – **Sônia Maria Nunes Viana**; Farmácia – **Maria Betânia de Freitas Marques**; Medicina – **Luiz Carlos Coelho**; Nutrição – **Vanessa Patrocínio de Oliveira**; Serviço Social – **Liliane Maria de Fátima Ribeiro**; Sistemas de Informação – **Rodrigo Almeida Soares**.

COORDENADORIAS TÉCNICAS: Estágios – **Alessandra Navarro de Castro**; Extensão e Pós-graduação – **Alexandre Freitas Niserani**; Pesquisa – **Cláudia Maria Correia Borges Rech**.



ISSN 1807-6912

Faculdade de Minas (FAMINAS)

**REVISTA CIENTÍFICA DA FAMINAS**

Volume 9 – Número 3  
set.-dez. de 2013

EDITORA FAMINAS



Copyright © 2013: EDITORA FAMINAS

Revista Científica da FAMINAS. – v. 9, n. 3 (set./dez.) 2013 – Muriaé  
– Belo Horizonte – FAMINAS – Faculdade de Minas, 2013 –

Quadrimestral.

ISSN: 1807-6912

1. Revista Científica da FAMINAS – Periódicos. I. FAMINAS –  
Faculdade de Minas.

**EDITORA FAMINAS**

Av. Cristiano Ferreira Varella, 655 (Bairro Universitário)

CEP: 36880-000

Muriaé – MG

Telefone: 0/xx/32/3729-7501 ramal 7554

E-mail: [editora@faminas.edu.br](mailto:editora@faminas.edu.br)

**Assuntos relacionados à permuta**

**da Revista Científica da FAMINAS**

**são tratados pela Biblioteca da FAMINAS-Muriaé**

Av. Cristiano Ferreira Varella, 655 (Bairro Universitário)

CEP: 36880-000

Muriaé – MG

Telefone: 0/xx/32/3729-7520

E-mail: [bibliointercambio@faminas.edu.br](mailto:bibliointercambio@faminas.edu.br)

---

**NO FINAL DESTA EDIÇÃO ESTÃO AS NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS**

---

ISSN 1807-6912

**Revista Científica da FAMINAS (Faculdade de Minas)**

Muriae/Belo Horizonte – MG – Volume 9 – Número 3 – set.-dez. de 2013

Publicação quadrimestral

Editora executiva

**Lenise Lantelme**

Conselho editorial

**Allan Kardec Carlos Dias** (Doutor em Ciência dos Alimentos pela Universidade Federal de Lavras • UninCor – Três Corações, MG).

**Gislene da Silva** (Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo • UFSC – Florianópolis, SC).

**Luiz Ademir de Oliveira** (Doutor em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro • UFSJ – São João del Rei, MG).

**Maria das Graças Cardoso** (Doutora em Química pela Universidade Federal de Minas Gerais • UFLA – Lavras, MG).

**Roberto Santos Barbiéri** (Doutor em Físico-Química pela Universidade de São Paulo • FAMINAS – Muriae, MG / UNEC – Caratinga, MG).

**Silvane Vestena** (Doutora em Ciências Agrárias (Fisiologia Vegetal) pela Universidade Federal de Viçosa • UNIPAMPA - São Gabriel, RS).

**Solange Muglia Wechsler** (Doutora em Educational Psychology pela University of Georgia, EUA • PUCCAMP – Campinas, SP).

Capa

**Editora FAMINAS**

Editoração eletrônica

**Lenise Lantelme**

Revisão de português e normas da ABNT

**Sônia Maria Dal-Sasso**

**Lenise Lantelme**

Revisão de inglês e espanhol

**Alessandra Soares**



## SUMÁRIO

### ARTIGOS

#### CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

- Avaliação comparativa da qualidade  
de comprimidos de Dipirona Sódica referência, genérico e similar ..... 11  
*Elisa Gomes Lanna, Grayck Revinotte Leão,  
Raquel Agrícola de Siqueira, Adriana de Freitas Soares*
- Avaliação dos padrões físico-químicos do leite pasteurizado  
comercializado em Muriaé (MG) ..... 23  
*Marcos Vinícius Costa Silva, Denise Felix Quintão, Fernanda Fernandes*
- Desempenho funcional em crianças com paralisia cerebral ..... 35  
*Marina Fernandes de Souza, Rafael Gonzalez de Oliveira,  
Clarissana Araújo Botaro, Luciana de Andrade Agostinho,  
Eustáquio Luiz Paiva-Oliveira*
- Efeito da música sobre o número de repetições  
em exercício contra-resistido ..... 47  
*Maurílio Dutra Brandão Moreira, Marcelo Ribeiro Ramos*
- Uso de psicofármacos pelos albergados do presídio de Muriaé (MG) ..... 57  
*Eliane Romana de Abreu Nóbrega, Andre Luiz Ignachitti Honório,  
Letícia Muller Miranda, Bruno Coelho Souza,  
Juliana Maria Rocha S. Crespo*

## CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

A construção social da realidade no jornalismo:  
uma análise a partir do embate Globo versus Record ..... 69  
*Lauro Almeida de Moraes*

As estratégias retóricas utilizadas por Dilma e Serra  
no primeiro turno do HPGE de 2010 ..... 93  
*Luiz Ademir de Oliveira, Thamiris Franco Martins*

Perfil das mulheres vítimas de violência doméstica  
de uma cidade do interior da Zona da Mata Mineira ..... 115  
*Raphaela Oliveira Sampaio, Giselle Braga de Aquino*

NORMAS TÉCNICO-EDITORIAIS PARA ENVIO DE ARTIGOS  
PARA A REVISTA CIENTÍFICA DA FAMINAS ..... 133





## **CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE**





## Avaliação comparativa da qualidade de comprimidos de dipirona sódica referência, genérico e similar

Elisa Gomes LANNA, eglanna@hotmail.com.br<sup>1</sup>; Grayck Revinotte LEÃO<sup>1</sup>; Raquel Agrícola de SIQUEIRA<sup>1</sup>; Adriana de Freitas SOARES<sup>2</sup>

1. Acadêmicos do Curso de Farmácia da Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé (MG);
2. Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente pelo Centro Universitário Plínio Leite (Unipli), Niterói (RJ); professora na FAMINAS, Muriaé (MG).

Artigo protocolado em 18 mar. 2013 e aprovado em 28 nov. 2013.

**RESUMO:** Comprimidos referência, genérico e similar de dipirona sódica 500 mg, adquiridos em drogaria na cidade de Muriaé (MG), foram analisados em relação aos padrões de qualidade estabelecidos pela Farmacopéia Brasileira. Todos os comprimidos analisados apresentaram resultados insatisfatórios no teste de friabilidade. Com exceção dos medicamentos referência, os outros dois apresentaram teores de princípio ativo fora dos limites especificados, e o medicamento similar foi reprovado também no teste de uniformidade de dose unitária.

**Palavras-chave:** dipirona sódica, controle de qualidade.

**ABSTRACT:** Quality comparison evaluation of dipyrone tablets reference, generic and similar. Reference tablets, generic and similar to dipyrone

500 mg, purchased in a drugstore in Muriaé (MG), were analyzed in relation to the quality standards established by the Brazilian Pharmacopoeia. All the tablets analyzed showed unsatisfactory results in the friability test. With the exception of the reference medicine, the other two showed levels of active ingredient outside the specified limits, and the similar product also failed the uniformity of dosage unit test.

**Keywords:** dipyrone, quality control.

**RESUMEN: Evaluación de comparación de calidad de comprimidos dipirona referencia, genéricos y similares.** Tabletas de referencia, genéricos y similares de dipirona 500 mg, comprados en una farmacia en Muriaé (MG), fueron analizados en relación a los estándares de calidad establecidos por la Farmacopea Brasileña. Todas las pastillas analizadas mostraron resultados poco satisfactorios en el ensayo de friabilidad. Con excepción de los medicamentos de referencia, los otros dos mostraron niveles de ingrediente activo fuera de los límites especificados, y en el producto similar también reprobaron la prueba de uniformidad de dosis unitaria.

**Palabras claves:** dipirona, control de calidad.

## Introdução

A dipirona sódica é pertencente à família das pirazolonas, as substâncias mais antigas advindas de síntese farmacêutica (1-fenil-2,3-dimetil-5-pirazolona-4-metilaminometanossulfônico). No Brasil, é um medicamento isento de prescrição (MIP), de menor preço e com variadas formulações farmacêuticas (solução oral, injetável, comprimidos e supositórios), sendo largamente utilizado para sintomas banais, como, por exemplo, dores crônicas (DIOGO, 2003).

É um fármaco usualmente encontrado como um pó cristalino, branco e inodoro. É considerado um anti-inflamatório não esteroide (AINE) fraco, mas com ações analgésica e antipirética potentes, sendo indicado para patologias como cefaléias, dores reumáticas e neuralgias de fibras musculares lisas, pós-operatórias e de outras origens. Pode também ser utilizado em casos de febre

provocada por quadros em que não é possível o uso de ácido acetilsalicílico (AAS). É rapidamente absorvida pelas variadas vias de administração. Quando administrada por via oral, seu efeito antipirético é notado em aproximadamente 30 minutos, podendo durar de 4 a 6 horas. Seu mecanismo de ação é baseado na inibição da síntese de prostaglandinas, prostaciclina e tromboxano, e pela inibição reversível e irreversível da enzima ciclooxigenase (COX<sub>1</sub> e COX<sub>2</sub>). Suas ações ocorrem no tanto no sistema nervoso central como no sistema nervoso periférico (HARDMAN; LIMBIRD, 2001).

A dipirona pode causar sérias reações adversas e, na maior parte dos países desenvolvidos (Canadá, Dinamarca, Austrália, Estados Unidos, Reino Unido, Suécia, Noruega etc.), ela não é comercializada (BONFIM, [20--]). A reação adversa mais relevante decorrente do uso da dipirona é a agranulocitose. Na década de 70, foi relatada a existência de casos de agranulocitose relacionados ao uso da dipirona, o que limitou sua prescrição em pelo menos 16 países (LUCCHETTI et al., 2010). Em um encontro patrocinado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre a segurança do uso da dipirona, concluiu-se que, quando comparada com outros analgésicos/antipiréticos existentes no mercado, a dipirona apresenta segurança e eficácia suficiente para continuar a ser comercializada no Brasil como um MIP (ANVISA, 2001).

Apesar de existirem estudos apontando que a utilização da dipirona apresenta um bom risco-benefício, é extremamente importante que os medicamentos produzidos apresentem alto padrão de qualidade. A efetividade dos fármacos em suas respectivas formas farmacêuticas depende do trabalho do controle e garantia de qualidade, que tem papel fundamental em todas as etapas da produção de um medicamento. A análise apropriada das matérias-primas, dos produtos intermediários e do produto acabado, associado ao controle adequado dos processos de produção, é essencial para determinar que o medicamento seja eficiente e seguro. Desvios nas características recomendadas podem significar riscos graves para a saúde dos pacientes, podendo até mesmo tornar-se um problema de saúde pública (PUGENS; DONADUZZI; MELO, 2008).

A qualidade do comprimido é resultado do cumprimento de várias operações que, quando coordenadas, garantem características adequadas para que o mesmo seja considerado eficaz (MOISÉS, 2006). Sabendo-se de todos os interferentes possíveis durante um processo de produção de comprimidos, como possíveis interações entre os excipientes, problemas de fluxo no processo de compressão, degradação do princípio ativo, entre outros, faz-se necessário uma análise do produto acabado para garantir que ele esteja dentro das especificações de qualidade e segurança necessárias para seu uso (SUPP, 2011).

A dipirona é um medicamento que possui grande importância na clínica médica no Brasil. É um dos medicamentos utilizados para o tratamento dos

sintomas da dengue e faz parte da lista de medicamentos do programa Farmácia Popular do Ministério da Saúde (BRASIL, 2005). Assim, este trabalho tem como objetivo realizar o controle de qualidade físico-químico de comprimidos de dipirona – referência, genérico e similar – adquiridos em uma drogaria da cidade de Muriaé (MG), a fim de avaliar sua qualidade através de ensaios descritos na Farmacopéia Brasileira.

## **I – Material e métodos**

Os materiais e métodos utilizados para realização dos ensaios analíticos seguiram as monografias citadas na **Farmacopéia brasileira**, 5ª edição (2010).

### **1.1 – Amostras**

Foram analisados três lotes diferentes de três marcas comerciais contendo dipirona sódica, sendo um referência, um genérico e um similar na forma farmacêutica comprimido de 500 mg. As análises foram realizadas com todos os rótulos originais envolvidos com nova identificação, sendo referência (denominado R), genérico (denominado G) e similar (denominado S), a fim de se manter o sigilo e a segurança das amostras em análise. Todos os lotes foram adquiridos em um estabelecimento comercial farmacêutico localizado na cidade de Muriaé (MG). As análises foram realizadas no laboratório da Fundação Cristiano Varella.

### **1.2 – Peso médio**

Utilizando balança analítica, foram pesados individualmente 20 comprimidos de cada lote, e foi determinado o peso médio. Considerando as quantidades de princípio ativo, a literatura determina que a variação aceitável é de  $\pm 5\%$ . Assim, não mais que duas unidades podem estar fora deste limite, e nenhuma poderia estar acima ou abaixo do dobro do valor obtido.

### **1.3 – Dureza**

Foi utilizado o Durômetro Mod. 248- AT Nova Ética. Para cada ensaio, foram utilizados 10 comprimidos. Os resíduos presentes no equipamento entre cada determinação foram descartados. Os comprimidos foram testados individualmente obedecendo sempre o mesmo padrão. O valor médio foi obtido através da média das 10 determinações. O resultado especificado na literatura deve ser de no mínimo 30 N.

#### **1.4 – Friabilidade**

Os comprimidos foram pesados e introduzidos individualmente no cilindro de acrílico do Friabilômetro Mod. 300 Nova Ética. Após as 100 rpm, foram removidos os resíduos de pós da superfície dos comprimidos, e os mesmos foram pesados novamente. Nenhum comprimido poderia apresentar-se quebrado, lascado, rachado ou partido. A diferença entre o peso inicial e o final representou a friabilidade. A perda deve ser menor que 1,5 % do peso total dos comprimidos utilizados no ensaio.

#### **1.5 – Desintegração**

Foi utilizado Desintegrador Mod. 301 Nova Ética, e cada amostra foi realizada individualmente. Foi utilizado como líquido de imersão água a temperatura de aproximadamente 37 °C. O tempo de ensaio utilizado foi de 30 minutos, como descrito na literatura, período durante o qual os comprimidos deveriam estar totalmente desintegrados.

#### **1.6 – Teor de princípio ativo**

Foi transferida quantidade de pó previamente pulverizado correspondente a 0,35 g de dipirona sódica para erlenmeyer, adicionado 25 mL de água destilada, 5 mL de ácido acético glacial e homogeneizado até dispersão completa. A bureta graduada de 50 mL, foi lavada três vezes com a solução titulante. Titulou-se com Iodo 0,05 M SV, em temperatura abaixo de 15 °C. Utilizaram-se 3 gotas de amido SI como indicador. Cada mL de Iodo 0,05 M equivale a 17,57 mg de dipirona sódica. As análises foram realizadas em triplicata para garantir os resultados obtidos pelo método iodométrico, devido as dificuldades de execução do mesmo.

#### **1.7 – Uniformidade de dose unitária**

A uniformidade de dose unitária foi realizada pelo método de variação de peso, que consiste em utilizar o peso individual de 10 comprimidos e, a partir dos resultados do peso médio e do doseamento, calcular o conteúdo de dipirona sódica em cada comprimido. Em seguida foi calculado o valor de aceitação (VA)

$$VA = [M - X] + Ks$$

Onde:

$\bar{X}$  = Média dos conteúdos individuais ( $x_1, x_2, \dots, x_n$ ), expressa como porcentagem da quantidade declarada.

$M$  = valor de referência, se  $98,5\% \leq \bar{X} \leq 101,5\%$ , então  $M = \bar{X}$ ; se  $\bar{X} < 98,5\%$  então  $M = 98,5\%$ ; se  $\bar{X} > 101,5\%$  então  $M = 101,5\%$ .

$K$  = Constante de aceitabilidade,

$k = 2,4$ .

$s$  = Desvio padrão da amostra.

O produto cumpre o teste de uniformidade de doses unitárias se o VA calculado para as 10 unidades testadas não for maior que  $L_1$ . A menos que indicado de maneira diferente na monografia individual, o valor de  $L_1$  é 15.

## II – Resultados e discussão

A monografia de um medicamento disponível na farmacopeia determina os limites aceitáveis para os variados critérios de qualidade que uma formulação deve apresentar para ser aprovada. Quando um medicamento obedece tais critérios, tem-se a máxima garantia possível de que será produzido um produto farmacêutico que poderá ser utilizado com segurança pela população (BRASIL, 2003).

Na avaliação da qualidade dos comprimidos de dipirona sódica 500 mg, foi realizada pesquisa experimental em que foram cumpridos os testes físicos de peso médio, friabilidade, dureza, desintegração, uniformidade de dose unitária e o teste químico de teor de princípio ativo. Os dados estão apresentados na Tabela 1, sendo analisados de acordo com as especificações estabelecidas pela **Farmacopéia brasileira**, 5ª edição (2010).

A partir dos valores obtidos para os pesos individuais encontrados e do cálculo do peso médio, foi determinado o limite de variação para cada lote analisado. Nenhum comprimido analisado ficou fora dos limites especificados (limite de variação de  $\pm 5\%$ ). Portanto, os valores encontrados estão em conformidade com as especificações estabelecidas pela **Farmacopéia brasileira** (2010) em relação ao peso dos comprimidos. A determinação e os ajustes dos pesos dos comprimidos, no decorrer do processo de compressão, são procedimentos relevantes, uma vez que as fórmulas são baseadas no peso das formas farmacêuticas, o que influencia diretamente a concentração de princípios ativos em cada unidade (VAZ; FERREIRA; OLIVEIRA, 2011).

Para avaliação da resistência dos comprimidos de dipirona sódica 500 mg, foi determinada a dureza em dez comprimidos de cada lote, em Newton



**TABELA 1** Resultados dos ensaios realizados com comprimidos de dipirona sódica 500 mg – referência, genérico e similar

ENSAIOS	Referência	Genérico	Similar	Especificações
<b>Peso médio</b>	0,5267 g	0,629 g	0,5691 g	Não mais que duas unidades fora do limite de +/- 5%
<b>Dureza</b>	79 N	178 N	131 N	Mínimo de 30 N
<b>Friabilidade</b>	5,010%	5,978%	6,031%	? 1,5%
<b>Desintegração</b>	5'17"	8'2"	9'38"	< 30 minutos
<b>Doseamento</b>	98,39%	111,14%	116,46%	95 – 105%

(unidade de força). Foi observado que todos os comprimidos foram rompidos com uma força acima de 30 N, que corresponde à força mínima aceitável para que ocorra o rompimento dos comprimidos no teste de dureza, especificado pela **Farmacopéia brasileira** (2010).

No teste de friabilidade dos comprimidos de dipirona sódica foi observado que todos os comprimidos analisados apresentaram perda superior a 1,5%, estabelecido pela **Farmacopéia brasileira** (2010), e que, entre as amostras, o medicamento similar apresentou perda de massa maior que os medicamentos referência e genérico. A importância do teste de friabilidade é a verificação da resistência dos comprimidos à perda de peso, quando sujeitos aos choques mecânicos resultantes de processos industriais e ações do cotidiano, tais como produção, embalagem, armazenamento, transporte e distribuição, e o próprio manuseio pelo paciente. A alta friabilidade pode resultar em perda do princípio ativo, comprometendo a eficácia terapêutica do medicamento, tendo como consequência a inaceitabilidade pelo paciente e a interrupção do tratamento, devido ao mau aspecto provocado pelas quebras e rachaduras (PEIXOTO et al., 2005).

Na determinação do tempo de desintegração dos comprimidos de dipirona sódica 500 mg, observou-se que todos os comprimidos estavam completamente desintegrados antes de 30 minutos, que é o tempo máximo determinado pela **Farmacopéia brasileira** (2010). A desintegração de comprimidos é um fator que interfere diretamente na absorção, biodisponibilidade e a ação terapêutica do fármaco. Dessa maneira, para que o princípio ativo permaneça disponível para ser absorvido e exercer a sua ação farmacológica, é necessário que aconteça a desintegração do comprimido em pequenas partículas, aumentando-se a superfície de contato com o meio de dissolução, beneficiando, então, a absorção e a biodisponibilidade do fármaco no organismo (PINHO; STORPIRTIS, 2001).

No teste de teor, foi determinada a concentração do princípio ativo (dipirona sódica). De acordo com as determinações obtidas com o doseamento, calculou-se o teor de dipirona presente nas amostras, que foi 98,39%, 111,14% e 116,46%, para os medicamentos referência, genérico e similar, respectivamente. As amostras de genérico e similar não se apresentaram de acordo com os valores especificados pela **Farmacopéia brasileira** (2010), que determina o teor de dipirona entre 95% e 105% da quantidade declarada. O teste de doseamento é muito importante, uma vez que permite identificar se as formas farmacêuticas oferecem a porcentagem de princípio ativo do valor declarado pelo fabricante dentro da faixa especificada pela monografia do produto (PEIXOTO et al., 2005). A administração de um medicamento com concentração de princípio ativo acima ou abaixo da concentração declarada pode causar intoxicação ou falha terapêutica, comprometendo o quadro clínico do usuário

do medicamento em questão (MARCATTO et al., 2005). Tais comprimidos podem provocar efeitos indesejáveis, pois apresentam quantidade excessiva do fármaco. Nesse caso, eles não deveriam ser dispensados aos pacientes, pois não há garantia de sua segurança (KOHLENER et al., 2009).

O teste de uniformidade de doses unitárias (UDU) determinou a homogeneidade da distribuição do fármaco em 10 comprimidos do lote, sendo realizado através do método de variação de peso, de acordo com a **Farmacopéia brasileira** (2010). Os resultados obtidos encontram-se representados na Tabela 2. De acordo com a análise da UDU, o comprimido mais homogêneo, ou seja, aquele que possui o menor valor de aceitação (VA) foi o de referência, com um VA de 2,16. O de menor homogeneidade foi o similar, com um VA de 19,66. Os resultados mostrados na Tabela 2 estão de acordo com as especificações da Farmacopéia brasileira (2010), que determina que o valor de aceitação (VA) seja menor que 15 (L<sub>1</sub>). Desse modo, com exceção da amostra de medicamento similar, com VA final de 20,10, todas as formulações garantiram a homogeneidade e uniformidade de distribuição da dipirona sódica nas doses individuais.

### III – Conclusão

A qualidade de um medicamento pode ser definida como um conjunto de características e propriedades que o torna satisfatório para o atendimento às necessidades dos consumidores. Nesse cenário, a avaliação da qualidade dos medicamentos na indústria farmacêutica representa etapa essencial para a sua comercialização em condições adequadas. De acordo com as análises realizadas, foi possível observar por meio da comparação dos resultados dos testes físico-químicos dos medicamentos, que todos apresentaram resultados insatisfatórios para o teste de friabilidade e que, com exceção dos medicamentos referência, os outros dois – genérico e similar – apresentaram teores de princípio ativo fora dos limites especificados. Além disso, o medicamento similar foi reprovado também no teste de uniformidade de dose unitária.

A avaliação da qualidade de produtos farmacêuticos presentes no mercado é uma iniciativa relevante, principalmente para as ações dos órgãos de vigilância sanitária em situações de suspeita ou denúncia de medicamentos adulterados, falsificados, com falha terapêutica e com alterações no aspecto e nas propriedades físico-químicas. A utilização de medicamentos de qualidade inferior pode representar danos para a saúde da população e consiste em um problema real para os farmacêuticos que os comercializam.

Os resultados obtidos nesta pesquisa comprovam a necessidade de um maior controle de qualidade na fabricação desses medicamentos e que deve

**TABELA 2** Uniformidade de doses unitárias de comprimidos de dipirona sódica

AMOSTRAS	Teor (%)	Média [X] (%)	Desvio padrão	Valor de aceitação (VA) – 10 comp.	Valor de aceitação (VA) – 30 comp.
Referência	98,39%	98,47%	0,900499244	2,16	—
Genérico	111,14%	111,06%	1,312942412	12,71	—
Similar	116,46%	115,99%	2,152591461	19,66	—
Similar	116,46%	116,34%	2,190403472	—	20,10

ser melhorada a fiscalização sobre os medicamentos isentos de prescrição (MIP), como a dipirona sódica.

## Referências

ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), 2001. **Painel internacional de avaliação da segurança da dipirona**. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br>>. Acesso em: 02 dez. 2012.

BONFIM, J. R. A. Temas em discussão: dipirona. **Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamento**. Site Sobravime. [20--]. Disponível em: <<http://www.sobravime.org.br/>>. Acesso em: 02 dez. 2012.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RE 897 de 29 de maio de 2003. **Guia para isenção e substituição de estudos de bioequivalência**. Brasília, 2003.

BRASIL. **Farmacopéia brasileira**. 5. ed. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dengue: diagnóstico e manejo clínico**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

DIOGO, A. N. M. **Dipirona: segurança do uso e monitoramento da qualidade de comprimidos orais**. 2003. Dissertação (Mestrado em Vigilância Sanitária) – Programa de Pós-Graduação em Vigilância Sanitária, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2003.

HARDMAN, J. G.; LIMBIRD, L. E. Goodman & Gilman: as bases farmacológicas da terapêutica. 11. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2006.

KOHLER, L. F. et al. Avaliação biofarmacotécnica e perfil de dissolução de comprimidos de dipirona: equivalências farmacêutica entre medicamentos de referência, genéricos e similares. **Revista Brasileira de Farmácia**, v. 90, n. 4, p. 309-315, 2009.

LUCCHETTI, G. et al. Pancitopenia associada ao uso de dipirona: relato de caso. **Revista Brasileira de Clínica Médica**, v. 8, p. 72-76, 2010.

MARCATTO, A. P. et al. Análise de cápsulas de captopril manipuladas em farmácias. **Revista Ciências Farmacêutica Básica Aplicada**, v. 26, n. 3, p. 221-225, 2005.

MOISÉS, Ricardo P. Tecnologia de produção de comprimidos. **Fármacos & Medicamentos**, v. 7, n. 38, p. 38-46, 2006.

PEIXOTO, M. M. et al. Avaliação da qualidade de comprimidos de Captopril dispensados em Feira de Santana (BA). **Infarma**, v. 16, n. 13-14, p. 69-73, 2005.

PINHO, J. J. R. G.; STORPIRTIS, S. Estudo comparativo “in vitro” das propriedades biofarmacotécnicas de comprimidos de cloridrato de metformina comercializados no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, v. 37, n. 1, p. 95-105, 2001.

PUGENS, Ana M.; DONADUZZI, Carmen M.; MELO, Eduardo B. Controle de qualidade total e equivalência farmacêutica de três apresentações de captopril. **Revista Eletrônica de Farmácia**, Universidade Federal de Goiás, v. 5, n. 1, p. 32-45, 05 fev. 2008. Trimestral.

SUPP, A. D. **Controle de qualidade de comprimidos efervescentes de vitamina C disponíveis em farmácias do sul de Santa Catarina**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Farmacêutico Generalista no curso de Farmácia da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), 2011.

VAZ, D. L. B.; FERREIRA, V. A.; OLIVEIRA, A. C. E. Avaliação da qualidade de comprimidos de ácido ascórbico comercializados nas farmácias de Timóteo (MG). **Farmácia e Ciência**, v. 2, p. 01-09, 2011.

## **Avaliação dos padrões físico-químicos do leite pasteurizado comercializado em Muriaé (MG)**

**Marcos Vinícius Costa SILVA**, m.viniciuscs@hotmail.com<sup>1</sup>; **Denise Felix QUINTÃO**<sup>2</sup>,  
**Fernanda FERNANDES**<sup>3</sup>

1. Graduando de Nutrição pela Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé (MG); Técnico em Laticínios, Leopoldina (MG).
2. Mestre em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa (MG); Coordenadora do curso de Nutrição da Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé (MG).
3. Mestre em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa (MG); Professora da Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé (MG).

Artigo protocolado em 30 ago. 2013 e aprovado em 30 out. 2013.

**RESUMO:** Este estudo avaliou padrões físico-químicos do leite pasteurizado comercializado em Muriaé (MG). Realizaram-se testes em cinco marcas, que foram comparadas com padrões estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os testes detectaram presença de fosfatase e peroxidase, inadequações em densidade, extrato seco desengordurado, crioscopia, gordura, alizarol e acidez titulável, além da presença de cloreto e hidróxido de sódio e resultado positivo para álcool éter cetona. Concluiu-se que é necessário intensificar a ação dos órgãos fiscalizadores, a fim de garantir a qualidade dos produtos.

**Palavras-chave:** leite pasteurizado, testes físico-químicos, fiscalização.

**ABSTRACT: Evaluation of physico-chemical patterns of the pasteurized milk sold in Muriaé (MG).**

This study evaluated physicochemical standards of the pasteurized milk sold in Muriaé (MG). Tests were conducted in five brands, which were compared with standards set by the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply. The tests detected the presence of phosphatase and peroxidase, inadequacies in density, solids nonfat, freezing point, fat, alizarol and titratable acidity, and the presence of chloride and sodium hydroxide and positive result for alcohol ether ketone. It was concluded that it is necessary to intensify the action of regulatory agencies, to ensure product quality.

**Keywords:** pasteurized milk, physico-chemical testing, inspection.

**RESUMEN: Evaluación de patrones físico-químicas de la leche pasteurizada se vende en Muriaé (MG).**

Este estudio evaluó las normas fisicoquímicas de la leche pasteurizada que se vende en Muriaé (MG). Las pruebas se realizaron en cinco marcas, que se compararon con las normas establecidas por el Ministerio de Agricultura, Pecuaria y Abastecimiento. Los ensayos detectan la presencia de la fosfatasa y peroxidasa, insuficiencias en la densidad, sin grasa sólidos, punto de congelación, la grasa, alizarol y la acidez titulable, y la presencia de cloruro e hidróxido de sodio y el resultado positivo para la cetona éter de alcohol. Se concluyó que es necesario intensificar la acción de los organismos reguladores, para asegurar la calidad del producto.

**Palabras claves:** leche pasteurizada, pruebas fisicoquímicas, inspección.

## Introdução

Vários autores apontam o leite como um produto de alto valor nutricional, indispensável ao ser humano (SENA et al., 2001; CALDEIRA et al., 2006; SILVA,



M. et al., 2008; SILVA, P. et al., 2008). Em sua composição estão incluídos proteínas, carboidratos, ácidos graxos, sais minerais, vitaminas e água (CARVALHO et al., 2006; SANTIAGO et al., 2011). Devido a esse perfeito balanço de nutrientes, Santiago et al. (2011) consideram que o leite fornece ao homem macro e micronutrientes indispensáveis ao crescimento, desenvolvimento e manutenção da saúde.

Silva, P. et al. (2008) afirmam que o leite é um alimento presente na mesa de diversas famílias dos mais variados níveis sociais. Ele é consumido em todas as partes do mundo, tanto em sua forma líquida como na forma de seus mais diversos derivados, proporcionando o atendimento de grande parte das necessidades diárias dos indivíduos, segundo Caldeira et al. (2006). Por todos esses fatores, Santiago et al. (2011) asseguram que o leite torna-se um dos alimentos mais vulneráveis a alterações físico-químicas. Sena et al. (2001), Lamaita et al. (2002), e Silva, M. et al. (2008) apontam a facilidade em fraudar o produto durante seu processamento, na tentativa de mascarar sua qualidade e aumentar seu volume, passando a ser prejudicial a saúde do consumidor.

No intuito de assegurar a boa qualidade deste produto, foi criada a Instrução Normativa n. 51 com as especificações padrões para o leite pasteurizado (CARVALHO et al., 2006; CALDEIRA et al., 2010.). Segundo a IN n. 51 (BRASIL, 2002), esse tipo de leite é fluido, elaborado a partir do leite cru refrigerado na propriedade rural, submetido a tratamento térmico na faixa de temperatura de 72 a 75 °C durante 15 a 20 segundos, em equipamento de pasteurização, seguindo-se resfriamento imediato em aparelhagem a placas até temperatura igual ou inferior a 4 °C e envase em circuito fechado no menor prazo possível, sob condições que minimizem contaminações. A IN n. 51 (BRASIL, 2002) preconiza ainda que o leite pasteurizado deve ser classificado quanto ao teor de gordura como integral (padronizado a 3%), semidesnatado (0,6% a 2,9%) ou desnatado (máximo de 0,5%), e também em termos físico-químicos, devendo apresentar teste negativo para fosfatase alcalina, teste positivo para peroxidase, acidez 0,14 a 0,18 g ác. láctico/100 ml, estabilidade ao Alizarol 72% (v/v), índice crioscópico máximo -0,530 °H, além de haver possibilidade de serem usadas outras análises para determinar sua qualidade, como por exemplo, densidade, extrato seco desengordurado, cloretos, álcool éter cetona, hidróxido de sódio.

Mesmo com a IN n. 51 (BRASIL, 2002), várias pesquisas têm demonstrado condições higiênico-sanitárias insatisfatórias do leite pasteurizado, em especial nos parâmetros físico-químicos. Sena et al. (2001) verificaram 71 amostras de leite pasteurizado em Recife (PE) e encontraram vários resultados fora do padrão. No Distrito Federal, Silva, P. et al. (2008) concluíram que das 98 amostras pesquisadas, pelo menos um dos parâmetros estava em desacordo com as

legislações, merecendo destaque a adição de água no leite. Em Alagoas, Silva, M. et al. (2008) perceberam que menos da metade das amostras analisadas (45,7% de 159 amostras) estavam dentro dos padrões físico-químicos.

Em Minas Gerais, Hotta et al. (2002) descobriram que 8,33% das 48 amostras de leite não foram pasteurizadas adequadamente. Outra pesquisa no Estado feita por Lamaita et al. (2002) apontou vários problemas físico-químicos, mas o principal foi o superaquecimento do leite na pasteurização. Em Belo Horizonte, Caldeira et al. (2006) detectaram importantes variações em alguns parâmetros físico-químicos, comprometendo a qualidade do leite. Pesquisas em Minas Gerais – Viçosa (2006), Janaúba (2010) e Diamantina (2011) – também encontraram inadequações nas análises físico-químicas realizadas.

Considerando a necessidade de pesquisas sobre a qualidade do leite na Zona da Mata mineira bem como de gerar conhecimento acadêmico a respeito, esse estudo avaliou os padrões físico-químicos do leite pasteurizado comercializado em Muriaé (MG).

## **I – Metodologia**

Trata-se de um estudo transversal, realizado em agosto de 2011, no qual foi coletado, nos grandes supermercados de Muriaé (MG), leite pasteurizado com data de fabricação e data de análises idênticas, conforme legislação em vigor na época – Instrução Normativa n. 51 e Instrução Normativa n. 68, ambas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2002; 2006). Essas amostras foram transportadas em local refrigerado e levadas imediatamente para um laboratório terceirizado para realização de análises físico-químicas. Foram encontradas cinco marcas diferentes de leite pasteurizado nesses estabelecimentos, e todas foram submetidas à análise, que foi repetida três vezes para maior exatidão e confiabilidade dos resultados encontrados.

Segundo as instruções normativas citadas anteriormente, a verificação do controle da qualidade desse leite foi realizada por meio dos seguintes testes: estabilidade ao alizarol; acidez titulável; densidade; teor de gordura e extrato seco desengordurado (ESD); índice de crioscopia; fosfatase alcalina e peroxidase; se há presença de reconstituintes (cloretos) e de redutor de acidez/alcalinos (álcool, éter, acetona, hidróxido de sódio); todos indicativos de adulterações no produto.

## **II – Resultados e discussão**

As análises de fosfatase alcalina e peroxidase, segundo Hotta et al. (2002), avaliam a eficácia da pasteurização. A IN n. 68 (BRASIL, 2006) descreve que

um resultado negativo indica que o leite foi devidamente pasteurizado e, em contrapartida, um resultado positivo demonstra que o leite está cru. A IN n. 51 (BRASIL, 2002) considera que o leite pasteurizado deve apresentar resultado negativo para fosfatase alcalina e positivo para peroxidase. Assim sendo, a amostra 1 apresentou resultados diferentes das resoluções supracitadas (Tabela 1): positivo para fosfatase e peroxidase, indicando falhas na pasteurização. Em Minas Gerais, resultados parecidos foram encontrados numa pequena porcentagem (8,33%) dos produtos analisados por Hotta et al. (2002) e 7,5% por Lamaita et al. (2002). Eles garantem que isso demonstra que houve aquecimento incorreto na pasteurização do leite. Diferentemente de Sena et al. (2001) e Ataíde et al. (2008), que não encontraram nenhum resultado positivo na pesquisa que realizaram. É válido ressaltar, contudo, que o estudo desses autores foi realizado em Recife e Paraíba respectivamente o que pode justificar os resultados diferentes quando comparados com os encontrados em Minas Gerais.

As amostras 2, 4 e 5 estão inadequadas em densidade, ESD e crioscopia (Tabela 2) evidenciando a adição de água ao produto conforme Sena et al. (2001), Silva, M. et al. (2008) e Silva, P. et al. (2008). Em Belo Horizonte (MG), Caldeira et al. (2006) pesquisaram 30 amostras de leite pasteurizado, e 10% delas estavam fora dos padrões no critério densidade, entretanto não foram encontradas alterações em ESD e no índice de crioscopia. Em Janaúba (MG), também foram analisadas 30 amostras de leite pasteurizado, onde se verificou que 28% estavam com valores inferiores em ESD e 37% em crioscopia, mas a densidade do leite encontrava-se dentro dos padrões (CALDEIRA et al., 2010). Em Viçosa (MG), das 15 marcas verificadas por Carvalho et al. (2006), apenas uma possuía alterações no valor de crioscopia, mas valor normal em densidade, o que segundo os autores do estudo evidencia adição de água e posteriormente sal para corrigir a densidade, já que seu percentual de gordura também estava baixo. E no estado de Minas Gerais, Lamaita et al. (2002) encontram 5% de inadequações em ESD e também em densidade, e 22,5% no índice crioscópico, entre as 40 amostras pesquisadas.

As amostras 4 e 5 são apresentadas como leite padronizado, mas seu percentual de gordura está abaixo do padrão (Tabela 2), conforme a Denominação de Venda do Produto (BRASIL, 2002) que o classificaria como semidesnatado. Silva M. et al. (2008) perceberam em sua pesquisa que o maior problema foi na padronização da gordura, com 32,2% das amostras em desacordo com a legislação. Os autores perceberam que isso ocorria devido a falhas quanto à calibração e manutenção preventiva de equipamentos e à inexistência de padronizadoras em muitos laticínios. Caldeira et al. (2006) lembram ainda que outros parâmetros dependentes da gordura estarão também alterados, como por exemplo ESD, como foi o caso dessas amostras.

**TABELA 1** Resultados das análises fosfatase alcalina e peroxidase da amostra 1, Muriaé (MG)

Amostra	Fosfatase Alcalina	Peroxidase
<b>1</b>	Positivo	Positivo
Padrão	Negativo	Positivo

**TABELA 2** Resultados das análises de densidade, ESD, crioscopia e gordura das amostras 2, 4 e 5, Muriaé (MG)

Amostra	Densidade	ESD	Crioscopia	(%) Gordura
<b>2</b>	1027,6	7,93	-0,516 °H	3,90 %
<b>4</b>	1027,6	7,57	-0,523 °H	2,10 %
<b>5</b>	1027,6	7,47	-0,525 °H	2,20 %
<b>Padrão</b>	1028 a 1034	8,4	Max. -0, 530 °H	Mín. 3,0 %

Essas mesmas amostras apresentaram-se instável ao alizarol e com acidez titulável baixa, por isso realizaram-se as análises de cloretos, álcool éter acetona e hidróxido de sódio para avaliar adição de neutralizantes ou substâncias alcalinas, o que confirmou a adição de hidróxido de sódio (Tabela 3). Lamaita et al. (2002), Caldeira (2006) e Caldeira et al. (2010) também descobriram amostras com inadequações no critério acidez, sendo que apenas os dois primeiros autores realizaram testes para substâncias neutralizantes ou alcalinas, nada encontrando. Segundo Silva, M. et al. (2008), a presença dessas substâncias indica que não houve refrigeração imediata logo após a pasteurização ou ocorreu falta de higiene durante a produção. Silva, M. et al. (2008) e Santiago et al. (2011) sugerem também que a acidificação do leite pode ser devido a proliferação de microrganismos patogênicos, havendo a adição de substâncias alcalinizantes a fim de reduzir essa alta acidez.

Por fim, todos os resultados encontrados podem ser visualizados nas Tabelas 4 e 5. Percebe-se que apenas um dos produtos analisados (Amostra 3) se encontrava dentro de todas as especificações preconizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) conforme resoluções supracitadas.

### III – Considerações finais

Esse trabalho demonstra que a maioria dos produtos analisados está em desacordo com os padrões estabelecidos pelo Ministério da Agricultura. O maior problema encontrado foi fraude por acréscimo de água, seguido de alterações no teor de acidez devido adição de redutores e posteriormente baixo percentual de gordura.

Assim sendo, é necessária uma intensificação na ação dos órgãos fiscalizadores nas análises periódicas dos produtos e inspeção as fábricas, a fim de garantir qualidade no produto final e consequentemente à saúde do consumidor.

### Referências

ATAÍDE, W. S. et al. Avaliação Microbiológica e físico-química durante o processamento do leite pasteurizado. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, São Paulo, v. 67, n. 1, p. 73-77, 2008. Disponível em: <[http://revista.ial.sp.gov.br/index.php?option=com\\_remository&Itemid=27&func=fileinfo&id=394](http://revista.ial.sp.gov.br/index.php?option=com_remository&Itemid=27&func=fileinfo&id=394)>. Acesso em: ago. 2011.

**TABELA 3** Resultados das análises de alizarol, cidez, cloretos, álcool éter acetona, e hidróxido de sódio das amostras 4 e 5, Muriaé (MG)

Amostra	Alizarol	Acidez (°D)	Cloretos	Álcool E. A.	Hidróxido de Sódio
4	Instável	8 °D	Presente	Positivo	Presente
5	Instável	8 °D	Presente	Positivo	Presente
Padrão	Estável	14 a 18 °D	Ausente	Negativo	Ausente

**TABELA 4** Resultados das análises físico-químicas, Muriaé (MG)

Amostra	Fosfatase Alcalina	Peroxidase	Densidade	ESD	Crioscopia	(%) Gordura
1	Positivo	Positivo	1029,6	8,47	-0,536 °H	4,10 %
2	Negativo	Positivo	1027,6	7,93	-0,516 °H	3,90 %
3	Negativo	Positivo	1029,8	8,44	-0,534 °H	3,70 %
4	Negativo	Positivo	1027,6	7,57	-0,523 °H	2,10 %
5	Negativo	Positivo	1027,6	7,47	-0,525 °H	2,20 %
Padrão	Negativo	Positivo	1028 a 1034	8,4	Max. -0, 530 °H	Mín. 3,0 %

**TABELA 5**                      Resultados das análises físico-químicas, Muriaé (MG)

Amostra	Alizarol	Acidez (°D)	Cloretos	Álcool E. A.	Hidróxido de Sódio
1	Estável	15 °D	Ausente	Negativo	Ausente
2	Estável	15 °D	Ausente	Negativo	Ausente
3	Estável	15 °D	Ausente	Negativo	Ausente
4	Instável	8 °D	Presente	Positivo	Presente
5	Instável	8 °D	Presente	Positivo	Presente
Padrão	Estável	14 a 18 °D	Ausente	Negativo	Ausente

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n. 51, de 18 set. 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2002. Seção 1, p. 13.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n.68, de 12 dez. 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 dez. 2006. Seção 1, p. 8.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria n. 42, de 14 jan. 1998. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jan. 1998. Seção 3, p.12.

CALDEIRA, L. A. et al. Avaliação da qualidade físico-química de leite pasteurizado tipo C comercializado em Belo Horizonte (MG). In: CONGRESSO NACIONAL DE LATICÍNIOS, 23, 2006, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: ILCT, 2006. p. 294-297.

\_\_\_\_\_. Caracterização do leite comercializado em Janaúba (MG). **Alimentos e Nutrição**, Araraquara, v. 21, n. 2, p. 191-195, 2010. Disponível em: <<http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/view/1411>>. Acesso em: ago. 2011.

CARVALHO, A. F. et al. Qualidade físico-química e microbiológica do leite pasteurizado comercializado em Viçosa (MG). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO LEITE, 2, 2006, Goiânia, GO. **Anais...** Disponível em: <<http://www.terraviva.com.br/IICBQL/p055.pdf>>. Acesso em: ago. 2011.

HOTTA, J. M. et al. Avaliação Microbiológica e monitoramento da pasteurização de leite tipo C beneficiado em Minas Gerais. In: CONGRESSO NACIONAL DE LATICÍNIOS, 9, 2002, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: ILCT, 2002. p. 294-297.

LAMAITA, H. C. et al. Segurança alimentar de leite pasteurizado tipo C beneficiado em Minas Gerais avaliado por parâmetros microbiológicos e físico-químicos. In: CONGRESSO NACIONAL DE LATICÍNIOS, 9, 2002, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: ILCT, 2002. p. 297-300.

SANTIAGO, B. T. et al. Avaliação físico-química, microbiológica e contagem de células somáticas de leites pasteurizados comercializados no município de Diamantina (MG). **Alimentos e Nutrição**, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 39-44, 2011. Disponível em: <<http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewArticle/1311>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

SENA, M. J. et al. Qualidade físico-química e microbiologia do leite pasteurizado tipo “C” comercializado em Recife. In: CONGRESSO NACIONAL DE LATICÍNIOS, 18, 2001, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: ILCT, 2001. p. 241-248.



SILVA, M. C. D. et al. Caracterização microbiológica e físico-química de leite pasteurizado destinado ao programa do leite no Estado de Alagoas. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 226-230, mar. 2008.

SILVA, P. H. C. et al. Avaliação físico-química de diversos tipos de leites pasteurizados comercializados no Distrito Federal e adequação aos regulamentos técnicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA VETERINÁRIA, 35, 2008, Gramado, RS. **Anais...** Disponível em: <[www.sovergs.com.br/conbravet2008/anais/cd/resumos/R0519-1.pdf](http://www.sovergs.com.br/conbravet2008/anais/cd/resumos/R0519-1.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2011.



## Desempenho funcional em crianças com paralisia cerebral

**Marina Fernandes de SOUZA<sup>1</sup>, Rafael Gonzalez de OLIVEIRA<sup>2</sup>, Clarissana Araújo BOTARO<sup>2</sup>, Luciana de Andrade AGOSTINHO<sup>3</sup>, Eustáquio Luiz PAIVA-OLIVEIRA<sup>2,4</sup>**

1. Fisioterapeuta pela Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG
2. Fisioterapeuta, Docente da Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG
3. Biomédica, Docente da Faculdade de Minas (FAMINAS), Mestre em Neurologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ.
4. Mestre em Neurociências pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ.

Artigo protocolado em 30 ago. 2013 e aprovado em 30 out. 2013.

**RESUMO:** Este estudo avaliou o desempenho funcional de pacientes com paralisia cerebral (n=10), provenientes de atendimentos realizados na APAE e Clínica Escola de um município da Zona da Mata Mineira (MG). Utilizou-se para avaliação da capacidade funcional o Inventário de Avaliação Pediátrica de Disfunção (PEDI – versão brasileira). Admitiu-se como significante  $p < 0,05$  para todas as variáveis analisadas. Os resultados sugeriram incapacidade relacionada à mobilidade dos pacientes. O sexo masculino apresentou índices menores em relação ao sexo oposto ( $p < 0,05$ ). As variáveis faixa etária e tipo de paralisia cerebral não apresentaram diferenças significativas entre os diferentes domínios analisados ( $p > 0,05$ ). Os pacientes atendidos na APAE apresentaram pontuação superior aos atendidos na Clínica Escola no domínio função social ( $p < 0,05$ ). Conclui-se que

o domínio mobilidade possui as piores pontuações, sendo o sexo masculino o mais afetado, e que exige maior assistência.

**Palavras-chave:** paralisia cerebral, desempenho funcional, PEDI.

**ABSTRACT: Functional performance in children with cerebral palsy.** This study aimed to evaluate the functional performance in individuals with cerebral palsy. The patients investigated in this study were recruited from APAE and Clinical School (Zona da Mata Mineira/MG). Ten children with CP were classified using the Pediatric Evaluation of Disability Inventory (PEDI – Brazilian version). A p-value of  $p < 0.05$  was considered statistically significant. The results suggest that the mobility of the patients is affected. The males showed lower rates than females ( $p < 0.05$ ). The variables age and type of cerebral palsy showed no significant differences between the different areas analyzed ( $p > 0.05$ ). Patients treated at APAE scores were higher than in the Clinical School attended the social function domain ( $p < 0.05$ ). We conclude that the domain mobility has the lowest scores in males, being the most affected ones.

**Keywords:** cerebral palsy, mobility, Pediatric Evaluation of Disability Inventory.

**RESUMEN: El desempeño funcional en niños con parálisis cerebral. Este estudio tuvo como objetivo evaluar el desempeño funcional en personas con parálisis cerebral.** Los pacientes investigados en este estudio fueron reclutados de APAE y la Escuela Clínica (Zona da Mata Mineira / MG). Diez niños con parálisis cerebral se clasifican utilizando la Evaluación Pediátrica de Discapacidad Inventory (PEDI - versión brasileña). Un valor de  $p < 0.05$  fue considerado estadísticamente significativo. Los resultados sugieren que la movilidad de los pacientes se ve afectado. Los machos

mostraron tasas menores que las hembras ( $p < 0,05$ ). La edad y el tipo de parálisis cerebral variables que mostraron diferencias significativas entre las diferentes áreas analizadas ( $p > 0,05$ ). Los pacientes tratados en las puntuaciones APAE fueron más altos que en la Escuela Clínica asistieron al dominio de la función social ( $p < 0,05$ ). Llegamos a la conclusión de que la movilidad de dominio tiene las puntuaciones más bajas en los hombres, siendo los más afectados.

**Palabras claves:** parálisis cerebral, movilidad, Evaluación Pediátrica de la Discapacidad de Inventario.

## Introdução

A paralisia cerebral (PC) é uma das mais comuns desordens motoras que acometem crianças. No Brasil há uma elevada incidência de casos devido aos poucos cuidados com as gestantes e com os recém-nascidos. Observa-se um índice mundial de 2 a 3 a cada 1000 nascidos vivos, sendo estimada uma incidência de 30.000 a 40.000 novos casos identificados por ano (BONOMO et al., 2007; ROCHA et al., 2008; PIN et al., 2013). Os distúrbios de postura e movimento acontecem em decorrência das limitações neuromotoras e sensoriais advindas da doença, que comprometem a habilidade em deambular e a independência funcional (SILVA; BELTRAMI-DALTRÁRIO, 2008).

As lesões neurológicas acarretam comprometimentos diversos na fase de desenvolvimento encefálico embrionária. O atraso motor, na maioria das vezes, pode vir acompanhado de alterações de comunicação, cognição, percepção, comportamento, funções sensoriais e de crises convulsivas (DIAS et al., 2010; ROSENBAUM et al., 2006).

O comprometimento motor pode ser apresentado com variação de tônus muscular, persistência dos reflexos primitivos, rigidez, espasticidade, distúrbios cognitivos, sensitivos, na linguagem, visão e audição. Os pacientes com PC apresentam dificuldade em enfrentar com firmeza os efeitos da gravidade, devido a distúrbios da postura causados pelas alterações de tônus e padrões anormais de movimento. Esses distúrbios fazem com que a criança tenha dificuldades em manter uma postura adequada para o desempenho de suas atividades de vida diária (MOTA; PEREIRA, 2006; HERRERO; MONTEIRO, 2008; VASCONCELOS et al., 2009).

Mancini et al. (2002) definem a paralisia cerebral como disfunção predominantemente sensorial-motora, envolvendo distúrbios no tônus muscular, postura e movimentação voluntária. Tais distúrbios se caracterizam pela falta de controle sobre os movimentos, por modificações adaptativas do comprimento muscular e, em alguns casos, chegando a resultar em deformidades ósseas.

O objetivo deste estudo foi investigar os fatores relacionados ao desempenho funcional e avaliar esse desempenho na paralisia cerebral. Esse objetivo é de grande valia, uma vez que pode proporcionar melhores estratégias terapêuticas e, conseqüentemente, benefícios na qualidade de vida dos portadores e cuidadores da PC, além disso, amplia os conhecimentos científicos sobre esta desordem.

## **I – Metodologia**

### **1.1 – Tipo/local de estudo e amostra**

Trata-se de um estudo transversal com abordagem quantitativa, realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e na Clínica Escola da Faculdade de Minas (FAMINAS), no município de Muriaé (MG). Compuseram a amostra indivíduos com paralisia cerebral em acompanhamento na APAE (n=5) e na clínica escola (n=5), no período de julho a setembro de 2012.

### **1.2 – Procedimento e instrumento utilizado**

Utilizou-se para avaliação da capacidade funcional o Inventário de Avaliação Pediátrica de Disfunção (PEDI – versão brasileira), traduzido, adaptado e validado para população brasileira por Mancini (2005). Esse instrumento avalia a habilidade funcional do indivíduo com PC por meio de entrevista estruturada com os pais ou responsáveis. A entrevista é composta por 197 itens, subdivididos em três domínios: mobilidade (59 itens, envolvendo transferências dentro e fora do banho, usando ou não o banheiro/sanitário, locomoção dentro e fora de casa e subir escadas); autocuidado (73 itens envolvendo alimentação, vestimenta, higiene pessoal); e função social (65 itens relacionados à comunicação com compreensão e expressão, resolução de problemas, brincadeiras com crianças e adultos e consciência de segurança). Cada item de atividade é pontuado com (0) para incapacidade de desempenhar as atividades e (1) para capacidade de desempenho. Além disso, o PEDI também avalia a assistência fornecida pelo cuidador (parte II, composta de 20 atividades) e modificações (parte III, composta de 20 atividades), entretanto, para este estudo focou-se nas habilidades funcionais. No teste de habilidades funcionais são obtidos três escores brutos

totais que informam sobre o desempenho nas áreas de autocuidado, mobilidade e função social.

### 1.3 – Critérios de inclusão/exclusão

Foram incluídos no estudo todos os tipos de PC atendidos na APAE e na Clínica Escola, cujos responsáveis aceitaram participar da pesquisa assinando o termo de consentimento livre e esclarecido.

### 1.4 – Aspectos éticos

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da Faculdade de Minas (FAMINAS), respeitando a resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (CNS/MS). Os responsáveis foram instruídos quanto aos objetivos do estudo e por se tratar de uma pesquisa baseada em questionário não ofereceu risco aos participantes. Considerou-se o sigilo no manuseio das informações bem como o anonimato dos participantes. Todos os responsáveis assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

### 1.5 – Análise estatística

Para análise estatística, utilizou-se o *software* GraphPad Prism™ (GraphPad Software Inc. San Diego, CA). Para acessar o nível de significância estatística, utilizou-se o teste *t*-student não pareado admitindo como significante  $p < 0,05$ .

## II – Resultados

Do total dos indivíduos ( $n=10$ ) que compuseram a amostra, a grande maioria pertence ao sexo masculino (70%,  $n=7$ ) e o restante ao sexo oposto. Contudo, observou-se prevalência do sexo masculino na APAE em relação ao sexo feminino. A média de idade total da amostra foi de 7 ( $\pm 1,3$ ) anos, sem diferenças significativas entre as médias encontradas nos indivíduos da APAE e Clínica Escola ( $5,8 \pm 1,0$  vs  $8,2 \pm 2,5$ ;  $p=0,41$ ; *t*-student). Ao analisar o tipo de paralisia cerebral (PC), encontrou-se uma prevalência aumentada de indivíduos tetraplégicos (80%,  $n=8$ ) (Tabela 1).

A Figura 1 mostra a pontuação no PEDI relacionada aos três fatores do domínio habilidades funcionais (autocuidado, mobilidade, função social). Dentre os fatores analisados, o autocuidado foi o que apresentou melhor pontuação em relação aos demais com uma pontuação média de 9,8 ( $\pm 0,7$ ), seguido pelo fator função social ( $7,8 \pm 1,3$ ) e finalmente pela mobilidade ( $3,6 \pm 0,3$ )

**TABELA 1** Características da amostra

Variáveis	Total	APAE (n=5)	Clínica (n=5)	<sup>1</sup> p-valor
Idade <sup>#</sup>	7,0 ± 1,3	5,8 ± 1,0	8,2 ± 2,5	0,41 <sup>ns</sup>
Gênero n (%)				
Masculino	7 (70)	4 (40)	3 (30)	—
Feminino	3 (30)	1 (10)	2 (20)	—
Tipo de PC n (%)				
Hemiplégico	0 (0)	0 (0)	0 (0)	—
Paraplégico	2 (20)	0 (0)	2 (20)	—
Tetraplégico	8 (80)	5 (50)	3 (30)	—

<sup>#</sup> Valores expressos em média (desvio padrão); n (%) = número absoluto e percentual em relação ao *n* amostral total; <sup>1</sup>p-valor = representativo dos locais; ns = não significativo



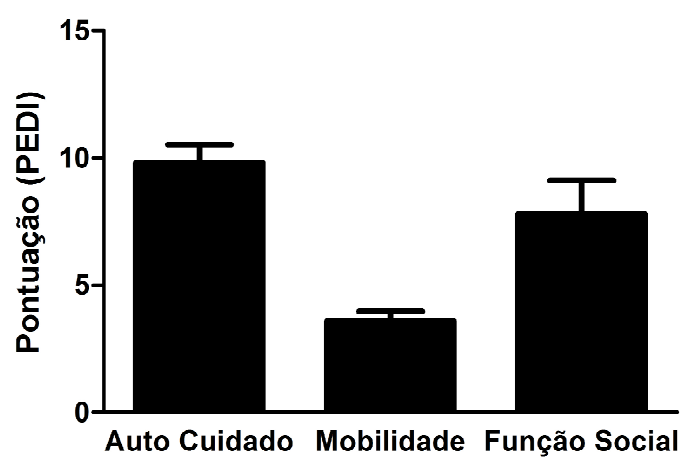
(Figura 1). Os fatores do questionário (PEDI) possuem números totais de questões diferentes o que inviabiliza a análise de diferenças estatísticas.

Na análise no PEDI entre os gêneros, observou-se que o sexo masculino apresentou melhor pontuação em relação ao sexo feminino no domínio autocuidado, com diferença estatisticamente significativa ( $11 \pm 0,5$  vs  $7 \pm 0,5$ ;  $p=0,002$ ; respectivamente). Entretanto, no domínio mobilidade o sexo feminino obteve melhores resultados em relação ao sexo oposto ( $4,6 \pm 0,3$  vs  $3,1 \pm 0,4$ ;  $p=0,05$ ; respectivamente). Quando se analisou a função social, não houve diferenças significativas entre os gêneros ( $p=0,6$ ) (Figura 2A).

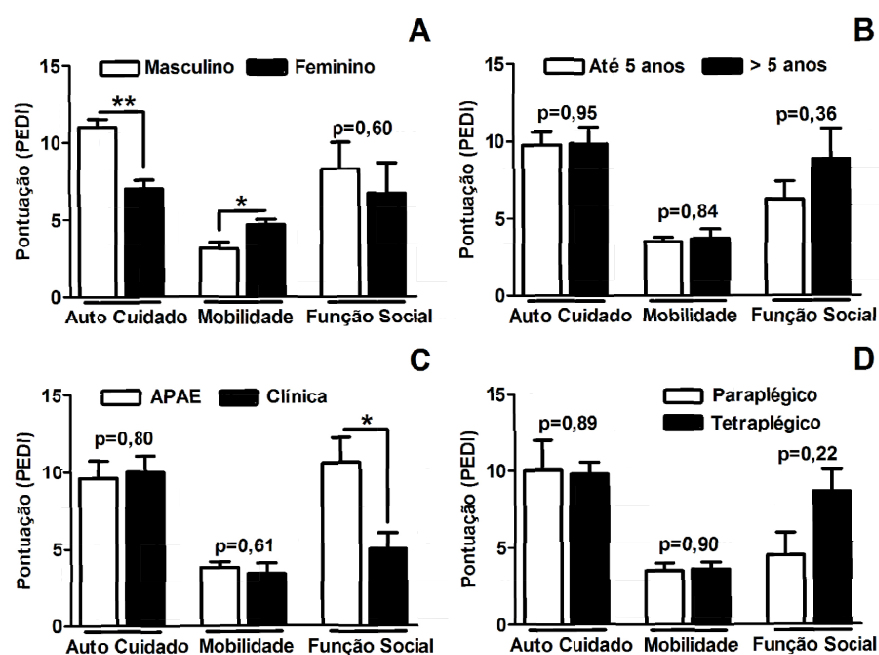
Ao estratificar por faixa etária, observou-se uma pontuação semelhante entre os indivíduos com idade até 5 anos e maior ou igual a 5 anos nos diferentes domínios analisados. No domínio autocuidado, as médias foram  $9,7 (\pm 0,8)$  e  $9,8 (\pm 1,1)$  pontos para os indivíduos com idade inferior a 5 anos e igual ou superior a 5 anos, respectivamente ( $p=0,95$ ). O grupo com idade inferior a 5 anos apresentou no domínio mobilidade pontuação semelhante aos com idade igual ou superior a 5 anos ( $3,5 \pm 0,2$  vs  $3,6 \pm 0,6$ ;  $p=0,84$ ; respectivamente). Apesar de um discreto aumento na pontuação no domínio função social no grupo com idade superior ou igual a 5 anos em relação aos com idade abaixo de 5 anos, esse aumento não foi significativo ( $8,8 \pm 2,0$  vs  $6,2 \pm 1,1$ ;  $p=0,36$ ) (Figura 2B).

Ao separar os participantes investigados por locais de atendimento (acompanhamento), observou-se que não houve diferenças significativas ( $p=0,80$ ) no domínio autocuidado entre os pacientes da APAE ( $9,6 \pm 1,1$ ) e da Clínica Escola ( $10 \pm 1,0$ ). No domínio mobilidade, também não houve diferenças na pontuação entre os grupos APAE e Clínica Escola ( $3,8 \pm 0,3$  vs  $3,4 \pm 0,6$ ;  $p=0,61$ ; respectivamente). Entretanto, ao analisar o domínio função social, os indivíduos em acompanhamento na APAE ( $10,6 \pm 1,6$ ) apresentaram pontuação superior aos pacientes em tratamento na Clínica escola ( $5 \pm 1,0$ ), com diferenças estatisticamente significativas ( $p=0,02$ ) (Figura 2C).

Quando se analisou a pontuação relacionada com o tipo de paralisia cerebral, mostrou-se que não houve diferenças significativas entre os paraplégicos e tetraplégicos nos diferentes domínios analisados. Os indivíduos paraplégicos e tetraplégicos apresentaram pontuação semelhante entre os domínios autocuidado e mobilidade com  $p=0,89$  e  $p=0,90$ , respectivamente. Apesar do aumento na pontuação dos indivíduos tetraplégicos ( $8,6 \pm 1,4$ ) em relação aos paraplégicos ( $4,5 \pm 1,5$ ), no domínio função social, esse aumento não foi significativo ( $p=0,22$ ) (Figura 2D).



**FIGURA 1** Pontuação no PEDI de pacientes PC atendidas na APAE e Clínica Escola. As barras representam a média e o seu respectivo desvio padrão (DP)



**FIGURA 2**

Pontuação no PEDI de pacientes PC estratificado por gênero (A), faixa etária (B), local de atendimento (C) e tipo de PC (D). As barras representam a média e seu respectivo desvio padrão (DP). A análise estatística foi baseada no teste t-student não pareado sendo \* $p \leq 0,05$ , \*\* $p < 0,01$ , \*\*\* $p < 0,001$

### III – Discussão

Estudos recentes avaliaram o desempenho funcional de crianças com paralisia cerebral, e apontaram uma grande prevalência de indivíduos do sexo masculino e a maioria da amostra classificava-se com tetraplegias (VASCONCELOS et al., 2009; DIAS et al., 2010). Os dados deste estudo também apontaram para uma maior prevalência de indivíduos do sexo masculino e tetraplégicos, confirmando os resultados dos autores acima. Contudo, a idade média dos participantes deste estudo e no estudo de Dias et al. (2010) foi superior ao encontrado por Vasconcelos et al. (2009).

Castro et al. (2006) abordaram a correlação da função motora e o desempenho funcional nas atividades de autocuidado em grupo de crianças portadoras de paralisia cerebral, e mostraram que crianças diparéticas apresentam maiores limitações no desempenho das atividades de mobilidade em relação ao autocuidado. Entretanto, ao se comparar diparéticos com hemiparéticos, observou-se que o autocuidado e a função motora dos membros superiores são relativamente similares nos dois grupos. Esses dados foram semelhantes aos encontrados por Marinho et al. (2008). Em relação ao domínio mobilidade, apresentou-se baixa pontuação no PEDl corroborando o descrito por Marinho et al. (2008) e Castro et al. (2006).

Barros (2009) desenvolveu um estudo com intuito de analisar o desempenho funcional nas áreas de autocuidado, mobilidade e função social aos 12 meses de vida em crianças nascidas prematuramente. Nesse estudo, foram encontradas diferenças significativas entre os grupos de crianças nascidas no período gestacional adequado e as crianças prematuras. Os resultados mostraram que o domínio mobilidade apresentou baixos índices em relação aos domínios autocuidado e função social. Ao estratificar os indivíduos por faixa etária não se encontraram diferenças significativas, sugerindo que neste grupo a idade não interferiu no padrão de desempenho funcional dos participantes.

Chagas et al. (2008) revelaram que crianças com comprometimento moderado apresentam habilidades funcionais e recebem assistência do cuidador semelhantes às crianças com comprometimentos de níveis leves. Neste estudo, ao comparar pacientes paraplégicos com tetraplégicos não foram encontradas diferenças, porém, a baixa prevalência de indivíduos paraplégicos pode ter interferido no resultado obtido. Portanto, sugere-se que novos estudos sejam realizados com o intuito de ratificar ou refutar os dados encontrados nesta investigação.

Em virtude da escassez de referências na literatura que avaliaram e/ou compararam o desempenho funcional de indivíduos com paralisia cerebral estratificando por gênero, dificultou-se a discussão dos resultados.

Adicionalmente, as diferenças significativas encontradas entre sexos podem representar um resultado falso-positivo por tratar-se de uma amostra heterogênea, sendo necessárias avaliações futuras. Contudo, de maneira geral, esta pesquisa apresenta aspectos importantes referentes ao desempenho funcional de pacientes com paralisia cerebral atendidos na APAE e na Clínica Escola, contribuindo com o conhecimento relativo a este contexto.

#### IV – Considerações finais

Na amostra analisada, pode-se inferir que o domínio mobilidade apresentou pontuações ruins em ambos os grupos investigados. Conclui-se ainda que os pacientes do sexo masculino apresentaram baixa pontuação no domínio mobilidade em relação ao sexo oposto, sendo necessária maior atenção com este público. Sugere-se que novos estudos sejam conduzidos com um número amostral maior e em vários centros para esclarecer com maior precisão as possíveis diferenças no desempenho funcional dos pacientes com paralisia cerebral.

#### Referências

BONOMO, L. M. M. et al. Hidroterapia na aquisição da funcionalidade de crianças com paralisia cerebral. **Revista Neurociências**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2007.

BARROS, M. L. C. Desempenho funcional no autocuidado, mobilidade e função social aos 12 meses de vida em crianças nascidas prematuras. 2009. 68 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Materno Infantil) - Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (IMIP), Recife, 2009.

CASTRO, C. C. et al. Correlação da função motora e o desempenho funcional nas atividades de autocuidado em grupo de crianças portadoras de paralisia cerebral. **Medicina e Reabilitação**, São Paulo, v. 25, n.1, p. 7-11, 2006.

CHAGAS, P. S. C et al. Análise das intervenções utilizadas para a promoção da marcha em crianças portadoras de paralisia cerebral: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 155-163, mar./ab. 2004.

DIAS, A. C. B. et al. Desempenho funcional de crianças com paralisia cerebral participantes de tratamento multidisciplinar. **Fisioter. Pesqui.** [online]. 2010, v. 17, n. 3, p. 225-229.

HERRERO, D.; MONTEIRO, C. B. M. Verificação das habilidades funcionais e necessidades de auxílio do cuidador em crianças com paralisia cerebral nos

primeiros meses de vida. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 163-169, ago. 2008.

MANCINI, M. C. et al. Comparação do desempenho de atividades funcionais em crianças com desenvolvimento normal e crianças com paralisia cerebral. **Arquivos de Neuropsiquiatria**, São Paulo, v. 60, n. 2B, p. 446-452, jun. 2002.

MANCINI, M. C. **Inventário de avaliação pediátrica de incapacidade (PEDI)**: manual da versão brasileira adaptada [com base em] Stephen M. Haley et al. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MARINHO, A. P. S.; SOUZA, M. A. B.; PIMENTE, A. M. Desempenho funcional de crianças com paralisia cerebral diparéticas e hemiparéticas. **Revista Ciências Médicas e Biológicas**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 57-66, jan./abr. 2008.

MOTA, A. P.; PEREIRA, J. S. Influência da fisioterapia nas alterações motoras em crianças com paralisia cerebral. **Fisioterapia Brasil**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, maio/jun. 2006.

PIN, T. W.; ELMASRY, J.; LEWIS, J. Efficacy of botulinum toxin A in children with cerebral palsy in Gross Motor Function Classification System levels IV and V: a systematic review. **Developmental Medicine & Child Neurology**, abr. 2013.

ROCHA, A. P.; AFONSO, D. R. V.; MORAIS, R. L. S. Relação entre desempenho funcional de crianças com paralisia cerebral e qualidade de vida relacionada à saúde de seus cuidadores. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, v. 15, n. 3, jul./set. 2008.

ROSENBAUM, P. et al. A report: the definition and classification of cerebral palsy. **Developmental Medicine & Child Neurology**, 2007.

SILVA, M. S.; BELTRAMI-DALTRÁRIO, S. M. B. Paralisia cerebral: desempenho funcional após treinamento da marcha em esteira. **Fisioterapia em Movimento**, v. 2, n. 3, p. 109-115, jul./ago./set. 2008.

VASCONCELOS, R. L. M. et al. Avaliação do desempenho funcional de crianças com paralisia cerebral de acordo com os níveis de comprometimento motor. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 13, n.5, p. 390-397, set/out 2009.

## Efeito da música sobre o número de repetições em exercício contra-resistido

**Maurílio Dutra Brandão MOREIRA<sup>1</sup>**, maurilio.x@hotmail.com; **Marcelo Ribeiro RAMOS<sup>2</sup>**

1. Licenciado em Educação Física pela Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, (MG);
2. Especialista em Futebol pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa (MG), e em Treinamento Desportivo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora (MG).

Artigo protocolado em 05 ago. 2013 e aprovado em 08 out. 2013.

**RESUMO:** O presente estudo investigou o efeito da música sobre o número de repetições no exercício supino reto com percentual de carga de 75% de 1RM. Foram avaliados 12 homens com idade de 18 a 30 anos ( $22,81 \pm 3,65$ ), fisicamente ativos, com frequência de treino de 3 vezes por semana, e prática de no mínimo seis meses de musculação. A avaliação foi realizada no exercício supino reto, e os participantes foram submetidos a dois testes: sem e com música. Os valores foram analisados utilizando-se as ferramentas média, desvio-padrão, escore mínimo e máximo na totalização da amostra. Para efeito comparativo entre os testes (sem e com estímulo musical), foi utilizado *test t student*, concluindo-se que houve aumento significativo do número de repetições.

**Palavras-chave:** música, exercício resistido, repetições.

**ABSTRACT: Effect of Music on the number of repetitions in counter-resistance exercise.**

The present study investigated the effect of music on the number of repetitions in the bench press exercise with load percentage of 75% of 1RM. 12 men aged from 18 to 30 years ( $22.81 \pm 3.65$ ), physically active, often workout 3 times a week and practice at least six months of strength training were evaluated. The evaluation was performed in the exercise bench press, and participants were tested twice: with and without music. The values were analyzed using the tools averages, standard deviation, minimum and maximum score aggregation in the sample. For comparison between the tests (with and without music stimuli), *Student's t test* was used and it was concluded that there was a significant increase in the number of repetitions.

**Keywords:** music, resistive exercise, repetitions.

**RESUMEN: Efecto de la Música en el número de repeticiones en el ejercicio contra resistencia.**

El presente estudio investigó el efecto de la música sobre el número de repeticiones en el ejercicio de press de banca con el porcentaje de carga del 75% de 1RM. 12 hombres de edades comprendidas entre 18 y 30 años ( $22,81 \pm 3,65$ ), fueron evaluados, físicamente activo, a menudo ejercicios 3 veces por semana y la práctica, al menos, seis meses de entrenamiento de fuerza. La evaluación se realizó en el press de banca de ejercicio, y los participantes se pusieron a prueba en dos ocasiones: con y sin música. Los valores fueron analizados utilizando los promedios herramientas, desviación estándar, mínimo y la agregación máxima puntuación en la muestra. Para la comparación entre las pruebas (con y sin estímulos de música), se utilizó la prueba t de Student y se concluyó que había un aumento significativo en el número de repeticiones.

**Palabras claves:** música, ejercicios de resistencia, repeticiones.



## Introdução

A motivação é importante em qualquer área da vida do ser humano, e é um construtor abstrato, responsável pelas necessidades, impulsos, desejos, interesses, propósitos, atitudes e aspirações do indivíduo (SAGE, 1977 apud WEINBERG; GOULD, 2001).

A música tem um papel motivacional importante na realização de uma tarefa ou de uma atividade, e alguns atletas utilizam-se desta antes de sua competição (ALMEIDA et al., 2008). Existem poucos estudos correlacionando música e exercícios resistidos, e também uma grande dúvida sobre seu efeito entre os profissionais da área.

A música possui um potencial para tornar os exercícios físicos mais agradáveis (BOUTCHER; TRENSKE, 1990). Ela tem sido utilizada como fator motivacional em exercícios e para melhoria da performance física e psicológica de atletas (KARAGEORGHIS; TERRY, 1997). Em 1998, um etíope quebrou o recorde de 2000 metros de corrida indoor utilizando-se de música (TENENBAUM et al., 2004).

Alguns estudos vêm demonstrando que a música preferida interfere de forma relevante na execução de uma atividade física e/ou exercício. Entretanto, o desporto e os estudiosos vêm buscando entender as propriedades fisiológicas e psicológicas da música. De um ponto de vista empírico, há duas questões principais que precisam ser discutidas: o primeiro é saber se a música por si só exerce um efeito e a segunda é sobre a especificidade da natureza da própria música (JUDY; HANNAH, 2006; TERRY; KARAGEORGHIS, 2006).

O objetivo desse estudo foi verificar o efeito da música preferida sobre o número de repetições do exercício supino reto, com percentual de 75% de 1RM.

## I – Materiais e métodos

### 1.1 – Sujeitos

A amostra foi composta por doze voluntários do sexo masculino, com faixa etária entre 18 e 30 anos ( $22,8 \pm 3,65$ ), massa corporal de ( $73,6 \pm 9,3$ ), estatura de ( $1,74 \pm 0,6$ ) e IMC de ( $24,35 \pm 2,5$ ), selecionados em uma academia. Todos os indivíduos analisados eram fisicamente ativos e já praticavam treinamento de força por, no mínimo, seis meses e pelo menos três vezes por semana. Foi verificado também o histórico de lesão musculotendínea, assim como problemas ortopédicos relacionados com as articulações do ombro e do

cotovelo, visto que os testes de cargas foram realizados no supino reto, exercício este que envolve todas as articulações citadas.

Também foram realizadas medidas de massa corporal, através de balança (Filizola, Brasil) para aferir o peso em quilogramas (KG), com precisão de 0,1Kg e estatura, através de estadiômetro Sanny (Sanny, Brasil), com precisão de 0,1 cm. As variáveis antropométricas foram coletadas seguindo o protocolo da World Health Organization (1998).

Cada indivíduo escolheu as músicas que desejavam escutar durante os exercícios contra resistidos, conforme suas preferências. Os participantes da amostra assinaram um termo de participação consentida, de acordo com as Diretrizes de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (Resolução 196/96) do Conselho Nacional de Saúde.

## **1.2 – Teste de 1RM**

Para a realização do teste, foi utilizado um banco de supino horizontal (livre), uma barra de 9 kg, com 160 cm de comprimento, anilhas que compreendiam de um a vinte (20) kg e um metrônomo para o controle do ritmo do movimento. No dia do teste, foi realizado pelos voluntários um aquecimento específico com uma série de vinte repetições com a carga escolhida pelo próprio executante (SIMÃO; POLY; LEMOS, 2004). Quanto à execução do movimento, o indivíduo fez a medição da distância entre as mãos na pegada estando os braços paralelos ao solo e a articulação do cotovelo em um ângulo de 90 graus, estando livre o tipo de pegada. Apenas foi validada a repetição quando o indivíduo realizou a extensão total de cotovelo (CHAGAS; BARBOSA; LIMA, 2005). A rotina do teste foi coerente com o protocolo do American College of Sports Medicine (ACSM, 2000). Quanto ao ritmo do movimento, só houve controle da fase excêntrica, sendo este tempo de quatro segundos estabelecidos por um metrônomo que sinalizava a 60 batimentos por minuto (BPM). Encerrada a fase excêntrica do movimento, o avaliado recebia um sinal para que realizasse a fase concêntrica o mais rápido possível. Foi selecionada uma carga que o avaliado conseguisse levantar e em seguida foi sendo adicionada mais carga até o voluntário conseguir realizar um movimento completo. Foi considerado o último peso levantado com sucesso. Foram feitas apenas três tentativas a fim de encontrar a Força Dinâmica Máxima, com intervalos de cinco minutos entre uma tentativa e outra. Caso as três tentativas incorressem em erro, o teste seria repetido após um período de vinte e quatro horas (BAECHLE; GROVES, 1992). O teste foi realizado sem música e no mesmo horário para evitar variações circadianas.

### 1.3 – Procedimentos

Após 48 horas da obtenção das cargas máximas no teste de 1-RM, os indivíduos do programa foram submetidos a realizar o máximo de repetições com uma carga de 75% da carga obtida no teste de 1-RM, no aparelho supino reto. Foi realizado no primeiro dia, o teste sem a presença da música, e após de um período de 72 horas foi realizado outro teste com a música escolhida. O volume da música foi controlado pelo avaliador em um volume considerado agradável. Em ambos, os indivíduos realizavam as repetições até a falha concêntrica.

Foi utilizado, nos dois testes, um metrônomo da marca Seiko®, modelo DM50, com a configuração de 60 BPM, para controlar a velocidade do movimento sendo 4 segundos para a fase excêntrica. A fase concêntrica não foi controlada.

### 1.4 – Tratamento estatístico

Para efeito comparativo, foi utilizado o teste *t student* para os testes sem e com música, com índice de significância de  $p < 0,05$ . Os valores foram analisados no programa Excel® for Windows XP®, no qual foram utilizadas as ferramentas média e desvio-padrão, escore máximo e mínimo.

## II – Resultados

Os escores dos testes de música e com música encontram-se na Tabela 1. Percebe-se que com a utilização da música durante a execução do exercício houve um aumento no número de repetições em 91,66% dos avaliados, sendo que 8,34% mantiveram o número de repetição com ou sem a presença da música. Também se observa que nenhum avaliado diminuiu o número de repetições, com a utilização da música.

Foi visto também que a média das repetições com a música foi de  $10,18 \pm 1,08$ , e, sem a introdução da música, a média foi um pouco inferior de  $8,09 \pm 1,16$ . Pode-se concluir que com o incremento da música, houve um aumento em 20,53%, no número de repetições. No teste de *t de student*, nota-se que houve um resultado de 0,03.

## III – Discussão

As academias se utilizam do recurso da música como se fosse uma prerrogativa, sendo que no seu ambiente, a música se manifesta dentre os praticantes de várias maneiras: mp3, mp4, mp5 e similares, celulares e *Ipods*.

**TABELA 1** Relação entre o número de repetições e a carga (75% de 1RM) sem música e com música, utilizando metrônomo

Variáveis	Média	Desvio padrão	Escore mínimo	Escore máximo	<i>p</i>
Carga	39,9	9,2	28,5	57	
RCM	10,18	1,08	6	10	*0,03
RSM	8,09	1,16	8	12	

RCM – repetições com música/RSM – repetições sem música

\* $p < 0,05$

O presente estudo analisou a influência da música preferida sobre o número de repetições de exercícios contra resistidos em carga de 75% de 1-RM, observando se a música teria alguma influência no aumento ou diminuição do número de repetições com a mesma carga. Conforme visto, observou uma melhora significativa com o auxílio da música, comparado com sua ausência no teste,  $p=0,03$ .

Na Tabela 1, os resultados demonstram um número maior de repetições quando se utilizou a música, em detrimento de quando essa não foi utilizada. Com cerca de 91,66%, aumentaram o número de repetições e 8,34 mantiveram o número de repetições sem alterações e nenhum indivíduo analisado diminuiu o número de repetições. Pelo test t student foi observada que a amostra obteve valores relevantes.

As repetições em nenhum momento foram interrompidas, sendo que o ponto final para o término destas era a falha concêntrica.

Ainda não é muito clara a forma que se deve controlar a velocidade de contração nas fases concêntrica e excêntrica (SIMÃO, 2001, apud SIMÃO, 2004). Então foi configurada velocidade no metrônomo de 60 bpm, obtendo uma média de 4 segundos, na fase excêntrica do movimento, a fase concêntrica não foi controlada.

No estudo de Terry e Karageorghis (2006), foram analisadas 38 mulheres que praticavam exercícios aeróbios e com pesos. Objetivando analisar a relação da música tanto com exercícios anaeróbios e aeróbios, comparando grupo exercício e grupo controle. Comparando o grupo controle e exercício, observou que houve um aumento significativo  $p=0,0002$  no exercício aeróbio e  $p=0,0004$  para o exercício com pesos. Pode-se perceber que no que diz respeito ao treinamento com pesos, observou um resultado relevante  $p=0,0004$ , o mesmo encontrado neste estudo.

Em outro estudo, Maior (2007) utilizou a inibição visual e da via auditiva (de modo verbal), a fim de verificar através da não visualização das cargas um incremento maior de peso pela inibição visual, com o auxílio da motivação via auditiva (de modo verbal), utilizando doze homens. No supino reto livre, durante os testes de 1RM, os avaliados que tiveram os olhos vendados e o estímulo verbal, aumentaram significativamente 5,2kg em média quando comparados com os que não receberam qualquer estímulo verbal e estavam sem a venda nos olhos, com  $p = 0,0001$ . A imaginética, que é a imaginação do movimento, associada à música, parece ter dito efeitos positivos sobre a rede lateral difusa, responsável por função motora e emocional (ALMEIDA et al, 2008).

A utilização de indivíduos já treinados foi intencional, pois os fatores neurais são os principais responsáveis pelo ganho de força (WEINECK, 1999; POWERS; HOWLEY, 2000).

## IV – Considerações finais

Com os dados obtidos, pode-se concluir que ocorreu um maior número de repetições quando se utilizou a música, pois, a amostra apresentou um aumento significativo no número de repetições. Entretanto, o assunto carece de mais investigação já que é pouco estudado e ainda existem poucas análises e pesquisas científicas sobre o tema supramencionado.

## Referências

ALMEIDA, M. W. S et al. Efeito da imaginética relacionada a música na melhora do arremesso do lance livre de basquetebol: comparativo entre dois grupos etários. **Fitness & Performance Journal**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 6, p. 380-5, nov./dez 2008.

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. **Guidelines for exercise testing and prescription**. 6. ed. USA: ACSM, 2000.

BOUTCHER, S. H.; TRENSKE, M. (1990). The effects of sensory deprivation and music on perceived exertion and affect during exercise. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 12, n. 2, p. 167-176, 1990.

CHAGAS, M. H.; BARBOSA, J. R. M.; LIMA, F. V. Comparação do número máximo de repetições realizadas a 40 % e 80% de uma repetição máxima em dois diferentes exercícios na musculação entre os gêneros masculino e feminino. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 5-12, s/m. 2005.

KARAGEORGHIS, C. I.; TERRY, P. C. The psychophysical effects of music in sport and exercise: a review. **Journal of Sport Behavior (JSB)**, v. 20, p. 54-68 1997.

MAIOR, A. S. et al. Resposta da força muscular em homens com a utilização de duas metodologias para o teste de 1rm. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, Niterói (RJ), v. 9, n. 2, 2007.

POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento físico e ao desempenho**. São Paulo: Manole, 2000.

SIMÃO, R.; POLY, M. A.; LEMOS, A. Prescrição de exercícios através do teste de 1RM em homens treinados. **Fitness & Performance Journal**, v. 3, n. 2, p. 47-52, 2004.

TENENBAUM, G. et al. The effect of music type on running perseverance and coping with effort sensations. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, 2004.

TERRY, P. C.; KARAGEORGHIS, C. I. Psychophysical effects of music in sport and exercise: an update on theory, research and application. In: M. Katsikitis (Ed.). **Psychology bridging the Tasman**: science, culture and practice – Proceedings of the 2006 Joint Conference of the Australian Psychological Society and the New Zealand Psychological Society. Melbourne, VIC: Australian Psychological Society, 2006, p. 415-419.

WEINBERG, R. S. E.; GOULD, D. **Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício**. Trad. Maria Cristina Monteiro. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

WEINECK, J. **Treinamento ideal**. São Paulo: Manole, 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Obesity**: preventing and managing the global epidemic. Report of the WHO Consultation on Obesity. Geneva: World Health Organization, 1998.





## Uso de psicofármacos pelos albergados do presídio de Muriaé (MG)

**Eliane Romana de Abreu NÓBREGA**, elianeromarr@hotmail.com<sup>1</sup>; **Andre Luiz Ignachitti HONÓRIO**<sup>2</sup>; **Letícia Muller MIRANDA**<sup>2</sup>; **Bruno Coelho SOUZA**<sup>2</sup>; **Juliana Maria Rocha S. CRESPO**<sup>3</sup>

1. Graduada em Farmácia pela Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé (MG);
2. Especialista em Farmacologia Clínica pela FAMINAS, Muriaé (MG);
3. Mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa (MG); professora na FAMINAS, Muriaé (MG).

Artigo protocolado em 13 ago. 2013 e aprovado em 13 out. 2013.

**RESUMO:** Os psicofármacos são medicamentos que atuam sobre o sistema nervoso central e seu uso deve limitar-se ao imprescindível, vez que são drogas que podem causar dependência e, por conseguinte, influenciar no comportamento psicossocial do indivíduo. Este trabalho avaliou o uso destes medicamentos pelos albergados do presídio de Muriaé (MG). Observou-se que a maioria dos albergados faz uso de psicofármacos.

**Palavras-chave:** psicofármacos, ansiolíticos, antidepressivos, albergados.

**ABSTRACT:** Use of psychotropic drugs by the prison housed in Muriaé (MG). Psychotropic drugs are medicines that act on the central nervous system and its use should be limited to essential, since they are drugs that can cause addiction and therefore influence the social behavior of the individual. This study evaluated the use of these drugs by the prison

housed in Muriaé (MG). It was observed that most housed make use of psychotropic drugs.

**Keywords:** psychiatric drugs, anxiolytics, antidepressants, sheltered.

**RESUMEN: El uso de drogas psicotrópicas por la prisión ubicada en Muriaé (MG).** Los fármacos psicotrópicos son medicamentos que actúan sobre el sistema nervioso central y su uso debe limitarse a los servicios esenciales, ya que son drogas que pueden causar adicción y, por tanto, influir en el comportamiento social del individuo. En este estudio se evaluó el uso de estos fármacos por la prisión ubicada en Muriaé (MG). Se observó que la mayoría albergada hace uso de psicofármacos.

**Palabras claves:** psicofármacos, ansiolíticos, antidepresivos, abrigo.

## Introdução

A utilização de psicofármacos tem sido crescente nas últimas décadas em vários países, consequência, sobretudo, do aumento de diagnósticos de transtornos psiquiátricos na população de modo geral. Sabe-se que o uso destes medicamentos é indispensável no tratamento de algumas formas de transtornos mentais ou distúrbios psiquiátricos, tais como, ansiedade, insônia, depressão, agitação, convulsão e a psicose (WINOGRAD, 2000). De acordo com o Ministério da Saúde, estima-se que pelo menos 21% da população brasileira, ou seja, 39 milhões de pessoas fazem uso ou necessitarão, alguma vez na vida, de atenção e atendimento nos serviços de saúde mental, e que 3% da população sofrem de transtornos mentais graves e persistentes (RODRIGUES, 2006).

Os psicofármacos são medicamentos que atuam sobre o sistema nervoso central, logo, a indicação terapêutica deve ser sintomática e seu uso deve limitar-se ao imprescindível, vez que são drogas que podem causar dependência e, por conseguinte, influenciar no comportamento psicossocial do indivíduo (BRASIL, 2000). Observa-se que fatos do cotidiano podem contribuir para a transformação de todo mal-estar psíquico em doença, associado a uma grande valorização da concepção biológica do sofrimento psíquico que incentiva o tratamento baseado essencialmente em recursos químicos (FERRAZZA et al., 2010). Nesse sentido, sugere-se que uma pesquisa farmacoepidemiológica do consumo de

psicofármacos em uma determinada população homogênea auxilie a definição do tipo de intervenção que deve ser realizada. Para que isso ocorra, há a necessidade de dados específicos a respeito do padrão de consumo em certos grupos populacionais (BELTRAME, 2003). Partindo-se desse contexto, o objetivo deste trabalho consiste em avaliar o uso desses medicamentos pelos albergados do presídio de Muriaé (MG).

## **I – Metodologia**

Trata-se de estudo quantitativo realizado através de uma pesquisa de campo, tendo como público alvo 26 (vinte e seis) albergados do presídio de Muriaé (MG). Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário semiestruturado com 10 perguntas, sendo a pesquisa aplicada individualmente com cada albergado. Após a coleta de dados, esses foram analisados, tabulados estatisticamente por meio do programa Microsoft Excel e apresentados em forma de gráficos.

## **II – Resultados e discussão**

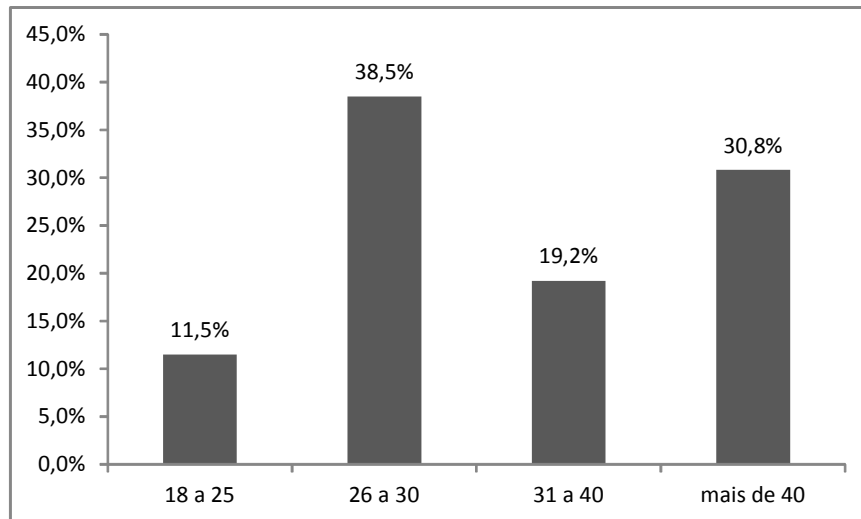
O estudo realizado permitiu verificar que a maioria dos albergados, ou seja, 10 (38,5%) possuem entre 26 a 30 anos, oito (30,8%) mais de 40 anos, cinco (19,2%) entre 31 a 40 anos e três (11,5%) possuem de 18 a 25 anos, conforme se verifica no Gráfico 1. Comparando-se o uso de psicofármacos entre os entrevistados de 18-30 anos com os de 31 em diante, este resultado vai ao encontro do que aponta a literatura (RODRIGUES 2006) que revela que, normalmente, ocorre um aumento do consumo de psicofármacos de acordo com a idade.

De acordo com o Gráfico 2, observa-se que 18 (69,2%) dos entrevistados possuem somente 1º grau incompleto, existindo com isso a prevalência de um nível baixo de escolaridade entre os participantes do estudo. Este resultado também foi observado em pesquisa (RODRIGUES 2006) que apontou uma redução no consumo de psicofármacos entre os indivíduos com maior escolaridade, quando comparados com o grupo sem escolaridade.

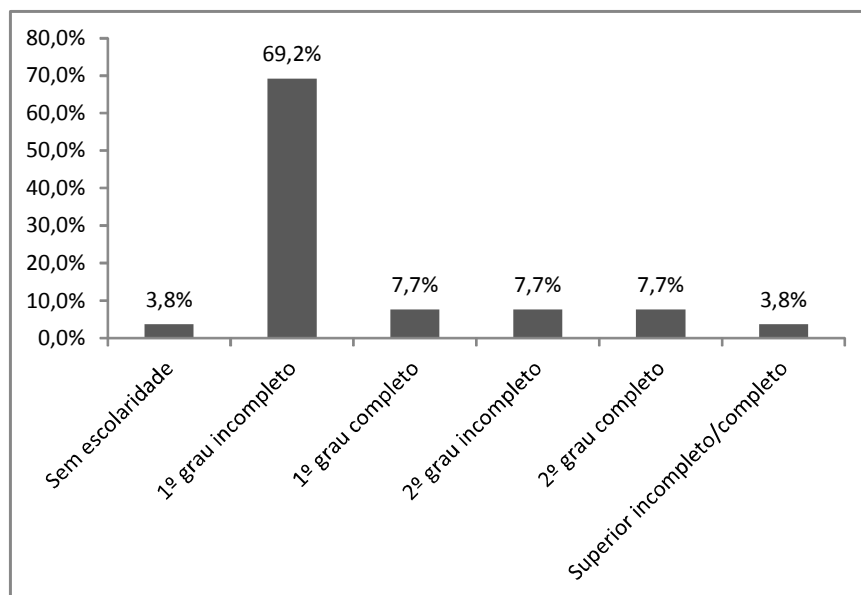
Em relação aos filhos, o Gráfico 3 demonstra que 18 (69,2%) são pais (em média, 3 filhos por detento) e oito (30,8%) não possuem filhos.

Quanto ao estado civil, de acordo com o Gráfico 4, 10 (38,5%) são casados, 10 (38,5%) são solteiros, cinco (19,2%) separados e um (3,8%) viúvo.

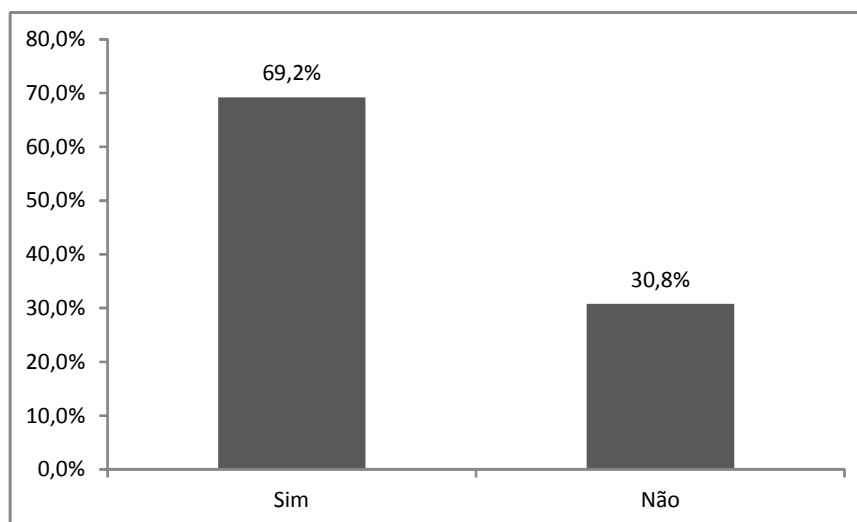
**GRÁFICO 1** Distribuição percentual dos entrevistados quanto à faixa etária



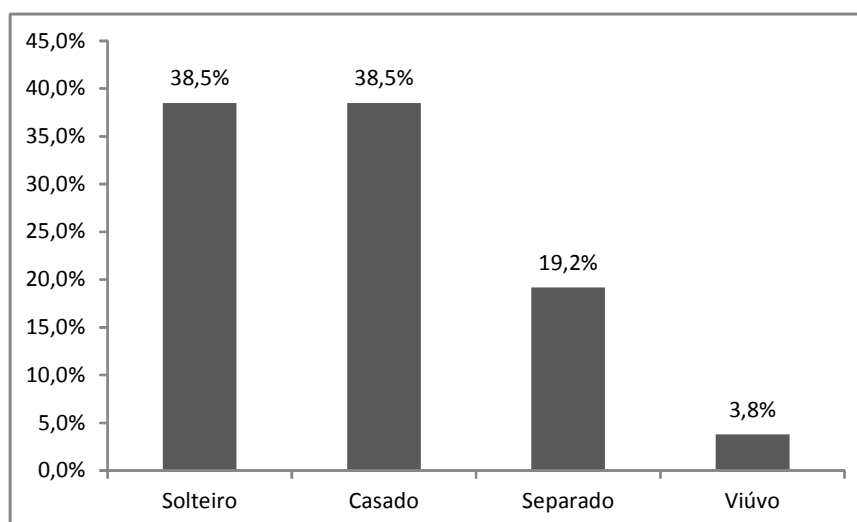
**GRÁFICO 2** Distribuição percentual dos entrevistados quanto à escolaridade



**GRÁFICO 3** Distribuição percentual dos entrevistados quanto à paternidade



**GRÁFICO 4** Distribuição percentual dos entrevistados quanto ao estado civil



Estudos (RODRIGUES, 2006) apontam que a situação conjugal não apresenta associação significativa com o consumo de psicofármacos.

O uso de psicofármacos prevalece entre a maioria dos entrevistados (53,8%), como demonstra o Gráfico 5. Dentre os participantes do estudo, 12 (46,2%) disseram não usar esta classe de medicamento. No entanto (ANTONACCI, 2011), os psicofármacos devem ser considerados como parte integrante do arsenal terapêutico para o tratamento dos transtornos mentais, e não como a única alternativa cabível.

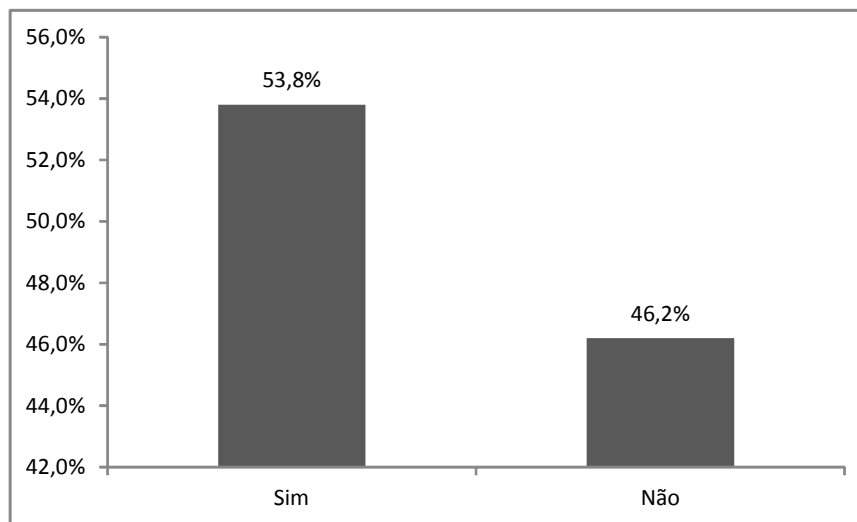
Dentre aqueles que fazem uso de psicofármacos, todos afirmaram que usam regularmente, sendo que cinco (36%) há menos de um ano, quatro (29%) há mais de 9 anos, três (21%) entre 1 a 3 anos, e dois (14%) entre 3 a 5 anos, como verificado no Gráfico 6. Faz-se oportuno registrar (BALLONE, 2013) que em determinadas doenças ou situações, recomenda-se o psicofármaco por um período breve e determinado, outros requerem um período mais prolongado de meses ou anos, e em algumas patologias o tratamento com psicofármaco é para uso contínuo.

Quanto aos efeitos colaterais, cinco (36%) entrevistados citaram sonolência, cansaço, fadiga e diminuição da frequência cardíaca. Cita-se (BELTRAME, 2008) que a busca por psicofármacos mais seletivos e com menos efeitos colaterais, nos últimos 50 anos, tem sido constante. Conforme o Gráfico 7, dos 14 entrevistados que fazem uso de psicofármacos, 10 (71%) apontaram a insônia como efeito colateral, nove (64%) a ansiedade, cinco (36%) a depressão e um (7%) a agitação.

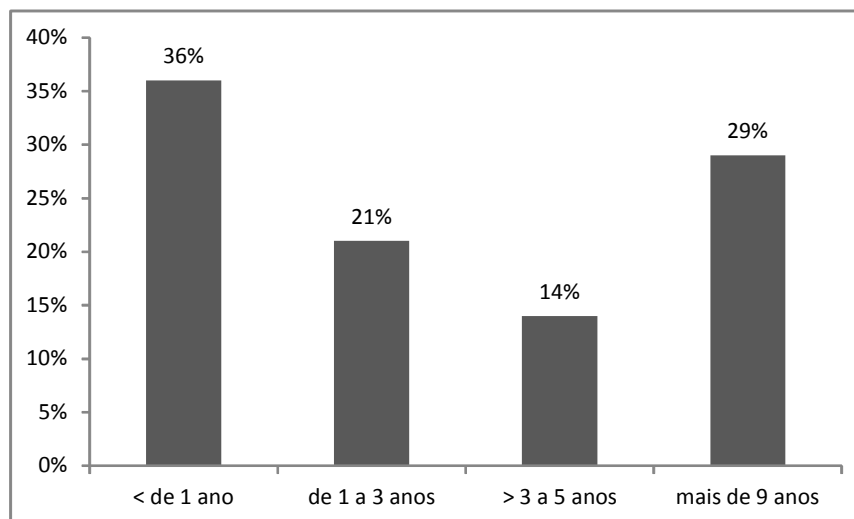
De acordo com o Gráfico 8, entre as classes de medicamentos mais consumidos, 11(79%) entrevistados responderam ansiolíticos e três (21%) antidepressivos.

Os ansiolíticos (BALLONE, 2013), também denominados de benzodiazepínicos ou tranquilizantes, possuem propriedades miorrelaxantes e anticonvulsivantes e são comumente utilizados em tratamentos de insônia, ansiedade, estresse, pânico, agitação etc. Porém, quando consumidos em doses altas, possuem efeito sedativo hipnótico. Nenhum antidepressivo está livre de efeitos adversos (BRATS, 2012). Provavelmente, o efeito seletivo de alguns fármacos na concentração de serotonina, norepinefrina e/ou dopamina interfere na frequência e intensidade de reações adversas gastrointestinais, emocionais, motoras, metabólicas, entre outras. Os efeitos adversos mais comuns são: constipação, diarreia, tontura, dor de cabeça, insônia, náusea, vômito, disfunções sexuais e sonolência.

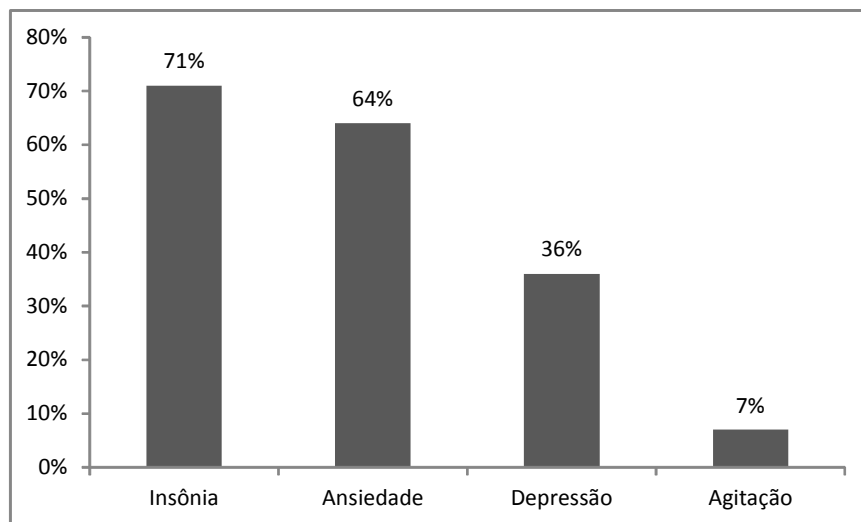
**GRÁFICO 5** Distribuição percentual dos entrevistados quanto ao uso de psicofármacos



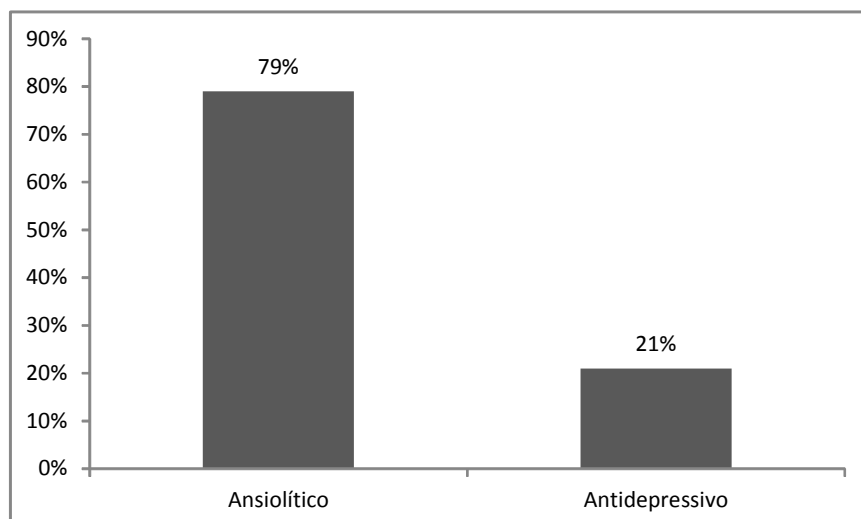
**GRÁFICO 6** Distribuição percentual dos entrevistados quanto ao tempo de uso de psicofármacos



**GRÁFICO 7** Distribuição percentual dos entrevistados quanto ao(s) motivo(s) que levaram ao uso de psicofármacos



**GRÁFICO 8** Distribuição percentual dos entrevistados quanto às classes de medicamentos mais consumidas





### III – Considerações finais

Este estudo permitiu analisar o uso de psicofármacos entre albergados no município de Muriaé (MG). Esta é uma população predisposta a usar esta classe de medicamentos. Neste estudo, a maioria dos entrevistados faz uso de psicofármacos. Acredita-se que o ambiente de isolamento onde se encontram facilita o desenvolvimento de ansiedade, depressão, agitação, insônia dentre outros transtornos psiquiátricos. No entanto, acreditamos ser importante construir um novo olhar para o cuidado em saúde mental, sobretudo entre albergados, que não se restrinja ao contexto do sintoma e da sua contenção, mas que inclua a história de vida, a reconstrução dos laços afetivos, a convivência e o incentivo às tarefas cotidianas como propostas de libertação das amarras ocasionadas pelo sofrimento mental. Cresce o uso de psicofármacos entre albergados e detentos, sendo um problema de saúde mental não só no município de Muriaé, mas em todo país.

### Referências

ANTONACCI, Milena Hohmann; PINHO, Leandro Barbosa de. Saúde mental na atenção básica: uma abordagem convergente assistencial. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Rio Grande do Sul, v. 32, n.1, p. 136-142, mar. 2011.

BALLONE, G. J. **Curso de Psicofarmacologia**. 2003. Disponível em: <<http://gballonesites.uol.com.br/cursos/farmacologia2>>. Acesso em: maio 2013.

BELTRAME, M. M. **Análise o padrão de consumo de psicofármacos**: dos usuários da estratégia saúde da família do bairro centro, no município de São Ludgero (SC). 2008. 53 f. Monografia (Saúde Mental) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2008.

BRATS - Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde. Antidepressivos no transtorno depressivo maior em adultos. **Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde**, v. 6, n. 18, mar. 2012. Disponível em: <[http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/838fdf804aec14f9b529bfa337abae9d/brats18+\(2\).pdf?MOD=AJPERES](http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/838fdf804aec14f9b529bfa337abae9d/brats18+(2).pdf?MOD=AJPERES)>. Acesso em: maio 2013.

BRASIL, Heloisa Helena A. Princípios gerais do emprego de psicofármacos. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 40-41, jun. 2000.

FERRAZZA, D. A.; LUZIO, C. A.; ROCHA, L. C.; SANCHES, L. R. R. M. A banalização da prescrição de psicofármacos em um ambulatório de saúde mental. **Paidéia**, São Paulo, v. 20, n. 47, p. 381-390, jan./abr. 2010.

RODRIGUES, Maria Aparecida P; FACCHINI, Luiz Augusto; LIMA, Maurício Silva de. Modificações nos padrões de consumo de psicofármacos em localidade do Sul do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 107-114, dez./2006.

WINOGRAD, Monah. O sujeito das neurociências. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 521-535, 2010.



## **CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS**





# A construção social da realidade no jornalismo: uma análise a partir do embate *Globo versus Record*

**Lauro Almeida de MORAES<sup>1</sup>**, lauro.jornalismo@gmail.com

1. Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus (BA).

Artigo protocolado em 11 set. 2013 e aprovado em 21 nov. 2013.

**RESUMO:** Nos últimos anos, acirrou-se o embate entre as duas maiores redes de televisão do Brasil: a *Rede Globo* e a *Rede Record*. O conflito tem se manifestado especialmente por meio do jornalismo. Este artigo assinalou as estratégias discursivas e, à luz das Teorias do Jornalismo, evidenciou critérios e procedimentos adotados para construção das notícias que envolvem tal contenda. Contextualizou-se historicamente a questão e, recorrendo-se à metodologia da Análise de Conteúdo, foram analisados ataques entre as emissoras nos seus principais telejornais – *Jornal Nacional* e *Jornal da Record* – a partir de uma amostra de oito reportagens, exibidas no período de 11 a 15 de agosto de 2009. **Palavras-chave:** *Jornal Nacional*, *Jornal da Record*, jornalismo, estratégias discursivas.

**ABSTRACT:** The social construction of reality in journalism: an analysis of clash from *Globo versus Record*. In recent years, stimulated is the

clash between the two biggest TV networks in Brazil: Rede Globo and Rede Record. The conflict has manifested especially through journalism. This article pointed out the discursive strategies and, in the light of theories of journalism, evidenced criteria and procedures adopted for the construction of news involving the contention. It is historically contextualized the issue and resorting to the methodology of content analysis, attacks between the stations were analyzed in their main news programs - National Journal and the Record-Journal from a sample of eight stories, displayed in period 11 the August 15, 2009.

**Keywords:** National Journal, Journal of Record, journalism, discursive strategies.

**RESUMEN:** *La construcción social de La realidade nel periodismo: una análise basado em el conflicto entre Rede Globo e Rede Record.* Em los últimos años fue intensificado um enfrentamiento entre los dos mayores redes de televisión de Brasil. Globo y Record. El conflicto se há manifestado sobre todo a través del periodismo. Este artículo tiene como objetivo destacar lãs estrategias discursivas y, a la luz de lãs teorías del periodismo, mostrar los criterios y procedimientos adoptados para La construcción de las noticias que implica la contención. Históricamente contextualizado el tema y el recurso a la metodología de análisis de contenido, se analizaron ataques entre estaciones en los principales programas de noticias – *Jornal Nacional* y *Jornal da Record* – a partir de una muestra de ocho informes, que fueron mostrados en el período del 11 al 15 agosto de 2009.

**Palabras claves:** *Jornal Nacional, Jornal da Record, hegemonía, periodismo, estrategias discursivas.*

## Introdução

Ao longo das últimas seis décadas, a televisão firmou-se como um ente central da esfera pública no Brasil, passando a garantir não apenas prestígio social aos grupos detentores de concessões de emissoras, bem como poder político e econômico (BUCCI, 1997; HERZ, 1987). Isso foi e é possível não só pelo fascínio despertado pelas imagens, mas também porque a televisão constrói uma determinada visão de mundo acerca dos acontecimentos, especialmente por meio do jornalismo.

Com base nesta concepção é que se desenvolve este artigo em torno do embate entre as duas maiores redes de televisão do Brasil: *Rede Globo* e *Rede Record*. Objetivou-se assinalar estratégias discursivas e, à luz das Teorias do Jornalismo, evidenciar critérios e procedimentos adotados para construção das notícias que envolvem tal conflito.

Tomando como referência as funções do discurso midiático, em especial a partir das reflexões de Rodrigues (2002), e à luz de pressupostos de algumas das Teorias do Jornalismo, particularmente as teorias organizacional e do *newsmaking*, foram analisados os freqüentes ataques entre as emissoras nos seus principais telejornais – *Jornal Nacional* e *Jornal da Record* – no período compreendido entre o dia 11 e 15 de agosto de 2009.

Com a leitura qualitativa das mensagens presentes nas oito reportagens selecionadas, buscou-se apreender elementos essenciais que caracterizam a construção social da realidade por meio do jornalismo. Desta forma, o tratamento dos dados passou pelo crivo da Análise de Conteúdo, principalmente a partir do método categorial de Bardin (1977). Foram definidas, então, as seguintes categorias de análise: 1) as estratégias discursivas de *Globo* e *Record* e 2) o embate entre *Globo* e *Record* à luz da perspectiva construcionista do jornalismo. Complementarmente, utilizou-se também a técnica de emparelhamento, que permitiu validar as evidências empíricas coletadas por meio da comparação com o aporte teórico do estudo.

### I – *Rede Globo*: hegemonia e relações com o poder

Apesar de ter a concessão outorgada no governo de Juscelino Kubitschek, a TV Globo, com sede no Rio de Janeiro, só iniciou suas atividades no período da ditadura militar. Para isso, o empresário Roberto Marinho contou com investimentos do grupo norte-americano *Time Life*, contrariando empecilhos impostos pela legislação brasileira, que não permitia a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação do país.

Como mostra Caparelli (1982), não foram respeitados os modelos tradicionais de administração da radiodifusão nacional para que a emissora viesse a funcionar. E a partir desta “concessão” é que a *Globo* se fortaleceu no cenário nacional, estabelecendo-se como a maior rede de televisão brasileira.

Com a redemocratização política e o surgimento de outras alternativas midiáticas, como os canais por assinatura e a internet, além da diversificação da própria programação televisiva, a *Rede Globo* sofreu uma queda acentuada na audiência, comparando-se aos índices atingidos nos anos 1970/80. Ainda assim, predomina em relação às demais redes de televisão brasileiras (STAM, 2006). Por conta disso, tornou-se modelo para as outras emissoras, que também buscam inovar-se e manter-se na disputa tendo a *Rede Globo* como parâmetro.

“A Rede Globo impôs um padrão de produção de televisão com inovadores recursos de linguagem e com níveis de qualidade técnica que fundaram um modo brasileiro de produção de televisão” (HERZ, 1987, p. 206). Isso, evidentemente, refletiu e reflete até hoje no êxito da empresa, que domina a maior parcela da receita publicitária nacional<sup>1</sup>. Todavia, a hegemonia da *Rede Globo* e, sobretudo, sua relação com o poder sempre foi alvo de muitas críticas. A princípio, por ter associado-se ao regime militar, contribuindo para que este fizesse sua propaganda e que a emissora atingisse o seu ideal. Neste episódio em especial, Herz (1987) afirma que a *TV Globo* adotou um modelo para atingir as classes dominantes e mobilizá-las a favor do governo militar.

Esta relação próxima com as esferas do poder foi perpetuada ao longo da trajetória da *Rede Globo*. Com efeito, a sua ideologia é alimentada também pelo apoio de grupos que possuem interesses em comum com os da emissora, a quem interessa, portanto, que a sua hegemonia se mantenha. Em uma entrevista ao jornal *The New York Times*, o empresário Roberto Marinho, criador das Organizações Globo, teria dito:

Sim, eu uso esse poder, mas sempre de maneira patriótica, tentando corrigir as coisas, procurando caminhos para o país e seus estados. Nós gostaríamos de ter poder suficiente

1. Conforme balanço financeiro da Globo Comunicações e Participações S/A relativo ao ano fiscal de 2009, o grupo faturou R\$ 8,386 bilhões em receita líquida, um crescimento de 10% em relação a 2008. A Rede Globo lidera as empresas do conglomerado, no qual estão também os Canais Globosat, a Globo.com, a TV Globo Internacional, a Globo Filmes, a Som Livre e a Editora Globo, com cerca de R\$ 7,7 bilhões (ADNEWS, 2010).



para consertar tudo o que não funciona no Brasil. A isso dedicamos todas as nossas forças (MARINHO *apud* HERZ, 1987, p. 25).

Essa idéia de “exercício do poder” pode ser contrastada com dois exemplos emblemáticos e que ficaram marcados na história da emissora. São eles: o debate entre Lula e Collor, então candidatos a presidente da República na eleição de 1989, na qual a *Rede Globo* foi acusada de favorecer Collor em detrimento de Lula (CASTRO, 2008); e a omissão na campanha das Diretas Já, em que o jornalismo da *Rede Globo* protelou o quanto pôde em noticiar o movimento popular que se manifestava em favor de eleições diretas para presidente, entre 1983 e 1984, na fase de redemocratização que culminou na total dissolução do regime militar (FANTINATTI; MOURA, 2007).

Os estudiosos reconhecem que o poder da *Rede Globo* também advém do talento artístico, do trabalho de qualidade realizado e da capacidade empresarial de sustentação da empresa, mas não há como desconsiderar a prática do monopólio e da influência política (BRITTOS; BOLAÑO, 2005). De acordo com Bucci (1997, p. 17), “A Globo não é a única, mas é a mais perfeita expressão do modelo gerado pelo autoritarismo, e é também a prova de que ele deu certo”. A afirmação do autor permite inferir que o poder está articulado no modelo das grandes redes de televisão que influenciam a sociedade brasileira, o que explica porque a *Rede Globo* cresceu ao longo dos anos, tornando-se maior e mais abrangente.

## **II – O (re)surgimento da *Rede Record*: um contraponto à hegemonia da *Globo***

A *TV Record*, com sede em São Paulo, é a emissora mais antiga da televisão brasileira ainda em funcionamento. Logo de início, investiu em uma nova linguagem e, na década de 1960, já tinha uma programação fixa de prestígio, líder de audiência na época e que marcou a história da televisão brasileira (AMORIM et al., 1999).

Entretanto, no final dos anos 80, a *Record* estacionou como uma empresa sem lucros e sem prejuízos. A família Machado de Carvalho e o grupo Silvio Santos, sócios-proprietários da emissora na época, decidiram então vender suas ações. Quem adquiriu oficialmente a emissora foi o pastor Odenir Laprovita Vieira, numa negociação que chegou a ser questionada pela Procuradoria da República em São Paulo, sob a alegação de que a real compradora seria uma igreja – a Universal do Reino de Deus (IURD) – o que contrariaria dispositivos da Constituição (NASCIMENTO, 1997).

Ocorre que, no mesmo ano da negociação, o líder da IURD Edir Macedo Bezerra assumiu total controle da emissora, segundo Refkalefsky (2005), comprada por 45 milhões de dólares. A partir de então, começa uma nova fase de investimentos e de inserção no mercado (FACCIO, 2006). Em 1994, a emissora expandiu sua cobertura, investindo em novos transmissores no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, transformando-se, em um curto prazo, numa rede nacional. Três anos mais tarde, a *Rede Record* já figurava entre as principais emissoras da TV aberta brasileira, liderando a audiência em alguns momentos.

De acordo com Rádio e Televisão Record (2010), hoje a programação da emissora está disponível em cerca de 150 países, oferecendo em seu conteúdo programas de humor, novelas, um reality show, séries, shows, variedades e oito programas de conteúdo jornalístico, sendo o *Jornal da Record* o principal deles. Rádio e Televisão Record (2010) publicaram ainda que, em 2004, a emissora chegou ao maior faturamento de toda sua história, totalizando uma receita anual de 500 milhões de reais.

Notoriamente, a trajetória de sucesso da *Rede Record* está intimamente relacionada à da Igreja Universal do Reino de Deus. Segundo Campos (2004), a IURD foi consolidada em 1977, fundada por Edir Macedo, Roberto Augusto Lopes e Romildo Ribeiro Soares. Este último, três anos depois, montou sua própria igreja – a Igreja Internacional da Graça de Deus – e em 1982, foi a vez de Lopes deixar a IURD, tornando-se deputado federal. Edir Macedo, no entanto, teve mais êxito que ambos, tornando-se o mentor do “fenômeno religioso mais importante no Brasil desde a década de 1990. Seja pela força política, seja pelo poderio econômico, seja pela internacionalização em curso” (REFKALEFSKY, 2005, p. 2). A esse respeito, Faccio (2006, p. 10) comenta que

Em 28 anos, a Igreja Universal do Reino de Deus deixou de ser um pequeno grupo neopentecostal para se tornar uma instituição religiosa das mais expressivas nacional e internacionalmente, presente em 98 países e envolvida em diversos e amplos empreendimentos. Uma das suas atuações mais fortes é no campo da comunicação, estando presente em negócios envolvendo televisão, rádio, impressos de grande circulação, grandes sites da Internet e até uma gravadora e uma editora.

Com a aquisição da *Rede Record*, no entanto, a IURD conquistou mais do que espaço na mídia. Conseguiu se firmar como força política e econômica no país. Conforme destaca Faccio (2006, p. 8), “A extensão dos negócios de Edir Macedo talvez faça dele o mais poderoso empresário de comunicação

social do Brasil, já que seu holding tem mais emissoras de TV próprias que afiliadas”. Apesar de ter o dobro do número de emissoras em relação à *Rede Record*, apenas cinco pertencem à própria *Rede Globo* – Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Recife – sendo as demais 116 espalhadas pelo país afiliadas<sup>2</sup>.

A despeito das dicotomias existentes entre as duas maiores emissoras do país, ao menos num ponto ambas convergem: o posicionamento frente à concorrência. Nesse sentido, “A estratégia da IURD é semelhante ao que a *Globo* realiza há três décadas – reagir frente a qualquer ocupação de espaço (ou possibilidade) pelos adversários” (REFKALEFSKY, 2005, p. 5). A lógica é antecipar qualquer ação dos concorrentes, ocupando diferentes mídias e segmentos – TV a cabo (produção, programação e distribuição), internet, jornal impresso, revistas segmentadas, entre outros. Eis uma estratégia que dificilmente será explicitada nestes termos, mas que é identificada pela ação e pelo discurso que a acompanha.

### III – As estratégias do discurso midiático-jornalístico

O discurso é o principal produto da mídia, seu objetivo e expressão final (RODRIGUES, 2002). Desta forma, a mídia constrói discursos que influenciam a vida cotidiana, como ocorre com o texto de uma reportagem. Como observam Rocha et al. (2009, p. 91-92), o discurso jornalístico reitera e reproduz a forma como a sociedade apreende a realidade. “Nesse processo discursivo, portanto, o jornalismo é um produtor de representações sociais e de sentidos, pois as várias estratégias midiáticas armam uma teia complexa, em que se cruzam significados e valores já existentes na formação de outro sentido”.

Charaudeau (2006) ressalta que os representantes das mídias exercem um papel decisivo no processo de construção e gerenciamento do debate público, delimitando e organizando a informação. Com efeito, o jornalismo usa diversos mecanismos para a captar os acontecimentos e obter credibilidade e legitimidade junto ao público, e é importante observar com atenção as características elementares dessa modalidade discursiva.

Para Rodrigues (2002), as duas principais funções do discurso midiático são a referencial, que consiste em dar conta dos acontecimentos que ocorrem no mundo, e a fática, que consiste na manutenção do contato com o público.

2. Emissoras pertencentes a outros sócios-proprietários, mas que têm contrato firmado com a Rede Globo.

E “ser destinatário de um discurso é ser envolvido por ele, ser alvo do seu sentido, ser obrigado a responder às suas interpelações, deixar-se ir na direção que ele próprio produz, orienta e dirige” (*Idem*, p. 218).

Vale ressaltar que todo discurso é persuasivo e “mesmo que o discurso de alguém afirmasse que não persuade, a verdade é que não há discurso inocente” (CITELLI *apud* SALLES, 2002, p. 166). Nesse sentido, o discurso midiático desempenha papel estratégico na sociedade moderna, pois os *media* não só nos dizem em que pensar, mas também como pensar, e, conseqüentemente, o que pensar (McCOMBS; SHAW, 1993).

As seis estratégias basilares que asseguram universalidade referencial aos enunciados, dão credibilidade ao enunciador e, por conseguinte, garantem as próprias funções de mediação do discurso midiático são descritas por Rodrigues (2002): ocultação dos processos de gestação, naturalização, reforço, compatibilização, exacerbação das diferenças e transparência ou visibilidade.

A estratégia de “ocultação dos processos de gestação” caracteriza-se pela tentativa de esconder o processo de enunciação, ou seja, a pessoa, o lugar e o tempo em que foram produzidos os enunciados nem sempre são explicitados. A utilização sistemática e predominante da terceira pessoa evidencia a presença desse mecanismo.

A estratégia de “naturalização” manifesta-se por meio da apropriação de parte da dimensão expressiva de outras instâncias, seguida da tentativa de naturalizar suas aspirações, como se fossem espontaneamente fundadas e, conseqüentemente, indiscutíveis. Esta função exige ainda o acionamento de outro mecanismo paralelo, que é o da “rememoração”. Como os enunciados do discurso midiático são efêmeros e podem cair no esquecimento do público, as retrospectivas e as citações se tornam fundamentais para produzir a naturalização.

Já a estratégia de “reforço” apóia-se na repetição, sendo o elemento que a mídia usa para manter as outras instituições presentes no imaginário social. Este mecanismo, aliás, tem estreita ligação com a estratégia de “visibilidade”, que faz do discurso midiático o instrumento que, praticamente, dá existência social às outras instituições. No contexto noticioso, Romão et al. (2008, p. 105) afirmam que

podemos dizer que o discurso jornalístico contribui para a produção de representações e imagens, tidas como legítimas, e também para a sedimentação de um efeito de passado no presente a ser mantido como verdadeiro, influenciando, assim, a edificação e a sustentação de uma memória de/para o futuro.

Com a estratégia de “compatibilização”, a mídia se coloca como mediadora dos conflitos sociais, esvaziando os embates entre as diferentes posições em questão, sem assumir, ao menos explicitamente, um lado. Nas redações, aliás, a expressão “ouvir os dois lados” é um jargão comum entre os profissionais. Muitas vezes, esse preceito é colocado em prática a partir da formação de enunciados com os quais as partes envolvidas e a sociedade não tenham como discordar. São “dizeres, tidos como notórios e importantes para todos, úteis e dignos de serem relatados além de passíveis de credibilidade” (*Idem*, p. 105).

Com efeito, esta é uma forma pela qual a mídia se cerca de uma pretensa isenção e equilíbrio ao tratar dos mais diversos acontecimentos cotidianos. Entretanto, nem sempre o discurso midiático exerce esse papel harmonizador. Paradoxalmente, a mídia também acirra conflitos por meio da “exacerbação das diferenças” (RODRIGUES, 2002).

A bem da verdade, essas estratégias denotam o esforço da narrativa midiática de “permeabilizar” e reelaborar as várias práticas discursivas, simplificando-as para torná-las acessíveis a um grande público. Natureza fluida e heterogênea que faz com que o discurso midiático contamine e seja contaminado, o que, por conseguinte, permite-o exercer as funções de mediação (RODRIGUES, 2002).

Por deter essa modalidade discursiva sem fronteiras definidas, ou seja, não restrita a uma instituição em especial, é que a mídia tem a capacidade de atrair a atenção de tantas pessoas e instituições, ainda mais numa sociedade em que a difusão da informação é intensa e o tempo escasso. Essa regra vale sobretudo para o jornalismo, que contribui para a homogeneização das sociedades contemporâneas – uma vez que a notícia tem uma projeção bem maior do que a própria capacidade de apreender a realidade social – bem como, paradoxalmente, garante a visibilidade das diversas discussões e instituições da atualidade.

#### **IV – O jornalismo como construção social da realidade**

A influência das rotinas profissionais na produção das notícias é o pilar central das teorias construcionistas do jornalismo, cujo grande avanço para a reflexão acadêmica na área se deu por definir a notícia como uma construção da realidade. Esta perspectiva rejeita as orientações teóricas que até a década de 1970 eram as mais difundidas nas pesquisas em jornalismo – a teoria do espelho, que tomava a notícia como um retrato fiel da realidade e o jornalista como um ente neutro que desaparece entre o acontecimento e a notícia, e a teoria instrumentalista, cuja idéia central é de que existe uma espécie de

conspiração manipuladora na imprensa operando por detrás das notícias que, portanto, representariam uma “distorção” intencional da realidade (TRAQUINA, 2005).

A ideia da objetividade jornalística ficou expressa em obras clássicas, como **Opinião pública**, publicado originalmente em 1922 pelo influente jornalista Walter Lippmann (2004). No entanto, outros autores de renome, como Michael Schudson (2010) e Tuchman (1978), se dedicaram a pesquisas que desconstruíram a falsa noção de que as notícias são um retrato fiel da realidade. Na mesma perspectiva, Traquina (2005) refere-se a uma espécie de acordo, uma relação tácita estabelecida entre o jornalista e o leitor que faz com que a notícia possa ser um índice do real. É disso que, de certa forma, trata Mouillaud (2002, p. 176) ao avaliar que

[...] o que eu leio é o que se espera que esteja ocorrendo, no momento em que leio. O jornal não lê o presente, ele o diz. Na realidade, este não tem outra definição a ser aquela de ser ‘aquilo que é contemporâneo à instância do discurso’ (*Benveniste*). Não tem duração objetiva que não se possa atribuir.

Esta afirmação ratifica que escrever notícias é essencialmente “contar histórias” (ROEH, 1989, p.162), o que não implica em conduta leviana da parte do jornalista. Conforme destacam os defensores da concepção construcionista, é um erro deduzir que a ideia de construção corresponda a ficção. Considerar a notícia uma narrativa apenas “alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna” (TUCHMAN, 1993, p. 262).

A partir de um atropelamento ocorrido numa esquina do Rio de Janeiro, Pena (2004, p. 44) mostra que “o acontecimento assume as diversas cores que os diversos intérpretes dão a ele”, ilustrando a tese do construcionismo no jornalismo:

Nove horas da manhã. O pauteiro, jornalista especializado em dizer o que os repórteres devem fazer, escreve um texto com um resumo do fato e sugere que seja feita uma reportagem. Ele já é a quinta pessoa a fazer uma construção do acontecimento. A primeira foi uma testemunha ocular, que fez o relato para o paramédico. Este ainda contou para o cirurgião do hospital, que, por sua vez, avisou à assessora de imprensa. Mas o processo não pára por aí. O produtor

do telejornal da emissora faz um relatório para o chefe de reportagem e marca o roteiro a ser seguido pelo repórter, que já é a oitava pessoa envolvida na construção da estória. Na rua, o repórter determina ao cinegrafista as imagens que devem ser feitas para ilustrar a reportagem. Elas mostram as marcas de sangue no asfalto, o ônibus parado e um movimento de câmera que supõe reconstituir o trajeto feito pelo veículo. De volta à redação, ele escreve um texto para apresentar ao editor da reportagem, que considera as imagens insuficientes e determina ao editor de arte que faça uma reconstituição no computador. Mas antes de a matéria ir ao ar, o editor-chefe ainda faz algumas modificações no texto que será lido pelo apresentador, o décimo terceiro intérprete do acontecimento (PENA, 2004, p. 43-44).

Refletindo-se mais aprofundadamente, compreende-se que a notícia é uma construção influenciada por fatores pessoais, sociais, culturais, ideológicos, históricos e tecnológicos (J. SOUSA, 2002; L. SOUSA, 2008). Uma destas influências diz respeito ao fato de que o jornalista está submetido à cultura própria das redações e aos constrangimentos organizacionais, pois, no fazer jornalístico, o profissional também é levado a obedecer às normas da empresa, orientadas pela lógica dos negócios, conforme salientado anteriormente, mas de modo contraditório. O mesmo ocorre com o jornalista, que, segundo Breed (1993), acata as normas editoriais na medida em que se envolve numa espécie de socialização sustentada por uma lógica de recompensas e punições.

Pena (2005, p. 136-137) explica esse contexto profissional-organizativo-burocrático do qual fala Breed (1993), assinalando que existem seis fatores que condicionam o conformismo profissional: a autoridade institucional e as sanções, os sentimentos de dever e estima para com os chefes, as aspirações de mobilidade profissional, a ausência de fidelidades de grupo contrapostas, o caráter prazeroso da atividade e o valor representado pelas notícias.

Todavia, obedecer às normas da empresa não significa submeter o jornalista ao controle soberano do patrão. O jornalismo também é pautado por condicionantes objetivos. Conforme sustenta a teoria do *newsmaking*, além dos intervenientes organizacionais e das rotinas de produção da notícia, há critérios de noticiabilidade, ou seja, todos os fatos possuem menor ou maior potencial de virar notícia. “Quanto maior o grau de noticiabilidade, maior essa capacidade” (PENA, 2005, p. 71).

Wolf (1999) explica que os critérios de noticiabilidade estão relacionados às rotinas e padronizações do fazer jornalístico. Nesse sentido, a definição de noticiabilidade está atrelada ao conceito de perspectiva-da-notícia, que é a resposta que a imprensa dá à questão que baliza a atividade dos jornalistas: quais os fatos cotidianos que são importantes e devem virar notícia?

Contrariando os princípios de que o jornalismo retrata fielmente a realidade, o autor explica que “as notícias são aquilo que os jornalistas definem como tal” (ALTHEIDE, 1976 apud WOLF, 1999, p. 171), ou seja, é o resultado de um processo organizado em que os acontecimentos são reunidos de forma simples e direta. Pragmaticamente, escolhe-se, então, o que é noticiável, privilegiando aquilo que é mais factível, que pode ser transformado em produto informativo considerando o tempo e os recursos disponíveis.

Para Tuchman (1993), os critérios são como o conjunto de sintomas aos quais os doentes em um hospital são “reduzidos” a fim de facilitar sua identificação e seu tratamento. Contudo, não são absolutos, pois se trata de “[...] uma questão negociada, o que faz com que todos esses critérios sejam variáveis. Ou seja, o repórter negocia com o editor, que negocia com o diretor de redação, e assim por diante” (PENA, 2005, p. 73). Por isso, diversos autores tratam desta temática, apresentando um vasto número de critérios, que são indicativos de noticiabilidade, porém, não são unânimes.

De acordo com Erbolato (1981), as notícias com maior probabilidade de publicação/exibição são as que atendem aos seguintes critérios: proximidade; impacto; proeminência – personalidades; aventura e conflito; consequências; humor; raridade; progresso; interesse pessoal; interesse humano; importância; rivalidade; utilidade; política editorial do jornal; oportunidade; dinheiro; originalidade; culto de heróis; descobertas e invenções; repercussão; confidências.

Wolf (1999), por sua vez, classificou o grau de noticiabilidade conforme o que chama de valores/notícia (*news values*), separando-os por categorias (Quadro 1). “Esses valores constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (WOLF, 1999, p. 195). Como explica o autor, os valores/notícia operam de modo peculiar, ou seja, a seleção das notícias passa por um processo de decisão e de escolhas realizadas rapidamente, a partir de elementos conhecidos como senso comum dentro de uma redação. Os critérios devem ser fáceis e rapidamente aplicáveis, de forma que as escolhas possam ser feitas sem demasiada reflexão.

Em relação às categorias substantivas, Pena (2005, p. 72) comenta que “uma informação sobre o presidente da República é mais valorizada do que outra, de mesmo tom, sobre um vereador”. As relativas ao produto remetem a conceitos elementares da atividade jornalística. As referentes ao meio de



informação levam em conta a especificidade cada veículo de comunicação. “Na TV, por exemplo, há a necessidade da imagem e isso influencia a noticiabilidade” (PENA, 2005, p. 73). As categorias alusivas ao público consideram serviços e a proteção dos leitores/espectadores, como a não divulgação de suicídios. E, por fim, as relativas à concorrência, que levam em conta o trabalho outros veículos de imprensa.

Wolf (1999) ainda faz duas considerações importantes sobre os valores-notícia. A primeira é que mudam no tempo e no espaço, não permanecendo sempre os mesmos, pois a notícia tem caráter dinâmico. Assuntos relevantes de hoje podem deixar de ser amanhã. Outra consideração diz respeito aos chamados *single issue movements*, isto é, aos movimentos de opinião que se solidificam na sociedade civil e passam a ser notícia. Em suma, a abordagem do *newsmaking* articula-se dentro de dois limites: a organização dos trabalhos e dos processos produtivos num jornal ou emissora de televisão e a cultura profissional dos jornalistas.

Com efeito, o modelo construcionista também é fundamental para a compreensão da dimensão cultural das notícias, de que estas são produzidas a partir de um sistema cultural próprio, que, mesmo inconscientemente, influencia na escolha do que é importante ou não noticiar, do que merece destaque e o que é insignificante do ponto de vista jornalístico. O jornalista está situado num tempo e num lugar que constrói os “mapas de significado que [...] constituem a base do nosso conhecimento cultural” (HALL et al., 1993, p. 226). Com base neste conhecimento, o mundo social é traçado e os meios de comunicação identificam e contextualizam as notícias, pois, segundo Hall et al. (1993, p. 226), “um acontecimento só ‘faz sentido’ se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais”.

Essas ideias compõem o cerne da abordagem culturalista britânica sobre o jornalismo, que destaca a notícia como um produto social condicionado por diversos fatores (L. SOUSA, 2008, p. 224). Nesta perspectiva, a organização burocrática dos meios de comunicação, os valores/notícia, a ideologia profissional dos jornalistas e a próprio processo de construção da notícia compõem o fazer jornalístico, mostrando que a fronteira entre as diversas teorias construcionistas do jornalismo é tênue e, portanto, não podem ser tratadas de forma compartimentada.

Partindo, então, da compreensão de que o jornalismo é produzido a partir de um sistema cultural próprio, que tem o jornalista como participante ativo – ainda que não haja autonomia absoluta em sua prática profissional – compreende-se que as notícias resultam de “um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (a notícia)” (TRAQUINA, 2005, p. 180). Esta

lógica produtiva tenta, portanto, ordenar e organizar os acontecimentos, visto que a informação está associada à natureza relativamente inexplicável dos fenômenos (RODRIGUES, 1994).

As diversas vertentes de pesquisa que têm refletido sobre a atividade jornalística complementam-se, portanto, no sentido de assentar a ideia da construção social da realidade. Desta forma, formou-se uma perspectiva teórica que possibilitou uma compreensão mais acurada da lógica produtiva jornalística, sobre a qual reflete o paradigma construcionista e cujo amplo campo de interface permite desvelar múltiplos intervenientes entre o acontecimento e a notícia.

## V – Metodologia

O primeiro procedimento metodológico foi uma busca e revisão bibliográfica acerca das áreas compreendidas pelo artigo. Desta forma, construiu-se o arcabouço teórico-conceitual que balizou a abordagem e análise da amostra, composta por oito reportagens exibidas entre os dias 11 e 15 de agosto de 2009. A interpretação capital dos dados deu-se, então, por meio da Análise de Conteúdo (AC), entendida como “um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. A técnica se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento” (CHIZZOTTI, 1991, p. 98).

Sendo adaptável e aplicável ao vasto campo das “comunicações”, linguísticas e não linguísticas, a AC completa, portanto, o quadro epistemológico. Segundo Bardin (1977, p. 38), “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Desta forma, foram destacados os principais trechos das reportagens analisadas, cujo conteúdo fosse emblemático para enfatizar as estratégias discursivas de Globo e Record bem como para ponderação com base nas teorias do construcionistas jornalismo.

No que tange à interação da AC com outras técnicas de pesquisa, Bardin (1977, p. 32) salienta que “quanto mais o código se torna complexo, ou instável, ou mal explorado, maior terá de ser o esforço do analista, no sentido de uma inovação com vista à elaboração de uma nova técnica”. Neste caso, isso foi feito a partir da técnica de emparelhamento (*pattern-matching*), que permite “associar os dados recolhidos a um modelo teórico com a finalidade de compará-los” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 227). Deste modo, as “comunicações” coletadas a partir das reportagens e os resultados obtidos na AC foram validados por meio da comparação com o aporte teórico da pesquisa.

A fim de facilitar o emparelhamento, dentre os diversos procedimentos disponibilizados pela AC, foi usada a análise categorial, definida como “um método taxionômico bem concebido para (...) introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente.” Estabelece-se, portanto, espécies de “gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem” (BARDIN, 1977, p. 37).

Objetivamente, foram elencadas duas categorias: 1) as estratégias discursivas de *Globo* e *Record* e 2) o embate entre *Globo* e *Record* à luz da perspectiva construcionista do jornalismo. A primeira categoria discrimina, sobretudo com base na classificação de Rodrigues (2002), as nuances discursivas utilizadas pelas duas emissoras para construção das reportagens. Já a segunda categoria estabelece um paralelo entre preceitos das teorias construcionistas do jornalismo e o conteúdo das reportagens analisadas.

Por meio destas categorias, as “comunicações” – sejam textos, imagens ou depoimentos – passaram pelo “crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido” (BARDIN, 1977, p. 37). Depreende-se, então, a razão da escolha desse procedimento específico, cuja flexibilidade permitiu interpretações de ordem qualitativa, clarificando a compreensão acerca do embate entre *Rede Globo* e *Rede Record* no campo jornalístico e para além dele.

## VI – Resultados e análises

### 6.1 – As estratégias discursivas de *Globo* e *Record*

No dia 11 de agosto de 2009, a *Rede Globo* apresentou no *Jornal Nacional* uma reportagem que tratou da abertura de uma ação criminal contra Edir Macedo e mais nove pessoas ligadas a ele, por lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Os acusados aproveitar-se-iam da isenção de impostos concedida pela Constituição às igrejas para operar um esquema ilegal, conforme afirma a reportagem:

O fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, e mais nove pessoas são acusados de se apropriar ilegalmente de dízimos e de ofertas de fiéis. E de usar dinheiro das doações para construir um patrimônio pessoal. Diz a denúncia: a atuação da quadrilha não conheceu limites, seus integrantes se utilizaram da Igreja Universal do Reino de Deus para prática de fraudes em detrimento da própria Igreja e de inúmeros fiéis (SEVERIANO, 2009).

O Ministério Público teria investigado o caso por dois anos, concluindo que houve desvio de finalidade na aplicação do dinheiro. Ou seja, em vez de usar o dinheiro em obras de caridade e na manutenção dos templos, os recursos seriam aplicados na compra de bens pessoais, como empresas de comunicação, entre as quais a *Rede Record*, conforme negociação expressa por Nascimento (1997) e Refkalefsky (2005).

Levantamento da *Folha de São Paulo* publicado em dezembro de 2007, mostra que a Igreja construiu um império formado por rádios, emissoras de TV, jornais e gráficas. Segundo a reportagem, algumas empresas são do próprio Edir Macedo. Na denúncia que trata do destino do dinheiro das doações, os promotores afirmam: a quadrilha era liderada pelo denunciado Edir Macedo, que comandava de fato todas as ações praticadas pela organização (SEVERIANO, 2009).

Conforme preconiza a estratégia de compatibilização do discurso midiático, cuja ideia de ouvir os “lados envolvidos” enseja numa tentativa de dar isenção à narrativa (ROMÃO et al., 2008), o advogado dos réus foi entrevistado, e afirmou que as acusações não são fundamentadas, e que os inquéritos são sempre arquivados. Disse ainda que há contradição nas informações obtidas de órgãos federais que embasam a denúncia: o Conselho de Controle de Atividades Financeira (COAF) e o Ministério da Fazenda.

No dia seguinte, o *Jornal da Record* revidou a investida da emissora concorrente, contratando também com uma longa reportagem, a qual aponta o sucesso e a inovação da *Rede Record*, alguns deles citados por Faccio (2006), como os principais motivos dos ataques. Destacou ainda que a *TV Globo* tratou da questão durante dez minutos, tempo considerado fora do padrão de reportagens do *Jornal Nacional* – em sua maioria curtas, com no máximo dois minutos – e bem maior que o espaço que as demais emissoras dedicaram ao assunto. A reportagem da *Record* enfatiza que a *Globo* usa seu poder em prol de interesses pessoais, tal qual sugere Herz (1987), usufruindo da sua influência e prestígio para manipular o país, como afirma o repórter:

Não é novidade que a família Marinho, usa a emissora de televisão para seu jogo de interesses. A história denuncia: acordos suspeitos, perseguições, dinheiro ilegal do exterior, apoio a ditadura militar, e até tentativa de fraudes em

eleições. Nem o atual governo federal escapou das manipulações da *Globo* (STURM, 2009a).

O *Jornal da Record* ressaltou também que as acusações contra os líderes da Igreja Universal do Reino de Deus ainda estão sendo apuradas, portanto não seriam conclusivas. Além disso, a reportagem exibiu obras sociais realizadas pela Igreja com a o dinheiro arrecadado dos fiéis.

Percebe-se, claramente, que a *Rede Record* apoiou-se mais na exacerbação das diferenças (RODRIGUES, 2002), como comprova este outro trecho de reportagem:

O velho discurso da *Globo* também deu espaço para um ex-frequentador, citado na denúncia do Ministério Público de São Paulo, que se disse prejudicado pela Igreja Universal. Mas segundo a Igreja, se esse fosse o parâmetro, denúncias de ex-funcionários da *TV Globo* também deveriam ser apuradas pelos promotores, como as graves acusações feitas pelo ex-auditor fiscal da *Globo*, Romero Machado, autor do livro *A Fundação Roberto Marinho*. O ex-empregado da emissora carioca acusa os ex-patrões de compra de notas fiscais falsas, caixa dois, falsificação de concorrência e obtenção ilegal de verbas públicas por meio da Fundação Roberto Marinho (STURM, 2009b).

Enquanto isso, a *Rede Globo*, ao modo peculiar como sempre opera (CASTRO, 2008; FANTINATTI; MOURA, 2007), recorreu mais incisivamente à estratégia de compatibilização (RODRIGUES, 2002), como forma de demonstrar uma suposta isenção discursiva sobre os fatos, bem como à estratégia de naturalização (RODRIGUES, 2002), sobretudo ao apropriar-se de parte da dimensão expressiva do judiciário e do Ministério Público, naturalizando suas posições, como se fossem naturalmente fundadas, ou seja, indiscutíveis.

O embate nestes moldes dá a tônica do discurso nas reportagens exibidas no período de 11 a 15 de agosto de 2009 tanto no *Jornal Nacional* quanto no *Jornal da Record*, o que também traz à tona as estratégias de reforço e visibilidade (RODRIGUES, 2002), cujas dinâmicas se complementam no sentido de dar projeção pública às instâncias e ao debate em questão, mantendo-os presentes no imaginário social e no debate público.

O discurso é o principal produto da mídia, conforme defende Rodrigues (2002). Nesse sentido, a *Rede Globo* e a *Rede Record* construíram um a partir das reportagens, tendo como objetivo e expressão final confrontar ambas as

posições em disputa. E como todo discurso é persuasivo (CITELLI *apud* SALLES, 2002), as emissoras ressaltaram os aspectos que interessavam a cada uma delas.

Nota-se pelo próprio histórico das emissoras, como apontam diversos estudos – Bucci (1997), Castro (2008), Fantinatti; Moura (2007), Refkalefsky (2005), Faccio (2006), Herz (1987), Campos (2004) – que o que está em jogo, na verdade, é a manutenção, afirmação e ampliação do poder de ambas. Por isso, cada qual estabelece um discurso para tentar garantir a legitimidade e visibilidade de suas aspirações, a fim de que sejam interpretadas como mais justas e corretas do que a outra pela opinião pública, e até mesmo acima dos interesses organizacionais que possuem.

## **6.2 – O embate entre *Globo* e *Record* à luz da perspectiva construcionista do jornalismo**

As teorias construcionistas do jornalismo sustentam a perspectiva de que o jornalismo opera no sentido da construção social da realidade. Nessa concepção, a notícia é uma construção influenciada por fatores diversos, inclusive históricos, sociais, tecnológicos, pessoais e ideológicos (J. SOUSA, 2002; L. SOUSA, 2008). Neste sentido, pôde-se observar nas oito reportagens analisadas do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Record* que ambos construíram um discurso apresentando “realidades” distintas em torno de um embate que tem uma finalidade comum, porém antagonica, conforme explicitado anteriormente.

Isso não pode ser interpretado, no entanto, como indício de que os telejornais de *Globo* e *Record* apoiaram-se em inverdades ou dados fictícios para compor as reportagens, pois é um erro deduzir que a idéia de construção corresponda a ficção. Considerar a notícia uma narrativa é aceitá-la como “uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna”, o que não implica em negar que a mesma informe ou tenha correspondência com a realidade exterior (TUCHMAN, 1993, p. 262).

Neste caso, essa “validade interna” é determinada, em grande parte, pela luta pelo poder no campo da comunicação. O interesse das duas redes de televisão está fundamentalmente relacionado a questões de ordem mercadológica e econômica, o que não deveria causar perplexidade, pois é algo apontado por pesquisas no âmbito da “teoria organizacional” aplicada ao jornalismo desde a década de 1950 (BREED, 1993). De acordo com essa vertente de estudo, o jornalismo não é a prioridade das empresas do ramo, e sim o lucro.

Pela teoria organizacional, o trabalho jornalístico é dependente dos meios utilizados pela organização. E o fator econômico é o mais influente de seus condicionantes. [...]

O jornalismo é um negócio. E, como tal, busca o lucro. Por isso, a organização está fundamentalmente voltada para o balanço contábil. Então, qual será o setor mais importante de uma empresa jornalística? Fácil: é o comercial (PENA, 2005, p. 135-136).

Portanto, a rivalidade entre *Globo* e *Record* delimita-se, em primeiro lugar, não por indicadores de qualidade da informação, mas pelos índices de audiência, que refletem diretamente no balanço financeiro das emissoras. Não que o interesse público – considerado, do ponto de vista jornalístico, o critério de noticiabilidade mais importante (WOLF, 1999; ERBOLATO, 1981) – seja relegado a último plano, porém o suporte teórico e o material analisado atestam que este não está acima das necessidades de sobrevivência da organização (HERZ, 1987; BRITTOS; BOLAÑO, 2005; NASCIMENTO, 1997; REFKALEFSKY, 2005). Uma prova também de que os critérios de noticiabilidade não são absolutos, mas variáveis, conforme ressalta Pena (2005).

Neste aspecto, é oportuno destacar a força da política editorial (PENA, 2005; ERBOLATO, 1981), que se enquadra como um critério de noticiabilidade elementar no embate entre *Globo* e *Record*. Observou-se que as reportagens que compuseram a amostra tiveram um perfil marcadamente “editorializado”, com características bem peculiares não só ao estilo de jornalismo das duas emissoras, como também um forte viés organizacional. O conteúdo exibido manifestou, de maneira clara, atender aos interesses corporativos de cada empresa. E segundo Breed (1993), há uma dinâmica sociocultural nas redações que impulsiona os jornalistas a seguir a linha editorial da empresa.

Portanto, os repórteres envolvidos na cobertura das notícias analisadas, provavelmente, estiveram sujeitos ao que Pena (2005) chama de “conformismo profissional”, estando sujeitos à autoridade institucional e às sanções caso não executassem as reportagens com afinco, aos sentimentos de dever e estima para com os chefes, às aspirações de mobilidade profissional, à ausência de fidelidades ao grupo contrário, ao caráter prazeroso da atividade e ao próprio valor representado pelas notícias envolvendo o embate entre as emissoras mais poderosas do país.

Deste modo, pode-se inferir que os critérios objetivos, substantivos, deram lugar a uma perspectiva-da-notícia peculiar (WOLF, 1999), relativas a cada um dos meios de informação (PENA, 2005). Ou seja, houve uma espécie de opinião de cada uma das emissoras embutida nas reportagens, como pode ser observado na matéria do dia 13 de agosto de 2009 do *Jornal Nacional*, em que é reforçada a informação dos gastos feitos pelo Bispo Edir Macedo na aplicação do dinheiro dos fiéis para a compra de diversas empresas. Tralli (2009) relata que “segundo

denúncia do Ministério Público, a UNIMETRO e CREMO são empresas que escondem a origem do dinheiro empregado ilegalmente em benefício de Edir Macedo e dos outros acusados”. Já o *Jornal da Record*, em reportagem exibida no mesmo dia, afirmou que a *Globo* desrespeita o espaço dos cultos e a liberdade de manifestação religiosa ao invadir com câmeras secretas templos da Igreja Universal do Reino de Deus (STURM, 2009b).

A postura adotada pela *Rede Globo* e pela *Rede Record*, notadamente, não só possibilita a criação de uma estrutura interna de valores/notícia acerca do embate, organizando o trabalho e os processos produtivos que o envolvem, como também serve para alimentar entre os profissionais de cada redação uma cultura de concorrência e rivalidade (HALL et al., 1993). Por outro lado, também busca criar um *single issue movement* a partir do conflito, promovendo movimentos de opinião junto à sociedade civil, que passam a compor o debate público, tornando-se notícia (WOLF, 1999).

Todavia, ainda que por detrás do discurso de ambas as emissoras figurem questões religiosas, cabe ponderar se não são apenas nuvens que tentam desviar os olhares do conflito principal, tendo em vista o papel ativo do jornalista no sentido de perceber, selecionar e transformar os acontecimentos em notícia (TRAQUINA, 2005). Não se pode inferir, por isso, que haja má fé dos profissionais. Todavia, a bem da verdade, o embate entre dois grandes grupos empresariais é o que transparece nitidamente após a análise das reportagens. Fica patente que dentre os mais diversos critérios de noticiabilidade impera o da rivalidade (ERBOLATO, 1981). Porém, nas circunstâncias em que se coloca, deve-se considerar que não somente por decisão ou opção editorial, mas pelas estratégias, muitas vezes espúrias, que uma “guerra” de interesses impõe.

## VII – Considerações finais

Numa sociedade ambientada pela concorrência acirrada nos mais diversos campos sociais, é oportuno perceber que a disputa pelo poder impulsiona de modo especial os meios de comunicação. Neste sentido, ter analisado o recente embate entre a *Rede Globo* e a *Rede Record* possibilitou entender, um pouco mais, como o jornalismo atua, usando conceitos e técnicas de organização da informação que ficaram consagrados, aos quais a sociedade se acostumou e, muitas vezes, tende a concebê-los como capazes de produzir índices fiéis da realidade.

A partir das reportagens analisadas, percebeu-se como as denúncias de ambos os lados foram repassadas ao público, evidenciando que tanto a *Rede Globo* quanto a *Rede Record* manejaram a informação de acordo com a perspectiva particular de cada emissora. Desta forma, notou-se que ambas



defenderam seus interesses, rompendo com a concepção tradicional de que o jornalismo atua, em primeiro lugar, em defesa do interesse público.

As redes de televisão são estruturas empresariais e, como tal, atendem a demandas mercadológicas, e dizer que isso não tem qualquer influência no conteúdo jornalístico é desconsiderar que são duas faces da mesma moeda – estão separados, têm certa independência, mas um lado depende do outro pra existir. Este trabalho mostrou, justamente, que nesta perspectiva deve ser vista a relação entre a grande imprensa e o poder. Não há como desconsiderar que está em jogo a hegemonia em diversos campos, seja o político, o econômico ou o informativo/comunicacional.

Com efeito, o foco deste artigo esteve na estrutura da informação das reportagens analisadas, a fim de que fossem destacados aspectos que revelassem porque essas notícias foram apresentadas da forma como exibidas. Neste sentido, notou-se a presença das estratégias discursivas de compatibilização, exacerbação das diferenças, reforço e visibilidade, a fim de garantir legitimidade e concretude das aspirações da *Rede Globo* e da *Rede Record*.

Do ponto de vista construcionista do jornalismo, já se percebeu a força da política editorial como critério basilar para a construção das reportagens, com características bem peculiares não só ao estilo de cada emissora, como também um forte viés organizacional. Isto implica, entre outros fatores, à sustentação de uma estrutura interna de valores/notícia acerca do embate, calcada numa cultura de concorrência e rivalidade – outro critério de noticiabilidade que se sobressaiu na amostra.

Compreendeu-se, portanto, que a luta pela audiência e pelo discurso dominante entre a *Rede Globo* e a *Rede Record* está, no mínimo, tão ligada a questões na esfera do poder – ou dos poderes – quanto à transparência e à democratização da informação, conforme propagado por ambas. Este trabalho, então, não só elucidou componentes intrínsecos e nem sempre explícitos nos ataques entre as duas maiores redes de televisão brasileiras, que tornam um duelo organizacional parte da agenda pública, como também possibilitou compreender de forma mais empírica como se opera a construção social da realidade no âmbito do jornalismo.

## Referências bibliográficas

ADNEWS (31 mar. 2010). Globo divulga balanço anual. **Adnews**. Disponível em: <<http://www.adnews.com.br/midia/101360.html>>. Acesso em: 16 set. 2010.

AMORIM, Antonio C. Bellini et al. **Rede Record: 45 anos de história**. São Paulo: Design Edição, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BREED, Warren. O controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nélson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993, p. 152-166.

BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo, 1997.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva. **Revista USP**, São Paulo, n. 61, p. 146-163, mar./maio 2004.

CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: LPM, 1982.

CASTRO, Bruno Fernando de. Memória institucional e institucionalização da memória: a questão dos lugares de fala na produção da narrativa memorial e o projeto Memória Globo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2-6 set. 2007, Natal. **Anais...**

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

ERBOLATO, Mário. **Jornalismo especializado: emissão de textos no jornalismo impresso**. São Paulo: Atlas, 1981.

FACCIO, Maria da Penha Rocha. O império midiático da Igreja Universal do Reino de Deus: reflexões e análises das estratégias de comunicação da IURD. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 6-9 set. 2006, Brasília. **Anais...**

FANTINATTI, Márcia; MOURA, Patrícia Rodrigues de. A cobertura dada pela Rede Globo ao movimento Diretas Já: o que as atuais gerações sabem a respeito? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 29 ago-2 set. 2007, Santos. **Anais...**

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o *muggin* nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993. p. 224-262.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

LAVILLE, Christian, e Jean. DIONNE. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIPPMAN, Walter. **Public opinion**. New York: Dover Publications, 2004.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The evolution of agenda-setting research: twenty five years in the marketplace of ideas. **Journal of Communication**, Washington, v. 43, n. 2, p. 58-67, 1993.

MOUILLAUD, Maurice. Posturas do leitor. In: **O jornal: da forma ao sentido**. Maurice MOUILLAUD e Sergio Dayrell, PORTO (orgs.). Brasília: UnB, 2002. p. 159-176.

NASCIMENTO, Gilberto. O Calvário do bispo. **IstoÉ**, São Paulo, p.76-81, 15 jan. 1997.

PENA, Felipe. **Teoria da biografia sem fim**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

RÁDIO E TELEVISÃO RECORD. **História**, 2010. Disponível em: <<http://rederecord.r7.com/historia.html>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

REFKALEFSKY, Eduardo. Estratégias de comunicação da Igreja Universal do Reino de Deus, no Brasil, e dos televangelistas nos EUA: um estudo comparado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 5-9 set. 2005, Rio de Janeiro. **Anais...**

ROCHA, Sibila et al. A representação feminina nos discursos midiáticos e suas repercussões nas práticas formativas. **Vidya**. Santa Maria: UNIFRA, v. 29, n. 1, p. 87-96, jan./jun. 2009.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

\_\_\_\_\_. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice e Sergio Dayrell, PORTO (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Unb, 2002, p. 217-233.

ROEH, Itzhak. Journalism as Storytelling, Coverage as Narrative. **American Behavioral Scientist**, nov. 1989, p. 162-168.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa et al. Sentidos de resistência no discurso jornalístico inscrito na revista Caros Amigos. **Alceu**, Rio de Janeiro: PUC-Rio, v. 9, n.17, p. 102-114, jul./dez. 2008.

SALLES, Adriana Amaral Flores. **O discurso político sob o discurso religioso e o fazer persuasivo**. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 5., 17-18 out. 2002, Curitiba. **Anais...**

SCHUDSON, Michael. **Descobrendo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEVERIANO, Alan. Reportagem sobre Edir Macedo. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 11 ago. 2009. Vídeo.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.

SOUSA, Li-Chang Shuen Cristina Silva. O jornalismo que a sociedade consome: um pensar teórico. **Comunicação e Espaço Público**, 2008, p. 223-237.

STAM, Gilberto (7 fev. 2006). Hegemonia da Globo no veículo prioritário de consumo. **Observatório da Imprensa** [Online]. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=367TVQ005>>. Acesso em: 16 set. 2010.

STURM, Lucio. Reportagem sobre a Rede Globo. **Jornal da Record**, São Paulo, 12 ago. 2009a. Vídeo.

\_\_\_\_\_. Reportagem sobre a Rede Globo. **Jornal da Record**, São Paulo, 13 ago. 2009b. Vídeo.

TRALLI, César. Reportagem sobre Edir Macedo. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 13 ago. 2009. Vídeo.

TRAQUINA, Nelson. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993, p. 252-262.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **Making news**: a study in the construction of reality. New York: Free Press, 1978.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1999.

## As estratégias retóricas utilizadas por Dilma e Serra no primeiro turno do HGPE de 2010<sup>1</sup>

**Luiz Ademir de OLIVEIRA<sup>2</sup>**, luizoli@ufs.j.edu.br; **Thamiris Franco MARTINS<sup>2</sup>**

1. Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro (RJ); professor e pesquisador no Curso de Comunicação Social (Jornalismo) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei (MG).
2. Graduanda em Comunicação Social (Jornalismo) pela UFSJ, São João del-Rei (MG), e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**RESUMO:** O presente artigo analisou de forma qualitativa as estratégias retóricas acionadas pelos dois principais candidatos à Presidência da República em 2010 – Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) – no primeiro turno do HGPE. Averiguou-se como os candidatos construíram suas imagens, quais foram os principais temas políticos, como se deu a desconstrução dos adversários, e como o discurso político foi adaptado à lógica da mídia. Tomando

1. O artigo é resultado parcial da análise do projeto “As estratégias midiáticas dos candidatos à Presidência da República em 2010 nos programas televisivos do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenado pelo professor Luiz Ademir de Oliveira da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

como recorte os programas eleitorais do HGPE, o artigo traz uma discussão sobre a interface entre o campo da política e a instância comunicativa midiática a partir das metodologias de Albuquerque (1999) e Oliveira (2005).

**Palavras-chave:** eleição 2010, HGPE, estratégias midiáticas, comunicação, política.

**ABSTRACT: The rhetorical strategies used by Dilma and Serra in the first round of HGPE of 2010.** This article analyzed qualitatively the rhetorical strategies adopted by the two major candidates to presidency in 2010 - Dilma Rousseff (PT) and José Serra (PSDB) - in the first round of HGPE. It was found how the candidates have built their images, which were the major political issues, how was the deconstruction of the opponents, and how the political discourse was adapted to the media logic. Taking as a cut the electoral programs of HGPE, this paper presents a discussion of the interface between the field of political communication and media instance from the methodologies of Albuquerque (1999) and Oliveira (2005).

**Keywords:** 2010 election, HGPE, media strategies, communication, politics.

**RESUMEN: Las estrategias retóricas utilizadas por Dilma y Serra en la primera ronda de HGPE de 2010.** En este artículo se analiza cualitativamente las estrategias retóricas adoptadas por los dos principales candidatos a la presidencia en 2010 - Dilma Rousseff (PT) y José Serra (PSDB) - en la primera ronda de HGPE. Se comprobó cómo los candidatos han construido sus imágenes, que eran los principales temas políticos, ¿cómo fue la deconstrucción de los opositores y cómo el discurso político se adaptó a la lógica de los medios de comunicación. Tomando como corte los programas electorales de HGPE, este trabajo presenta un análisis de la interrelación entre el ámbito de la comunicación

política y la instancia de los medios de comunicación de las metodologías de Albuquerque (1999) y Oliveira (2005).

**Palabras claves:** elección 2010, HGPE, estrategias de los medios de comunicación, comunicación, política.

## Introdução

Os meios de comunicação social tornaram-se palco para as disputas políticas, em especial, as presidenciais. Diante disso, é importante que os candidatos utilizem o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) na televisão para divulgar suas propostas e ganhar visibilidade. O sucesso do HGPE na TV se dá pelas peculiaridades da população brasileira que, em grande parte, ainda não tem acesso ao meio virtual e não são alfabetizadas. Vale ressaltar, porém, que a maioria possui um aparelho de televisão em casa e consegue compreender os sons e as imagens. E, a partir disso, muitas vezes, o eleitorado conhece os candidatos, suas propostas e escolhem em quem votar. A internet, que tem se popularizado cada vez mais, ainda teve pouco impacto sobre as eleições no Brasil.

O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) foi instituído no Brasil no ano de 1962, com o objetivo de criar um espaço democrático para que os candidatos pudessem divulgar suas propostas e ações. Mas, em função do golpe militar de 1964 no Brasil, surgiram diversas leis que passaram, a cada eleição, a restringir a democracia e a propaganda política. Em 1985, a responsabilidade da organização do HGPE passou a ser do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, a partir daí, a cada eleição surgiu uma legislação própria que rege o HGPE.

Cada candidato possui um tempo no HGPE para divulgar as suas propostas. Também é perceptível a diferença da qualidade de um programa para outro. Os candidatos contratam especialistas em *marketing político* para organizar a campanha. É por isso que os autores que trabalham a espetacularização da política informam que o HGPE é regido por uma linguagem própria e tudo é planejado de modo a convencer o telespectador (GOMES, 2004; RUBIM, 2004). Nove candidatos concorreram ao cargo de Presidente da República em 2010, mas a disputa ficou polarizada entre Dilma Rousseff (PT), que contou com 10 minutos e 38 segundos, e José Serra (PSDB), que teve 7 minutos e 18 segundos no HGPE.

No primeiro turno, a petista emplacou o discurso de continuidade, ou seja, ela frisava que deveria ser eleita para o Brasil seguir mudando. Seu aliado

principal foi o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que enfatizou a biografia de Dilma, assim como destacar a atuação da candidata como Ministra da Casa Civil. Frisou como ela poderia dar continuidade aos programas de seu governo. Dilma discutiu temas relacionados a políticas sociais e estabilidade econômica. Tratou do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Bolsa Família, desenvolvimento econômico e social, investimento em educação etc.

Do outro lado, José Serra emplacou o discurso de que era mais experiente que Dilma devido à sua biografia. Seus programas mostravam, principalmente, imagens de sua atuação como prefeito e governador de São Paulo, além de projetarem a imagem de Serra como um cidadão comum e de origem humilde. O tucano enfatizou melhorias principalmente na área da saúde. Seus aliados criticaram bastante a petista e frisaram o escândalo de Erenice Guerra, que sucedeu Dilma na Casa Civil e foi acusada, juntamente com o filho Rafael Guerra, de corrupção. Isso contribuiu para que Dilma Rousseff não vencesse logo no primeiro turno.

Traçado rapidamente este panorama político e diante da importância de estabelecer a interface entre mídia e política e conhecer em particular o HGPE, o artigo reflete de que forma os candidatos Dilma e Serra, no primeiro turno da eleição de 2010: como construíram sua imagem, quais foram os temas mais acionados, *jingles* e vinhetas mais utilizados e como se deram os ataques aos adversários. Além disso, estabelecer um pequeno histórico sobre o HGPE e conhecer as características próprias que cada programa aborda. Como metodologia, a partir dos trabalhos de Albuquerque (1999) e Oliveira (2005), os programas foram divididos em segmentos para que fosse desenvolvida uma análise qualitativa de conteúdo.

## **I – Revisão de literatura**

### **1.1 – A centralidade entre mídia e política**

A comunicação tornou-se um importante meio para que os atores políticos pudessem ganhar visibilidade e atingir a massa com suas propostas. Rodrigues (1990) explica que a comunicação não é apenas um instrumento que proporciona conhecimento dos fatos. Ela está relacionada com a constituição de uma esfera pública em que ocorrem as interações sociais e os atores vão ganhando visibilidade e legitimando suas ações e discursos. O autor ainda comenta que o rádio, a televisão, a internet, o jornal impresso constituem diferentes mídias, compondo, assim, o que ele denomina de campo midiático. É um campo próprio, mas que está em constante ligação e/ou tensão com outros campos sociais.



Thompson (1998) alerta para as mudanças na forma de se comunicar. A comunicação necessitava que os indivíduos compartilhassem um mesmo espaço, constituindo o que o autor denomina de interação face a face. Neste tipo de comunicação, o evento público era um espetáculo que podia ser visto e dialogado. No entanto, com o desenvolvimento do *mass media*, os cidadãos não necessitam mais de compartilhar um mesmo espaço para que a comunicação ocorra. Apesar de modificar a forma de se comunicar, segundo Gomes (2004), ela não deixa de se constituir como um espetáculo. Por isso, surge o que Thompson chama de comunicação mediada.

Neste sentido, Gomes comenta que os meios de comunicação assumem importância no formato atual. Dessa forma, não constitui um mero instrumento de informação, mas um meio de exposição de atores, de serviços e produtos. O jogo político necessita deste modelo atual para apresentar posições, propostas, ações, programas e atores aos olhos dos telespectadores, para que possam, quando necessário, convencer o cidadão de uma determinada proposta.

Tanto Gomes quanto Thompson afirmam que na comunicação mediada há um controle sobre os textos. O cenário e o figurino são planejados de modo a comover, chocar e agradar o telespectador que não tem o direito de escolher aquilo que deseja assistir, já que, por trás da comunicação mediada, há um trabalho de controle na produção das mensagens. Isso se aplica à propaganda política veiculada no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral.

Lima (2006) explica a diferença conceitual entre mídia e política. Mídia refere-se à indústria da cultura, ou seja, as emissoras de rádio, TV, jornais, cinema, revistas, que utilizam de um aparato para que a comunicação se realize. Já a política está relacionada à palavra *polis* (aquilo que diz respeito à cidade, o que é urbano, civil). É a atividade eminentemente pública e visível nas democracias.

Ainda que Lima faça essa diferenciação, o autor argumenta que mídia e política são campos cada vez mais próximos e elabora sete teses relacionando-os: 1) a mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular; 2) não há política nacional sem mídia; 3) a mídia está exercendo várias das funções tradicionais dos partidos políticos como, por exemplo, construir a agenda pública, transmitir informações políticas e fiscalizar as ações do governo; 4) a mídia alterou radicalmente as campanhas eleitorais- os eventos políticos (comícios, debates, viagens) passaram a ser planejados como eventos para TV; 5) a mídia transformou-se em importante ator político; 6) o fato de a mídia ser concentrada potencializa o seu poder no processo político; 7) as características da população brasileira potencializam o poder da mídia no processo político e

eleitoral: a maioria da população não domina leitura e escrita, mas convive com imagens e informações da TV.

Já na opinião de Gomes (2004), a política é racional e imprevisível, já a mídia é previsível e se articula como uma vitrine da indústria cultural, uma vez que os seus produtos são planejados. Ele explica que a política precisa se adaptar à lógica do *mass media*, que são regidos por um caráter espetacular que envolve três subsistemas: a diversão, o drama e a ruptura das regularidades. São esses subsistemas que podem ser observados na propaganda política.

Thompson (1998) argumenta, no entanto que, se por um lado, a comunicação mediada facilitou a divulgação de propostas e ajudou o candidato a ganhar visibilidade, por outro lado, os atores políticos podem se submeter a uma série de riscos como: gafes, escândalos políticos, vazamento de informações e acessos explosivos.

## 1.2 – A propaganda política na televisão

A propaganda política veiculada no HGPE possui características e especificidades próprias. Os candidatos utilizam de estratégias retóricas para convencer o eleitor, adaptando o discurso à gramática da mídia. Conforme já foi pontuado, Gomes (2004) explica que devem ser acionados três subsistemas: o drama, a diversão e a ruptura das regularidades. O drama está ligado à construção de enredos, atuação de personagens e personalidades, que provocam comoção ou o riso no telespectador, é o momento de prender a atenção do eleitor e o levar a emoção. A ruptura das regularidades se dá pela presença do inédito, da novidade, é preciso mostrar aquilo que o eleitor não está esperando. É o momento de cativar telespectador de alguma maneira e utilizar estratégias que convençam o público a aderir ao objetivo proposto do realizador. Por último, a diversão é o prazer que o público pode sentir de estar olhando para telinha e descontraí-lo. Isso se dá pela riqueza das imagens, personagens, sons e enredos.

Luiz Felipe Miguel (2004) relaciona o discurso político a um mito, a algo ficcional, fantasioso, ao uso da mentira para convencer o eleitor. No entanto, o mito só é válido quando a massa é passiva, é enganada e não se mobiliza. Caso ocorra o contrário, o discurso mitológico poderá perder sua eficácia. Miguel ainda aponta quatro mitos políticos: o Salvador, que é alguém capaz de promover uma prosperidade, mudar a ordem vigente que não é agradável e promover um futuro glorioso; a Idade do Ouro são os discursos que prometem um futuro perfeito como o Reino de Deus, quando todos os problemas serão sanados; a Conspiração, onde alguém ou um determinado grupo social é responsável por todos os problemas que a sociedade enfrenta; por fim, a Unidade, que é a fala

contra alguém que possui interesses diferentes, são os que defendem interesses particulares sem pensar num todo.

Figueiredo *et alli* (1998) afirmam que os discursos utilizados na campanha são de ordem ficcional. Segundo o autor, os candidatos de um mesmo grupo político do governo atual defendem que o mundo está bom e pode ficar ainda melhor se permanecer o mesmo grupo no poder. Já a oposição alega que o mundo atual está ruim e só irá melhorar se houver uma mudança de grupo político.

Albuquerque (1999), ao analisar a propaganda eleitoral de 1989, no Brasil, aponta algumas especificidades. Oliveira (2005), ao comparar as campanhas à Prefeitura de Belo Horizonte e Salvador, em 2000, cria uma metodologia semelhante à de Albuquerque descrevendo as particularidades do modelo de propaganda política brasileira. Os autores descrevem os tipos de mensagem/segmento e personagens que tomam parte do HGPE. São três segmentos: **(1) Segmentos de campanha:** (i) Construção da imagem do(a) candidato(a); (ii) discussão dos problemas políticos – saúde, segurança pública, políticas sociais, economia, entre outros; (iii) ataque aos adversários; **(2) Segmentos de metacampanha:** (i) apelo ao engajamento do eleitor; (ii) cenas de campanha; (iii) depoimentos de apoio de lideranças políticas e personalidades; (iv) exibição de pesquisa de opinião pública; e (v) agenda do(a) candidato(a); **(3) Segmentos auxiliares:** (i) vinheta; e (ii) jingles.

O primeiro envolve a discussão dos problemas políticos, a construção da imagem do candidato, levando em conta a ênfase nas qualidades pessoais dos mesmos e de seus aliados; a apresentação de realizações passadas do candidato a valores ou símbolos unificadores; a apresentação de realizações passadas do candidato de modo a comprovar suas qualidades, este segmento ainda envolve o ataque a adversários, relacionando-os com valores negativos. O segundo refere-se aos discursos que concedem informações aos eleitorados sobre o andamento da campanha. Envolvem as cenas de campanha (comícios, carreatas, etc), comentários sobre pesquisa de opinião e apelo a um engajamento na campanha e a pedagogia do voto. Estes dois últimos visam a estimular os eleitores a participarem ativamente da campanha. Já os segmentos auxiliares são as vinhetas (identifica o programa de cada candidato) e os *jingles* (articula a propaganda política em torno de um tema musical). Para Albuquerque, esse segmento não transmite mensagem específica. É utilizado para tornar o HGPE mais agradável. Oliveira não discorda, mas complementa que os segmentos auxiliares podem envolver outros tipos de mensagens, como, por exemplo, a construção dos candidatos e conteúdos políticos.

### 3. Análise das estratégias dos candidatos à Presidência da República

## II – Metodologia de análise

Para analisar as estratégias retóricas utilizadas por Dilma e Serra, no primeiro turno no HGPE de 2010, foram realizados alguns procedimentos. Como primeiro procedimento metodológico, foi feita uma pesquisa bibliográfica a partir dos eixos temáticos: 1) a interface mídia e política; 2) a propaganda política e o HGPE. Outra técnica utilizada foi a pesquisa documental, com a gravação dos programas de televisão do HGPE em DVDs. Os programas veiculados no HGPE no primeiro turno compreendem o período de 17 de agosto a 30 de setembro de 2010.

A disputa ficou polarizada entre Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), então serão analisados os programas dos dois candidatos no primeiro turno. O artigo traz um estudo de caso que é feito por meio de leituras que articulam o tema proposto, definições de categorias de análise e relação dos conteúdos teóricos com os dados empíricos. Com base em Albuquerque (1999) e Oliveira (2005), a análise de conteúdo dos programas será elencada nas categorias: (a) segmentos de campanha, (b) segmentos de metacampanha e (c) segmentos auxiliares.

## III – Conjuntura política das eleições 2010 e as diretrizes do HGPE

A eleição para Presidente da República no ano de 2010 ocorreu no dia 3 de outubro. Ao todo foram 135.804.433 eleitores. O total de votos válidos foi de 101.590.153. Nove candidatos disputaram o cargo: Dilma (PT), José Serra (PSDB), Marina Silva (PV), Plínio (PSOL), Eymael (PSDC), Zé Maria (PSTU), Levy Fidelix (PRTB), Ivan Pinheiro (PCB), Rui Costa Pimenta (PCO).

A petista Dilma Rousseff recebeu no primeiro turno **47.651.434** votos, totalizando 46,91% dos votos. Ela venceu no Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Alagoas, Bahia, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Serra ficou em segundo com 33.132.283 votos, 32,61 % do total de válidos. O tucano venceu em Roraima, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Albuquerque (1999) lembra que o HGPE foi regulamentando em 1962 como um espaço de propaganda eleitoral gratuita obrigatória. Eram duas horas diárias, durante os 60 dias anteriores às 48 horas da eleição, a divisão do tempo entre os partidos relacionava-se ao tamanho das suas bancadas nos Legislativos federal, estadual e municipal.

Nos anos 70, com a Lei Etelvino Lins e a Lei Falcão ocorreram transformações na legislação eleitoral. A primeira eliminava a possibilidade de

haver propaganda paga de candidatos ou partidos no que se referia à propaganda política no rádio e na televisão. Já a Lei Falcão limitava a propaganda política nestes meios de comunicação. Os candidatos só poderiam apresentar o nome, o número, um breve currículo e uma fotografia. Os programas eleitorais também podiam informar sobre o local e o horário de comícios. Essas regras estiveram em vigor até as eleições de 1982 e surgiram em função do sucesso eleitoral da oposição (MDB) na eleição de 1974.

Em 1985, as eleições municipais foram regulamentadas pela Lei 7.332, que delegou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a responsabilidade pela organização pleito, acabando com a Lei Falcão. A partir daí, cada eleição tem sido regulada por uma legislação própria; mas, as restrições em relação ao HGPE não pararam com a Lei Falcão. Na eleição de 1994, ficou proibido o uso de trucagens e animações, a presença de outras pessoas que não o próprio candidato e seu vice diante das câmeras e o uso de imagens externas. Albuquerque explica que a alegação oficial de tais limitações era para que a propaganda política fosse “limpa”, sem o trabalho de marqueteiros, mas, como relata o autor, os jornalistas apuraram que o real motivo era prejudicar a candidatura de Lula que estava intensamente baseada na utilização do HGPE.

No ano de 1995, foram revogadas as proibições da legislação anterior e foi introduzido um novo formato de propaganda política – os *spots*. Já na eleição de 1998, ficaram proibidas a utilização de gravações externas, montagens ou trucagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais, e a veiculação de mensagens que pudessem degradar e ridicularizar o candidato, partido ou coligação.

Para complementar a discussão, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na eleição de 2010, os nove candidatos à Presidência da República possuíam o direito de divulgar suas propostas no HGPE na televisão a partir do dia 17 de agosto, terças, quintas-feiras e sábados, das 13h às 13h25 e das 20h30 às 20h55. Os 25 minutos disponíveis são divididos de forma não igualitária. A divisão do tempo, no caso de coligação, estabeleceu-se conforme a soma do número de representantes de todos os partidos políticos que a integram. Dilma, da Coligação Para o Brasil Seguir Mudando (PT, PRB, PDT, PMDB, PTN, PSC, PR, PTC, PSB e PC do B), contou com dez minutos, trinta e oito segundos e cinquenta e quatro centésimos. Já o tucano José Serra, pertencente à Coligação o Brasil Pode Mais (PSDB, PTB, PPS, DEM, PMN, e PT do B), teve sete minutos, dezoito segundos e cinquenta e quatro centésimos. Em relação às restrições, na eleição de 2010, ficou vedada a utilização de trucagens, montagem ou outro recurso de áudio e vídeo que, de alguma forma, degradassem ou ridicularizassem candidatos, partido político ou coligação, ou veiculassem programa com esse

efeito. Como punição, o partido político ou a coligação poderiam perder o direito à veiculação da propaganda política no HGPE.

#### **IV – As estratégias de Dilma Rousseff**

##### **4.1 – Segmentos de campanha**

Nesta categoria, como já destacado, Albuquerque (1999) e Oliveira (2005) ressaltam que estão incluídos a construção da imagem do candidato, destacando, principalmente, as qualidades pessoais, os atributos políticos e administrativos dos candidatos e de seus aliados, as principais temáticas e os ataques aos adversários.

##### **Construção da imagem**

Para tornar Dilma Rousseff mais próxima e conhecida do público, os seus programas veiculados no HGPE deram ênfase às suas qualidades pessoais e a sua biografia. Bernard Manin (1995) explica o motivo desse fenômeno. Segundo o autor, a partir dos anos 80, surge a “democracia de público”, onde os partidos políticos perderam importância e o candidato ganha um tom personalista. E, para que o eleitor conheça esse líder, os meios de comunicação de massa assumem papel primordial, com destaque para televisão, que é um cenário de representação política.

Os aliados de Dilma, ainda, mostraram de que forma ela atuou no governo Lula. Eles procuram argumentar que, embora não muito conhecida, Dilma possuía uma grande experiência. O discurso do programa do dia 19 de agosto de 2010 se apoiou na biografia dela. É um programa que prezou pela emoção. Lula comentava que estava feliz de entregar a faixa presidencial para sua companheira Dilma. São evidenciadas cenas de Dilma presa pela ditadura, resalta a candidata como mãe e, principalmente, que ela está preparada para governar o país. O trecho a seguir, vinculado em diversos programas, é um exemplo de sua biografia:

*Narrador em off:* Dilma foi a primeira mulher a ser secretária de Finanças de Porto Alegre e secretária de Minas e Energia do Rio Grande do Sul. Foi a primeira mulher a ser ministra de Minas e Energia e a presidir o Conselho de Administração da Petrobrás. E graças a sua competência, se tornou a primeira mulher a ser ministra chefe da Casa Civil, o cargo mais importante do governo, depois do presidente do Brasil (ROUSSEFF, HGPE, 21/08/2010).

### Principais temáticas

Dilma procurou realizar no primeiro turno uma campanha estável, isto é, focando nos problemas que o Brasil enfrenta na área de educação, saúde, infraestrutura, segurança e entre outros. De modo geral, quase não ocorreram ataques ao seu maior adversário José Serra. A maior proposta de Dilma era dar continuidade aos feitos de Lula e para o Brasil seguir mudando com estabilidade, ela deveria ser eleita.

Procurou enfatizar um país que mudou para melhor. A candidata argumentava que os brasileiros passaram a ter casa melhor, emprego, carro, geladeira, e os jovens, o acesso aos cursos técnicos e a universidades públicas que antes eram somente para a elite brasileira. É o governo do Bolsa Família, das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do acesso às universidades públicas, da geração de empregos, um Brasil sem diferença entre as regiões. Dilma destacava que era a candidata ideal para esse novo Brasil que começava a surgir. Um governo que olha para os pobres e para os problemas políticos e sociais. Nos trechos a seguir, pode-se verificar esse sentimento de mudança.

*Narrador em off:* Grandes obras que transformaram um país e um país que transforma vidas. Este é o novo Brasil que está nascendo. Um país que ainda há muito que fazer, mas que agora achou o caminho certo (ROUSSEFF, HGPE, 2/9/2010).

*Personagem:* [...] O poder aquisitivo subiu demais na população em geral, né? Quem era da classe baixa virou classe média. Quem era da classe média virou classe média alta, né?. Agora o Brasil é um país muito mais justo. É o maior orgulho hoje, para gente empregada doméstica, morar em apartamento, né? (ROUSSEFF, HGPE, 2/9/2010)

*Apresentador:* Com Lula o mundo de oportunidades se abriu para milhões de brasileiros. Com Dilma esse trabalho vai seguir em frente (ROUSSEFF, HGPE, 2/9/2010).

Em relação aos principais temas veiculados nos programas de Dilma Rousseff no primeiro turno, pode se destacar o investimento na área de saúde (construção de hospitais, UPAS, SUS, remédios etc.), educação (construção de universidades, ampliação das vagas, escolas técnicas, Prouni, etc), segurança pública (aumento do policiamento, UPPs, controle do tráfico de drogas), políticas

sociais (Bolsa Família; Luz para Todos; Minha Casa, Minha Vida, etc), economia (PAC1 e PAC2, geração de empregos, pré-sal, etc), infraestrutura (aumento de obras, investimento em moradia, água tratada, etc), meio ambiente (redução do desmatamento, clima, redução de gases estufas, etc).

### **Ataques aos adversários**

Dilma Rousseff não se ateve em atacar seu adversário José Serra. Procurou passar a ideia de uma campanha estável, focada nos problemas que o Brasil estava enfrentando e o que seria feito para amenizá-los. No entanto, devido aos ataques Serra, Lula, como um dos principais aliados de Dilma, apareceu no programa do dia 07/09/2010. Ele procurou alertar a população brasileira de que José Serra estava fazendo uma campanha “suja”, com ataques e supostas mentiras, lamentou o fato e pediu prudência e mais respeito: “atingir com mentiras e calúnias uma mulher da qualidade de Dilma Rousseff é praticar um crime contra o Brasil. Por isso peço equilíbrio e prudência a esses que caluniam Dilma movidos pelo desespero e preconceito contra mulher e também a mim” (ROUSSEFF, HGPE, 07/09/2010).

### **4.2 – Segmentos de metacampanha**

Nesta categoria estão inseridos o apelo do engajamento do eleitor, depoimentos de apoio de líderes políticos e personalidades, pesquisas de opinião e pedagogia do voto.

#### **Apoio de líderes políticos**

Dilma contou com o apoio de Lula, populares, políticos e até seu ex-marido. Lula apareceu para ressaltar as qualidades pessoais da candidata, discursar sobre o que ela fez no seu mandato, alertar a população brasileira sobre calúnias, discutir os problemas sociais do Brasil e principalmente garantir que Dilma é a candidata ideal para assumir o governo e dar continuidade ao que ele iniciou. O trecho a seguir comprova o apoio de Lula:

*Lula: você que acredita em mim e acha bom o meu governo, não tenha dúvida: vote na Dilma. Igual a mim, a Dilma gosta dos pobres, respeita a vida, a paz, a liberdade e as religiões. Votar na Dilma é votar em mim com a certeza de um governo ainda melhor. Hoje o Brasil está em outro patamar, o governo trabalha com velocidade e com Dilma*



nada vai parar. Ela é a certeza do Brasil seguir mudando (ROUSSEFF, HGPE, 30/09/2010).

### **Pesquisa de opinião, cenas de campanha e pedagogia do voto**

Os programas de Dilma Rousseff destacaram os comentários de sondagens, que têm por objetivo ressaltar as chances de vitória de um candidato.

*Narrador em off:* A campanha chega a reta final e Dilma continua crescendo. Veja a pesquisa divulgada hoje pelo Datafolha: Serra tinha 28 caiu para 27. E agora tem os mesmos 27. Dilma tinha 50 se manteve com 50. E agora subiu para 51. 24 pontos de vantagem. Quando se comparam apenas os votos válidos veja o que acontece: Serra fica com 30 e Dilma dispara com 57. 27 pontos de vantagem. Cresce a certeza: é Dilma presidente no primeiro turno para o Brasil seguir mudando (ROUSSEFF, HGPE, 16/09/2010).

No último programa, o *narrador em off* explicou os procedimentos necessários para votar em Dilma. “Leve um documento com foto e o título de eleitor. Em seguida aperte 1 e depois o 3, veja a foto de Dilma e confirme. Pronto, você já votou em Dilma 13 presidente” (ROUSSEFF, HGPE, 30/09/2010). O apresentador também faz um apelo para que todos os brasileiros no dia 3 de outubro votem em Dilma.

### **4.3 – Segmentos auxiliares: vinheta e jingles**

Aqui, estão inseridos a vinheta (identifica o programa de cada candidato) e o *jingle* (articula a propaganda política em torno de um tema musical). Quanto às vinhetas, mudança e continuidade foram as palavras que marcaram os programas de Dilma Rousseff. A petista foi a candidata que contou com o maior tempo no HGPE, com 10 minutos e 38 segundos por programa. A marca de sua campanha, aqui entendida como vinheta, se deu pelo discurso do *narrador em off*: “começa agora o programa Dilma presidente, para o Brasil seguir mudando” (ROUSSEFF, HGPE, 2010).

Já o *jingle* que marcou a campanha da petista foi:

Meu Brasil querido, vamos em frente sem voltar pra trás,  
pra seguir mudando, seguir crescendo, ter muito mais. Meu

Brasil novo, o Brasil do povo que o Lula começou, vai seguir com a Dilma, com a nossa força e o nosso amor. Ela sabe bem o que faz, ela já mostrou que é capaz, ajudou o Lula a fazer pra gente um Brasil melhor. Lula tá com ela, eu também tô, veja como o Brasil já mudou, mas a gente quer mais e melhor, é com a Dilma que eu vou (DILMA, HGPE).

O *jingle* acima sintetiza os programas de Dilma Rousseff. É o Brasil que mudou com Lula, com o programa Minha Casa, Minha Vida, com o Luz para Todos e Dilma Rousseff participou deste processo na gestão de Lula. A tendência era de progredir com o PT, portanto Dilma deveria ser eleita.

## **V – As estratégias de José Serra**

### **5.1 – Segmentos de campanha**

#### **Construção da imagem**

José Serra contou com 7 minutos e 18 segundos no HGPE. A frase que marcou seus discursos foi “José Serra, um homem com experiência” (SERRA, HGPE). O político que foi prefeito, governador, ministro da saúde, deputado, um homem experiente, competente e humilde.

Serra procurou passar uma imagem de cidadão humilde e do povo. Um homem reconhecido por todos, que, quando chega a um lugar, é recebido e amado pelos brasileiros. Em muitos de seus programas foram até mostrados personagens populares pedindo uma fotografia com José Serra e ele demonstrava felicidade. O apelo emocional foi outra característica de seus programas, evidenciado ao mostrar projetos de Serra que ajudaram na cura de alguma doença, onde os personagens mostraram-se emocionados. Foi mostrada, também, a imagem de Serra que toma café na casa do povo; o Serra que é pai, avô, que sofreu com a ditadura e o Serra que vai fazer pelo Brasil o que fez por São Paulo. O trecho a seguir é um exemplo da construção de sua imagem:

*Narrador em off:* José Serra. 40 anos de vida pública, 80 milhões de votos. Ministro do Real. Serra também foi ministro das grandes obras. Portos em Pernambuco e no Ceará. Saneamento: 72 projetos em nove estados. Verbas para o Metrô: RJ, SP, BH, Brasília. Pró-moradia: casas para

famílias pobres em todo o Brasil. Energia: mais 4 unidades geradoras para Xingó. Ampliação da refinaria Landulpho Alves. Construção de gasodutos em Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Irrigação: conclusão de 19 projetos, 4 açudes, 4 barragens, 2 adutoras. O ministro do Pró-Emprego e do Plano de Ação para o Nordeste. Três milhões de trabalhadores beneficiados. O melhor ministro da saúde que o Brasil já teve. O ministro do genérico, do Bolsa Alimentação, que virou o Bolsa Família. O deputado que criou o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Que tirou do papel o Seguro Desemprego [...] (SERRA, HGPE, 11/09/2010).

Apesar do trecho acima evidenciar temas como infraestrutura, saúde, educação, economia, dentre outros, fica evidente que a proposta deste discurso é construir a imagem de José Serra com base na sua trajetória política e que fará o mesmo como presidente do Brasil. Esse trecho foi veiculado em diversos programas e mostra a experiência de Serra, principalmente porque os programas dele emplacaram um discurso de que o tucano possuía mais experiência que a petista Dilma.

### **Principais temáticas**

Os programas de Serra mostraram o trabalho dele na política, o que ele fez principalmente por São Paulo. O tema mais abordado foi relacionado à saúde. Enfatizou o seu trabalho como ex-ministro da Saúde que, na época, criou o genérico. Por isso, colocava-se como o candidato que iria melhorar a saúde além de construir mais hospitais e policlínicas. Também ampliar o metrô por todo o Brasil, combater a violência, colocar duas professoras dentro da sala de aula, criar o Prouni do ensino técnico, urbanizar as favelas e aumentar o salário mínimo para R\$ 600,00.

Outros temas também apareceram como político-sociais, infraestrutura e economia. Diferente de Dilma que a cada programa abordava diversos assuntos, José Serra procurou abordar no máximo dois temas em cada programa. Não foi discutido o tema religião no primeiro turno diretamente, mas foi colocada uma passagem bíblica no programa do dia 16/09/2010. A passagem é lida por uma personagem e evidencia que o governante deve realizar tudo o que puder no momento, porque após a morte ninguém terá o poder de realizar melhorias. José Serra acha interessante e agradece. A seguir consta a passagem:

*Personagem:* Tudo o quanto tiver à mão para fazer, faze-o conforme as tuas forças, porque no além para onde tu vais, não há obras, nem projetos, nem conhecimento, nem sabedoria alguma.

*Serra:* Eu sigo isso. Tudo o que eu tenho que fazer eu faço além das minhas forças. (SERRA, HGPE, 16/09/2010).

### **Ataque aos adversários**

Uma das grandes características da propaganda eleitoral de José Serra foi atacar a candidata petista Dilma Rousseff. Um dos fatores que contribuíram para isso foi o sucesso da campanha eleitoral de Dilma e nas pesquisas de opinião. Diante disso, Serra e seus aliados tentaram desconstruir a imagem da petista. Os personagens emplacaram que Dilma era uma mulher desconhecida, que não tinha bagagem e estava nas costas de Lula e do PT. Além disso, acusaram Dilma e o PT de começar uma obra e não terminar, aparecer nos lugares como creches em apenas época de campanha e que o Brasil que Dilma mostrava na televisão não era a realidade.

*Personagem:* [...] Dilma, como eu já disse, é uma mulher posta, só com palanque, sem discurso. Esse ano eu sou Serra, firme e forte, porque é um político que realmente tem bagagem. Então eu sou Serra, minha família é Serra, porque a Dilma que bagagem ela tem? O Serra já fez muito mais coisas pela saúde e educação e a Dilma absolutamente nada (SERRA, HGPE, 26/08/2010).

*Serra:* Olha eu não cheguei na vida pública agora, eu não apareci de uma hora para outra. Antes de chegar até aqui, eu fui deputado, ministro, senador, prefeito, governador. Eu subi passo a passo, porque eu sempre me submeti ao julgamento do povo. E uma coisa eu digo a você: isso é muito importante porque na hora “H” presidente não pode ser comandado de fora. Isso não funciona. É como bater pênalti. Não dá para chutar com o pé do outro (SERRA, HGPE, 28/08/2010).

*Personagem:* A Dilma nunca veio aqui. Só apareceu agora, na véspera da eleição, para dizer que foi ela que fez. A

Dilma só passou aqui para gravar o programa de televisão dela. A Dilma eu nunca vi, mas o Serra sempre esteve presente, ajudando o povo (SERRA, HGPE, 31/08/2010).

A mídia veiculou escândalos políticos do tucano e de sua família. Ao se ver envolvido, José Serra utilizou o seu horário na propaganda política para tentar explicar que tudo não passava de mentiras. Ele acusou seus adversários de violarem declarações do imposto de renda de pessoas ligadas a ele e, inclusive, de sua filha. Serra tentou lembrar aos telespectadores que escândalos políticos durante a campanha eleitoral e cita exemplos para tentar prejudicar Dilma. Um deles é o fato de o ex-presidente Collor, que renunciou para não ser cassado, estava com Dilma. O programa de Serra também citou o caso do mensalão, que ninguém foi preso e que José Dirceu, acusado de ser membro de quadrilha, também apóia Dilma. No trecho a seguir Serra pede limites na disputa política:

*Serra:* Como todo o Brasil, eu fiquei sabendo que espionaram a minha filha e falsificaram documentos em nome dela. Minha filha é mãe de três crianças pequenas, uma mulher honrada, que trabalha para manter a família, trabalha muito, nunca se meteu em política, nunca teve negócios com o governo. Pois procuraram prejudicá-la para me atingir, E eu estou indignado com isso. Isso não é política não, isso é sujeira. Olha eu sempre quis ser presidente, apesar de ter me preparado o tempo todo para isso, eu jamais aceitaria ser presidente a qualquer preço, fazendo baixarias, atingindo os filhos dos outros. A disputa política tem que ter limite (SERRA, HGPE, 02/09/2010).

Outros escândalos envolvendo Dilma também foram veiculados para prejudicar sua imagem. Um deles diz respeito a um político brasileiro do Amapá conhecido como Waldez Goés. Lula pede apoio ao povo para eleger Waldez como senador, já que ele apoiaria Dilma e ela precisaria de senadores que a apoiassem, mas o programa de Serra revela que esse político na mesma semana foi preso, acusado de lavagem de dinheiro, fraude em licitação e formação de quadrilhas.

Mais um fato citado foi de Erenice Guerra. Como substituta de Dilma na Casa Silva, ela foi acusada de corrupção, tráfico de influência, contrabandos, pagamentos para empresas fantasmas, dentre outros. Este caso foi veiculado

em diversos programas de setembro. O apresentador sempre terminava o discurso repetindo: “Zé Dirceu, Dilma e Erenice. É isso que você quer para o Brasil?” (SERRA, HGPE, SETEMBRO).

## **5.2 – Segmentos de metacampanha**

### **Apoio de líderes políticos**

José Serra também construiu sua imagem por meio de apoio do ex-governador de Minas Gerais: Aécio Neves. O então governador de Minas dizia que o Brasil necessitava de um governo que conhecesse os problemas que o país enfrenta e que todos deveriam refletir sobre o futuro e escolher José Serra, pois ele era mais experiente.

### **Pesquisa de opinião, cenas de campanha e pedagogia do voto**

No programa de José Serra não foram evidenciadas divulgação de pesquisas de opinião. José Serra chegou a criticar os palpites eleitorais e pedia ao povo brasileiro para votar nele:

*Serra: Falta um mês para eleição e ainda vai correr muita água por baixo da ponte. Rolam pesquisas, projeções, palpites e já tem até gente sentando na cadeira antes do voto. Olha, vamos deixar esse pessoal de lado, porque quem manda, quem decide mesmo é você. São 136 milhões de eleitores brasileiros. Eu convoco você que quer mais segurança, um serviço de saúde melhor, decente, uma educação de verdade, que venha comigo, vamos em frente, com fé, confiança e com o seu voto eu serei presidente de um Brasil que precisa e pode muito mais (SERRA, HGPE, 04/09/2010).*

Foram mostradas, também, muitas cenas de comício televisionado, ou seja, o Serra no meio do povo, sendo abraçado, e recebendo uma receptividade positiva do povo brasileiro. As cenas mostravam momentos de festa, alegria, beijos, abraços, apoio popular e admiração, e Serra complementa: “eu tenho visto nos olhos das pessoas que me abraçam um apoio e um carinho como eu nunca vi. É a minha nona campanha eleitoral e eu nunca vi nada parecido” (SERRA, HGPE, 07/09/2010).

### 5.3 – Segmentos auxiliares: vinheta e jingle

A vinheta de José Serra contou com aproximadamente 3 segundos e um narrador *em off* dizia: “Serra, Presidente do Brasil”, uma imagem com a frase escrita nas cores azul e amarela era mostrada. Já o principal *jingle* veiculado na propaganda eleitoral do tucano evidenciava um homem guerreiro, humilde, que batalhou e venceu. O *jingle* de Serra é mostrado a seguir:

Quando Lula da Silva sair, é o Zé que eu quero lá, com Zé Serra eu sei que anda, é o Zé que eu quero lá. José Serra é um brasileiro, tão guerreiro quanto eu. É o Zé que batalhou, estudou, foi à luta e venceu. Zé é bom e eu já conheço, eu sei que ele é. Pro Brasil seguir em frente, sai o Silva e entra o Zé (SERRA, HGPE).

### Considerações finais

Considerando a interface entre mídia e política, fica evidente a necessidade da política buscar visibilidade na mídia. Desta forma, mesmo com o desenvolvimento dos meios de comunicação *online*, a televisão possui papel primordial para as disputadas políticas. Diante disso, o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) é de suma importância para que os candidatos divulguem suas propostas e ganhem visibilidade. Como descrito, o HGPE no Brasil é marcado por avanços e retrocessos, isso se deu pela conjuntura política brasileira.

O HGPE é regido por uma linguagem própria, onde a política assume um caráter espetacular. Tudo é planejado, o figurino, o enredo e o cenário de modo a convencer o eleitorado e emocioná-lo.

Na eleição de 2010, nove candidatos disputaram o cargo para presidente do Brasil, mas a disputa ficou polarizada entre Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB). Dilma contou com 3 minutos e 2 segundos a mais que Serra no HGPE. Isso foi importante para que ela pudesse frisar suas propostas e ações. Com o apoio de Lula, Dilma procurou discursar que daria continuidade aos feitos de Lula e que os avanços no Brasil continuariam crescendo e não poderiam ser interrompidos, já que mudança geraria riscos. Ficou evidente que Dilma organizou melhor o tempo no HGPE, as imagens, o cenário e o enredo foram de melhor qualidade que de José Serra. Dilma não se ateve de modo geral em atacar José Serra, ela procurou realizar uma campanha voltada para as camadas populares. Por sua vez, José Serra, concentrou sua campanha em sua biografia política e os seus feitos enquanto governador e prefeito de São Paulo. Ele queria fazer pelo

Brasil o que fez para São Paulo, principalmente na área da saúde. Ao ver as pesquisas de opinião e os escândalos políticos o envolvendo, José Serra parte para ataques contra a petista Dilma Rousseff.

Os ataques de modo geral, por parte da campanha de Serra, o ajudaram a ir para o segundo turno, mas não foram suficientes para ajudá-lo a vencer a eleição. O tempo do tucano no HGPE já era menor que o de Dilma e ainda, ele o utilizou em muitos programas para defesa própria e divulgar sua biografia, dando assim um tom personalista. Isso o prejudicou, pois ele não focou a campanha nos problemas brasileiros e de interesse para as camadas populares.

Com base nas categorias utilizadas: o segmento de campanha, metacampanha e auxiliares, observa-se que os dois candidatos adaptaram o seu discurso à lógica midiática. A partir desta análise novos levantamentos poderão ser feitos. Outras categorias de análise podem ser utilizadas e desenvolvidas. Pode-se analisar também uma conjuntura do segundo turno das eleições. O tema comunicação, política e HGPE não se esgotam com esse artigo, novos trabalhos serão desenvolvidos.

## Referências

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Aqui você vê a verdade na tevê.** A propaganda política na televisão. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

ALBUQUERQUE, Afonso de; DIAS, Márcia Ribeiro. **Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil:** considerações preliminares. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 26. Caxambu: Anpocs, 2002. (mimeo).

FIGUEIREDO, Marcus et al. Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 4, n. 3, p. 109-120, 1997.

COMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação.** São Paulo: Paulus, 2004.

LIMA, Venício de. **Mídia: crise política e poder no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (RBCS), São Paulo, v. 10, n. 29, p.6-33, out. 1995.



MIGUEL, Luiz Felipe. Mito Político. In: RUBIM, Antônio Albino. **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Eduarda, 2004.

OLIVEIRA, Luiz Ademir de. **As estratégias retóricas na construção dos mundos de natureza ficcional da política**. Um estudo comparativo das campanhas à Prefeitura de Belo Horizonte e Salvador na eleição municipal de 2000. 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). 2010. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/normas-e-documentacoes-eleicoes-2010>>. Acesso em: 02 fev. 2012.



## **Perfil das mulheres vítimas de violência doméstica de uma cidade do interior da Zona da Mata Mineira**

**Raphaela Oliveira Sampaio**<sup>1</sup>, raphaelaso2@yahoo.com.br; **Giselle Braga de Aquino**<sup>2</sup>, psicologia@faminas.edu.com.br

1. Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé (MG).
2. Doutora em Psicosociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro (RJ); professora e coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé (MG).

Artigo protocolado em 09 set. 2013 e aprovado em 07 out. 2013.

**RESUMO:** O presente estudo baseou-se em pesquisa descritiva, a partir de análise documental de casos de mulheres vítimas de violência doméstica, atendidas num CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), localizado na Zona da Mata Mineira. Os textos foram submetidos à Análise do Discurso, a partir das seguintes categorias: organização familiar, uso de substâncias psicoativas por membros da família, fator socioeconômico, tipos de violência, não permanência no serviço. Os resultados apontam para um perfil das mulheres vítimas de violência doméstica semelhantes aos encontrados em diversos estudos realizados no Brasil.

**Palavras-chave:** violência doméstica, mulher, políticas públicas.

**ABSTRACT: Profile of women victims of domestic violence in a town in Zona da Mata.**

The present study was based on descriptive research from documentary analysis of cases of women victims of domestic violence, met at a CREAS (Center for Social Assistance and Specialized Reference), located in the Zona da Mata. The texts were submitted to Discourse Analysis, from the following categories: family organization, psychoactive substances use by family members, socioeconomic factors, types of violence, not staying home. The results point to a profile of women victims of domestic violence similar to those found in several studies performed in Brazil.

**Keywords:** domestic violence, women, public policies.

**RESUMEN: Perfil de las mujeres víctimas de la violencia doméstica en una ciudad en la Zona da Mata.**

El presente estudio se basa en una investigación descriptiva del análisis documental de los casos de mujeres víctimas de la violencia doméstica, la conoció en una CREAS (Centro de Asistencia Social y Especializada de referencia), ubicada en la Zona da Mata. Los textos fueron sometidos a análisis del discurso, de las siguientes categorías: organización familiar, sustancias utilizadas por parte de familiares, factores socioeconómicos, tipos de violencia, no quedarse en casa. Los resultados apuntan a un perfil de las mujeres víctimas de la violencia doméstica similar a los encontrados en varios estudios realizados en Brasil.

**Palabras claves:** violencia doméstica, mujeres, políticas públicas.

## Introdução

A discussão sobre a violência doméstica só se inseriu na agenda pública na década de 80, se concretizando nos anos 90 (SILVA, 2010; SCHRAIBER,

2000). Vários autores afirmam que a violência doméstica está sendo considerada um problema de saúde pública no país, por causa das sérias consequências que ela ocasiona à saúde, assim como para o desenvolvimento psicológico e até de mesmo social de indivíduos e grupos (LABRONICI et al., 2010; SCHRAIBER, 2000; KRUNG et al., 2002). Dados de delegacias de mulheres espalhados por todo Brasil apontam que cerca de 70% das denúncias são de mulheres que sofreram agressão no âmbito doméstico (SCHRAIBER, 2000). Silva (2010) ainda aponta que a violência é considerada um dos grandes problemas sociais e políticos, bem como um agravo para os problemas nas relações humanas (SILVA, 2010).

Num primeiro momento, buscou-se conceituar, em linhas gerais, a violência, destacando-se a doméstica contra a mulher, que é o foco desta pesquisa. Para responder o porquê de as mulheres serem mais suscetíveis a esse tipo de violência, realizou-se um breve histórico da mulher na sociedade, destacando seus papéis desde o período colonial até a atualidade, buscando compreender a relação entre os estereótipos sociais e a violência pesquisada.

Posteriormente, conceituou-se o termo gênero e violência de gênero na perspectiva da Psicologia Social e destacou-se as contribuições do movimento feminista para a adoção de novas políticas em relação à mulher. Nesse contexto, destacaram-se os serviços sociais voltados para a mulher, dentre eles o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), foco desta pesquisa.

Esta revisão bibliográfica é relevante, pois estabelece a possível relação entre o conceito de gênero e o lugar social da mulher na sociedade e sua relação com a violência doméstica.

## **I – Revisão de literatura**

### **1.1 – Conceituando violência**

Autores apontam a dificuldade de se conceituar a violência, por essa ter caráter multifacetado e muitas vezes se fazer presente nas relações humanas sem ser notada. Na maior parte das vezes, ocorre no âmbito privado, resultando em uma sobrecarga emocional tanto para quem a comete quanto para quem é agredido (BRASIL, 2001).

No seu termo original, a palavra violência remete a um significado de superioridade física ou psicológica sobre o outro, ou seja, a partir de uma relação de poder. A violência pode ocorrer nos mais variados lugares, sob vários aspectos interpessoais e ser até mesmo cometida contra o próprio indivíduo, como é o caso do suicídio (BHONA; LOURENÇO; BRUM, 2011; KRUG et al, 2002). A OMS considera violência como:

O intencional uso da força física ou do poder, em ameaça ou real, contra si próprio, contra outra pessoa, contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha probabilidade de resultar em injúria, morte, dano psicológico, privação ou prejuízos no desenvolvimento (KRUG et al, 2002, p.5).

O Ministério da Saúde (2001) aponta vários tipos de violência. A violência física, a psicológica, a sexual, negligência ou abandono, entre outras. Nesta pesquisa, aborda-se a violência doméstica que seria a agressão entre as pessoas que coabitam no mesmo domicílio, excluindo assim outras pessoas ligadas por afinidade à vítima, como vizinhos e colegas de trabalho (MOTA, 2007; SOARES, 1999).

Silva (2010) afirma que este tipo de violência está presente nas diversas regiões do Brasil e sua denominação passou a ser difundida para que pudesse ser falada e discutida, já que as estatísticas, segundo o autor, são extremamente elevadas. O alto índice de violência doméstica contra as mulheres não deixa dúvida sobre a necessidade de uma ação sistematizada, que deve ser feita a partir de mudanças de comportamento e atitudes da própria população frente à violência, bem como o reconhecimento dos direitos da mulher.

Portanto, pode-se analisar na literatura que as expressões violência doméstica, familiar ou intrafamiliar são utilizadas para caracterizar o mesmo fenômeno da violência contra o sexo feminino, ou seja, a violência de gênero contra a mulher (MOTA, 2007; SOARES, 1999; SCHARAIBER, 2000). Pensando nesta perspectiva, pode-se dizer que a violência de gênero é qualquer ato que resulte em dano físico ou emocional causado pelo poder de uma pessoa sobre a outra, baseado assim nas desigualdades de gênero, podendo estar presente em todas as relações humanas. Na maioria dos casos, o autor da violência é o homem e a mulher é a pessoa agredida (ALMEIDA; COSTA, 2002).

Indo mais além, o termo gênero transcende a questão do sexo oposto, e refere-se a comportamentos e papéis socialmente atribuídos. Foi usado primeiramente entre as feministas americanas que lutavam pela igualdade de direitos com relação aos homens. Nesta perspectiva, o termo gênero implica que as relações entre os sexos são necessariamente sociais (SCHARAIBER, 2000; SCOTT, 1989).

## **1.2 – A mulher e o gênero**

A questão de gênero e as atribuições destinadas às mulheres ao longo dos séculos ficam bem aparentes em nossa sociedade. Almeida e Costa (2002),

em seus trabalhos atuais, dizem que há fortes diferenças – físicas, biológicas e culturais – entre os valores socialmente atribuídos à mulher e ao homem. Para eles, desde criança aprendemos que os sexos têm diferentes papéis.

Os autores destacam, ainda, que os meninos geralmente são presenteados com caminhões, revólveres de brinquedo, bolas, enquanto as meninas ganham estojos com pentes e escovas, bonecas, casinhas, demarcando espaços e comportamentos para homens e mulheres. A maioria dos livros infantis apresentam os pais indo para o trabalho e as mães cuidando da casa e das crianças (SINGER, 1998). Cabe acrescentar que Bhona, Lourenço e Brum (2011) afirmam que, muitas vezes, a violência doméstica pode ocorrer por essas combinações socialmente demarcadas.

Ao longo do tempo, a mulher ocidental ocupou espaços e lugares diferentes do homem e continua sendo vista como responsável pela esfera doméstica, e muitas vezes como objeto sexual. Segundo Pinto e Tripiana (2011), vários fatores influenciaram no estabelecimento dessa hierarquia, argumentando que a própria religião teve papel fundamental, uma vez que relacionou a mulher à figura da Santa-mãe e todas as características atribuídas a ela (DEL PRIORE, 2009).

Os modelos sociais contribuíram para a opressão do sexo feminino e ainda hoje existe a valorização da força física masculina e a afirmação da condição feminina de reprodutora e cuidadora do ser humano. Para Sousa (2001), é provável que isso tenha em suas bases explicações biológicas, que reforçam as diferenças físicas entre homens e mulheres. Essa explicação, segundo o autor, gerou consequências sociais ao reservar para a mulher, no decorrer dos tempos, o segundo plano, enquanto o homem ocupou lugar de protagonista da história (SOUSA, 2001).

No período colonial, assuntos como política e economia eram tratados entre os homens, e as mulheres não podiam escolher seus maridos. Seus destinos eram traçados a partir de uma lógica masculina – imposta pelos pais, maridos e irmãos – e na organização de papéis, a elas cabia o desempenho das tarefas domésticas e cuidar dos filhos. A submissão ao marido era marcada pela mesma lógica patriarcal de obediência ao pai (ARAUJO, 2012; D'A. NETO, 1978). Segundo Sousa (2001),

A elas sempre foi conferido o papel de inferioridade e de fraqueza, restringindo sua atuação aos afazeres domésticos e cuidados com a prole, enquanto ao homem foi atribuído o papel de força, proteção e provisão em uma relação de superioridade hierárquica (p. 24).

Vale ressaltar as mudanças históricas que ocorreram durante os séculos. Segundo Mota (2004), a partir da metade do século XIX até o pós-guerra, o Brasil alterou seu cenário econômico e cultural consideravelmente. Como marco, pode-se destacar a industrialização e a urbanização, que alteraram a vida cotidiana, principalmente a das mulheres, que passaram cada vez mais a ocupar o espaço público, passando a trabalhar fora de casa, estudar e desempenhar outras atividades. De acordo com Sousa (2001),

a mulher tem alcançado papel significativo no seio da sociedade contemporânea, especialmente com direito e diversidade seu ingresso no mercado de trabalho e o seu acesso à formação universitária que proporcionaram uma revolução cultural na família e no ambiente doméstico, trazendo liberdade e colocando fim ao sexo com finalidade exclusiva de procriação (p. 41).

Os movimentos feministas, somados a outras transformações, contribuíram para que mudanças acontecessem e para que fossem pensadas políticas públicas voltadas para a violência contra as mulheres. O movimento feminista teve seu início na Europa e nos Estados Unidos, nas décadas de 60 e 70, e obteve grande repercussão no mundo, inclusive no Brasil, através de grupos que questionavam os códigos vigentes e voluntárias que começaram a evidenciar vários tipos de violência: maus tratos, estupro, incestos, violência e preconceito contra prostitutas, e infindáveis tipos de violação dos direitos humanos de mulheres e meninas. Esses crimes, que antes ficavam escondidos na e pela família, se tornaram públicos e as denúncias, inicialmente recebidas com muito descrédito pela mídia em geral, foram sendo reconhecidas como procedentes (BLAY, 2003). Sousa (2001) destaca que o

Movimento feminista brasileiro não visa competir ou combater o sexo oposto. Trata-se de uma consciência de classe que as integrantes do grupo pretendem difundir por todo o país, visando o combate à exploração da mulher numa perspectiva política (p. 23).

Essas transformações influenciaram no aumento do número de mulheres alfabetizadas, interferindo nas questões culturais, sociais e econômicas, já que foi alterado o *modus vivendi* de mulheres e homens. Essas mudanças foram influenciadas por comportamentos e valores vindos de outros países, que passaram a questionar os modelos patriarcais ainda fortemente mantidos (BLAY,



2003). Dentre essas alterações, pode-se destacar a discussão proposta por Araújo (2012) sobre o casamento das mulheres pertencentes às classes média e alta, dispondo que, decorrente da educação e do trabalho remunerado, as mulheres adquiriram maior “poder social e econômico” e assim passaram a protestar contra o poder dos homens na esfera privada e pública.

A partir desses avanços, houve a criação de várias delegacias de defesa da mulher e, segundo Blay (2003), as demandas de igualdade de gênero ficaram ainda mais evidenciadas na década de 90 com a criação do Conselho Estadual de Condição Feminina em São Paulo.

### **1.3 – Políticas públicas voltadas para a mulher e o trabalho do psicólogo**

No Brasil, várias políticas públicas voltadas para a proteção da mulher foram implantadas principalmente a partir da Constituição de 1988, considerada um divisor de águas que inaugurou um sistema baseado em valores universais de igualdade e que trouxe em seu texto um conjunto de ações e garantias afirmativas para a promoção dos direitos das mulheres. Além dela, pode-se citar a Organização Mundial de Saúde (OMS) que, em 1994, definiu oficialmente a violência contra a mulher como: “todo ato que produz dano físico, sexual ou psicológico a mulher, incluindo as conseqüências desses atos, a coerção, privação arbitrária da liberdade, independente se ocorre na instância pública ou privada” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 19).

Também é importante citar nessa trajetória a Lei n 10.778/03 de 2004, que passa a considerar a notificação dos casos de violência contra a mulher no Sistema Único de Saúde, fato que permitiu dimensionar a amplitude do problema, podendo, a partir daí, caracterizar as circunstâncias da violência, o perfil das vítimas e dos agressores, contribuindo para o desenvolvimento de políticas e atuações governamentais para enfrentamento da violência. A principal mudança é a inserção da notificação compulsória, pela qual todos os atos de violência passaram a ser notificados em delegacias (ALMEIDA; COSTA, 2002).

Vale ressaltar aqui a lei a Lei Maria da Penha (n. 11.940/06), promulgada em agosto de 2006. Nela, está disposto “o aumento do rigor nas punições contra agressões sofridas pelas mulheres no âmbito doméstico ou familiar” (SILVA, 2010, p. 566). Além disso, ela requer maior participação das mulheres nos espaços de poder e decisão como forma de garantir seus direitos e políticas públicas voltadas para melhor atendê-las. De acordo com Macedo (2011), para que a Lei Maria da Penha tenha efetividade, é necessária uma mudança no seio da sociedade, pois a cultura da violência está no coletivo.

Nessa trajetória, pode-se citar também o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), modelo institucional atual de

assistência no Brasil. O CREAS, conforme a Lei n. 12.435/2011, é uma unidade pública formada por uma equipe composta por coordenador, assistente social, psicólogo, advogado, profissionais de nível médio e superior, e auxiliar administrativo. Esse serviço é implantado de acordo com a demanda do município (MACEDO, 2011) e, por sua vez, é considerado a porta de entrada para proteção, procurando em suas ações enfrentar situações de risco e de vulnerabilidade social, atendendo principalmente famílias e indivíduos cujos direitos são violados de alguma forma. No entanto, as situações mais frequentes são a violência contra a mulher, abuso sexual na infância e violência contra o idoso, o que faz seus serviços serem respaldados por órgãos de garantia de direitos humanos como os conselhos tutelares e as delegacias especializadas, entre outros (BRASIL, 2011). Brasil (2011) descreve que as demandas acompanhadas

pelo CREAS são complexas, envolvem violações de direitos, e são permeadas por tensões familiares e comunitárias, podendo acarretar na fragilização ou até mesmo rupturas de vinculações. O desempenho do papel do CREAS exige, portanto, o desenvolvimento de intervenções mais complexas, as quais demandam conhecimentos e habilidades técnicas mais específicas por parte da equipe, além de ações integradas com a rede (p. 29).

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2010), o trabalho do psicólogo no CREAS, no que tange à violência doméstica contra a mulher, deve ter como frentes de trabalho atuar contra a baixa autoestima da mulher que vivencia a violência; desenvolver um trabalho em parceria com os serviços de saúde mental, assim como outros serviços públicos, a fim de atuar de forma mais ampla; e não desenvolver um trabalho baseado em julgamentos, mas sim entender o papel dessa mulher perante a sua família, bem como sua história de vida e aspectos socioeconômicos.

Dentro do CREAS, percebe-se também, segundo o CFP (2010), um grande número de encaminhamentos realizados pelos psicólogos para a psicoterapia individual ou familiar, além de aconselhamentos. A escuta ativa e o sigilo profissional, nesses casos, se tornam uma ferramenta importante e imprescindível. Além disso, a preocupação do profissional deve ser ligada à segurança física e psicológica da mulher e de seus filhos, bem como ter o propósito de conscientizá-la sobre suas decisões (ALMEIDA; COSTA, 2002). Por fim, é necessário dizer que ainda faltam políticas públicas voltadas para a mulher vítima de violência doméstica no Brasil, como também para o próprio CREAS que atende essas mulheres.

## II – Material e métodos

Foram analisados os documentos de oito mulheres, na faixa etária de 30 a 60 anos de idade, que procuraram o CREAS de uma cidade do interior da Zona da Mata Mineira para acolhimento psicológico e assistencial. Os dados analisados são referentes aos anos de 2010 a 2012 e foram colhidos no questionário socioeconômico respondido por mulheres vítimas de violência e no Plano de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (PIA), que contém os registros das mulheres atendidas pela psicóloga e assistente social do serviço.

A partir desses registros, foi traçado o perfil das mulheres que sofreram algum tipo de violência naquele município. Os documentos foram submetidos a uma análise documental e à análise do discurso (ROCHA-COUTINHO, 1998) a partir das seguintes categorias: organização familiar, uso de substâncias psicoativas por membros da família, fator socioeconômico, tipos de violência, e motivos de não permanência no serviço. A pesquisa aconteceu no mês de novembro de 2012.

## III – Discussão dos resultados

Como se pode observar no Gráfico 1, dos oito atendimentos analisados, três (37,5%) mulheres possuíam mais de 50 anos de idade. Em pesquisa realizada por Silva (2003), na cidade de Salvador (BA), em um serviço de urgência e emergência, das 701 mulheres, a maioria apresentava idade acima de 40 anos. Na revisão de literatura desta pesquisa, observou-se que esses dados podem variar de acordo com a região e o número de mulheres analisadas. Diante da análise de referenciais teóricos, a maior prevalência de mulheres vítimas de violência doméstica se encontra na faixa etária acima de 30 anos (SILVA, 2003).

Com relação ao grau de instrução (Gráfico 2), dos oito casos analisados, sete (87,5%) afirmaram ter o ensino fundamental incompleto. Pesquisa realizada no Sul do Brasil, em um centro de atenção, também constatou que a maioria das mulheres não havia concluído o ensino fundamental, podendo ter como justificativa para tal o comprometimento dessas mulheres com afazeres domésticos, a não valorização do término dos estudos, ou até mesmo a oposição que muitos companheiros fazem quanto a mulher sair de casa para estudar (GALVÃO; ANDRADE, 2004).

No que se refere à situação ocupacional dessas mulheres, cinco (62,5%) relataram ser donas de casa, característica comum encontrada em outras pesquisas. Segundo Deslandes (1999), em uma pesquisa realizada com mulheres atendidas em hospitais públicos do Rio de Janeiro, deparou-se com o fato de a

maioria das mulheres (39,3%) trabalharem em casa, ou seja, dependerem financeiramente do parceiro ou de outras pessoas (Gráfico 3).

Dados referentes ao estado civil, apontaram que 50% eram casadas (Gráfico 4), índice confirmado pela maior parte das pesquisas realizadas no Brasil. Pesquisa desenvolvida em Curitiba por Galvão e Andrade (2004), já citada anteriormente, indicou a maioria das mulheres (47,2%) como casadas. Outro fator que é importante é o tipo de chefia familiar, que na maior parte dos casos é masculina (Gráfico 5). Segundo Galvão e Andrade (2004), a dependência financeira da mulher contribui para que a violência se instaure.

Percebeu-se, no decorrer da revisão bibliográfica e a partir dos dados fornecidos pelo Plano de Atendimento Individual as Mulheres Vítimas de Violência (PIA), que as mulheres que sofreram violência doméstica pertencem a diferentes sistemas familiares, sendo portanto importante destacar as diferenças e também as semelhanças dos casos atendidos. Para tal, criaram-se categorias para analisar o material encontrado nos registros das profissionais: organização familiar, uso de substâncias psicoativas por membros da família, fator socioeconômico, tipos de violência, e motivo da não permanência no serviço.

### **3.1 – Organização familiar**

Os principais arranjos encontrados foram famílias nucleares e reconstituídas. Das oito mulheres analisadas, cinco (65,5%) responderam que pertencem a famílias nucleares, formadas por dois adultos e um ou mais filhos, biologicamente ligados aos pais; e três (37,5%) pertencem a famílias reconstituídas, formadas por dois adultos, porém com um ou mais filhos ligados biologicamente a apenas um dos membros do casal (TRAVIS, 2003; ARAUJO, 2012), surgindo papéis como padrastos, enteados, e madrastas, sendo essa uma formação familiar em plena expansão no Brasil, segundo Travis (2003).

De acordo com pesquisa realizada por Rabello e Júnior (2007), as famílias nucleares, apresentaram cinco vezes mais chances de a mulher ser vítima de violência, quando comparadas às famílias reconstituídas. Esse resultado aponta para a hipótese de as famílias reconstituídas inibirem a ocorrência de agressões físicas, pelo fato de existir a interferência de membros que não possuem vínculos consanguíneos. Também evidencia-se um índice grande de mulheres agredidas por ex-parceiros, muitas vezes, segundo Travis (2003), por causa de rompimento da relação por parte da mulher, que passa a ser perseguida e ameaçada.

### **3.2 – O uso de substâncias psicoativas por membros da família**

Pesquisa realizada em João Pessoa (PB), por Rabello e Júnior (2007), cuja amostra era constituída por 260 mulheres – 130 agredidas e 130 não agredidas

–, apontou que as famílias das mulheres agredidas tinham maior frequência de membros usuários de drogas (90,8%) quando comparadas as não agredidas.

Nos dados fornecidos pelo PIA (Plano de Atendimento Individual), dos oito atendimentos realizados, cinco (62,5%) mulheres confirmaram que possuíam problemas com drogas em casa, sendo que quatro (50%) disseram ser o álcool o maior agravante da violência doméstica e uma (12,5%) relatou ser o uso de outras drogas, como o crack. Apenas três (37,5%) destacaram que ninguém da família utilizava substâncias psicoativas.

[...] O marido toma remédio controlado e faz uso de álcool, ficando agressivo, batendo na esposa e filhos. Está casada há mais de 10 anos com o mesmo homem e diz sofrer violência há muito tempo (Caso 1).

[...] O marido ameaça os filhos, este bebe de vez em quando e fica nervoso, por isso a agride, diz que apesar disso gosta do marido, pois quando não bebe ele a trata bem e aos filhos (Caso 2).

[...] O ex-marido é usuário de crack e esse foi o motivo da separação, mas esse continua fazendo ameaças à mulher (Caso 3).

Nessa perspectiva, os autores Rabello e Júnior (2007) destacam que a violência doméstica contra a mulher ocorre muitas vezes devido ao alto consumo de álcool pelos agressores. Além disso, segundo estudos de Meneguel et al. (2000 apud RABELLO; C. JÚNIOR, 2007), apesar de muitos usarem maconha ou crack, o álcool parece ser a droga mais nociva ao funcionamento familiar, pois, por ser aceito socialmente, passa a ser consumido em grandes quantidades, principalmente pelos homens.

### **3.3 – O fator socioeconômico**

É relevante destacar a condição socioeconômica das mulheres envolvidas nos casos de violência doméstica. Das oito mulheres atendidas, somente três (37,5%) recebem mais de um salário mínimo; quatro (50%) recebem menos de um salário mínimo; e apenas uma (12,5%) recebe um salário.

De acordo com Rabello e C. Júnior (2007), o fator renda pode interferir diretamente para que a violência aconteça, assim como o nível de escolaridade.

Autores como Giffin (2002) relacionam a violência com o desemprego, já que esse pode, em alguns casos, desestabilizar a identidade masculina, o que faz com que alguns transfiram essa questão em forma de violência para as suas parceiras. Vale destacar que, embora alguns autores relacionem a pobreza à violência doméstica contra a mulher, esta também está inserida em classes médias e altas. Adeodato et al. (2005) relatam que famílias de maior poder aquisitivo dispõem de recursos políticos e econômicos para, em muitos casos, ocultar a violência doméstica, surgindo, então, uma alteração nos dados de violência registrados.

### 3.4 – Os tipos de violência

O tipo de violência mais frequente diante dos dados analisados é a física, compreendendo quatro (50%) dos atendimentos feitos, seguida pela violência física associada à psicológica e sexual, mencionada por três (37,5%) mulheres. Por último, a violência psicológica, relatada por uma (12,5%) mulher. Assim, pode-se observar através dos registros das profissionais:

[...] Esta sofre de violência física com socos e chutes desde a gestação, o namorado não aceitava a gravidez e começou a bater na ex-namorada como forma de puni-la, diz ela que sofre essas ameaças desde que se separou (Caso 4).

[...] Diz sofrer agressão e ameaças há mais de 13 anos, por conta do ciúme do esposo. Os filhos também sofrem agressão física do pai (Caso 5).

[...] O marido tentou matá-la a machadadas e os filhos viram toda a agressão. E quando o marido fica agressivo, a violenta também sexualmente, esta recusa, mas tem que fazer sexo com marido se não ele bate nela (Caso 6).

Os casos de violência podem ser de ordem física e ou moral. Segundo Narvaz e Koller (2006), são considerados atos de violência física tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, entre outras formas de agressão. A violência conjugal, entendida como a violência cometida pelo parceiro íntimo dentro de uma relação afetiva, pode acontecer tanto no espaço doméstico como no espaço urbano, e ter caráter físico, sexual e emocional. Vários autores também consideram a violência conjugal como uma forma de violência de gênero.

### 3.5 – Motivo da não permanência no serviço

Dos oito atendimentos analisados, observou-se que quatro mulheres (50%) procuraram o serviço por encaminhamento e a outra metade (50%) por vontade própria. Nenhuma das oito mulheres permaneceram em atendimento, de acordo com os relatos das profissionais.

[...] Porém viu que de certa forma está tudo bem, não procurou mais o serviço, desde o primeiro acolhimento (Caso 1).

[...] Ao ver que a situação em casa estava controlada e que o marido prometeu mudar, não procurou mais o serviço (Caso 2).

[...] Esta ficou em acompanhamento no serviço mais ou menos 1 mês e depois não voltou mais para os atendimentos (Caso 4).

[...] Também não voltou mais no serviço depois do acolhimento. O Conselho Tutelar fez visita domiciliar e esta diz estar bem (Caso 5).

[...] Procurou a polícia militar e fez um BO do marido. Este prometeu mudar com medo de ser preso, esta não voltou mais aos atendimentos (Caso 6).

Segundo Narvaz e Koller (2006), muitas mulheres não permanecem por vergonha da violência sofrida, o que dificulta a busca pelo suporte psicológico. Investigações (CARDOSO, 1997 apud NARVAZ; KOLLER, 2006) revelam que muitas mulheres abandonam o suporte psicológico e permanecem nas relações abusivas para manter a família unida, por acharem que o parceiro irá mudar, ou com medo de ameaças contra os filhos. Estudos (CAMARGO, 1998; CARRASCO, 2003; CECCONELLO, 2003; MENEGUEL et al., 2003 apud NARVAZ; KOLLER, 2006) demonstram que muitas dessas mulheres agredidas por seus companheiros, mesmo após tentativas de separação, voltam a conviver com os mesmos.

Além disso, é preciso destacar as dificuldades que o próprio CREAS encontra para realizar esses atendimentos de forma eficaz, já que os problemas vão desde a estrutura física muitas vezes inadequada até a falta de preparo por

parte dos profissionais que atendem essas mulheres. O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2010) revela que a mulher pode ser “revitimizada dentro da própria instituição por conta do preconceito” e de uma equipe despreparada que julga a mulher culpada ou conivente com a sua agressão.

#### IV – Considerações finais

Nesta pesquisa, constatou-se que as mulheres que sofreram violência doméstica encontram-se numa faixa etária mais elevada, possuem um grau de escolaridade baixa, em sua maior parte são donas de casa, casadas, e vivem em famílias chefiadas por homens. A maior parte pertence a famílias nucleares, mas reconheceram-se também famílias reconstituídas. Nos dois tipos de família, a maior parte é assalariada. O uso de substância psicoativa foi apontado como fator que intensifica a violência familiar e o tipo mais prevalente de violência foi a física, podendo vir associada à psicológica e ou sexual.

Na construção deste estudo, percebeu-se que, apesar da existência de avanços nas políticas sociais que garantem os direitos das mulheres, ainda há muito que ser feito, pois existem muitos casos de agressão doméstica, o que nos faz indagar se todas as políticas sociais estão sendo praticadas de forma efetiva no combate a esse tipo de violência.

A atuação do psicólogo, portanto, não deve se limitar aos momentos de crise, quando o fenômeno da violência já ocorreu ou está acontecendo, pois a perspectiva de resultados positivos é muito baixa. O ideal é que, além dos atendimentos realizados, haja intervenções numa perspectiva preventiva.

#### Referências

ADEODATO, V. G. et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista Saúde Pública**, vol. 39, n.1, p.108-113, 2005. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CD0QFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Frspp%2Fv39n1%2F14.pdf&ei=zNwoUqHLLoXc9ASFplCADg&usg=AFQjCNF45xcswLb94oFVTxllbyeXYDDBYg>>. Acesso em: jan. 2013.

ALMEIDA, M. G.; COSTA, N. F. P. **Protocolo de assistência à saúde sexual e reprodutiva para mulheres em situação de violência de gênero**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: BEMFAM, 2002. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ProtocoloAtitude.pdf>>. Acesso em: dez. 2012.



ARAÚJO, S. N. **Famílias recasadas**: uma leitura das vivências familiares sob o enfoque da teoria sistêmica. 2012. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) – Faculdade de Minas, FAMINAS, Muriaé, 2012.

BHONA F. M. C.; LOURENÇO L. M.; BRUM, C. R. S. Violência doméstica e adolescência: levantamento bibliométrico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, n.1, p. 87-100, 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672011000100010&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672011000100010&script=sci_arttext)>. Acesso em: mar. 2013.

BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, set./dez. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006)>. Acesso em: out. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fbvsms.saude.gov.br%2Fbvs%2Fpublicacoes%2Fcd05\\_19.pdf&ei=S\\_uQoUraQHPO49gTGvoGIAQ&usq=AFQjCNGBK6JowCERlyhd-VY3PdJSPuEw&bvm=bv.51773540,d.eWU](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fbvsms.saude.gov.br%2Fbvs%2Fpublicacoes%2Fcd05_19.pdf&ei=S_uQoUraQHPO49gTGvoGIAQ&usq=AFQjCNGBK6JowCERlyhd-VY3PdJSPuEw&bvm=bv.51773540,d.eWU)>. Acesso em: jul. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Práticas profissionais dos(as) psicólogos(as) nos programas de atenção às mulheres em situação de violência**. Brasília: CFP, 2010.

DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. São Paulo: UNESP, 2009.

DESLANDES, S. F. O atendimento às vítimas de violência na emergência: “prevenção numa hora dessas?”. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 81-94, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81231999000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100007)>. Acesso em: maio 2013.

GALVÃO, F. E.; ANDRADE, S. M. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 89-99, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/09.pdf>>. Acesso em: jun. 2013.

GIFFIN, K. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18 (Suplemento), p.103-112, 2002. Disponível em: <<http://br.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13797103>>. Acesso em: dez. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KRUNG, E. G. et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Organização Mundial da Saúde, Genebra, 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/98356513/Relatorio-Oms-de-Violencia>>. Acesso em: dez. 2012.

LABROCINI, M. L et al. Perfil da violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 1, p. 126-133, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n1/a18v44n1.pdf>>. Acesso em: set. 2013.

MACEDO, P. J. O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos? **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 479-489, jul./set. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722011000300015&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722011000300015&script=sci_arttext)>. Acesso em: maio 2013.

MOTA, J. C. **Violência contra mulher praticada pelo parceiro íntimo: estudo em um serviço de atenção especializado**. 2004. 92 f. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia na área de Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://arca.icict.fiocruz.br/bitstream/icict/4914/2/726.pdf>>. Acesso em: out. 2012>.

MOTA, J. Análise de correspondência como estratégia para descrição do perfil da mulher vítima do parceiro atendida em serviço especializado. **Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 799-809, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n3/30.pdf>>. Acesso em: dez. 2012.

NARVAZ, G. M.; KOLLER, H. S. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, v. 37, n. 1, p. 7-13, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1405/1105>>. Acesso em: mar. 2013.

NETO, M. I. D'A. **O Autoritarismo e a mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1978.

PINTO, T. C. P.; TRIPIANA, N. R. Do papel da mulher na sociedade contemporânea a necessidade de manutenção as ações afirmativas nos casos de violência doméstica contra a mulher. **Direito e Diversidade**, p. 29-34, 2011. Disponível em: <[http://facha.edu.br/dmdocuments/direito1\\_ARTIGO5.pdf](http://facha.edu.br/dmdocuments/direito1_ARTIGO5.pdf)>. Acesso em: out. 2012.

RABELLO, M. P; JÚNIOR, C. F. A. Violência contra a mulher, coesão familiar e drogas. **Rev. Saúde Pública**, v. 41, n. 6, p. 970-978, 2007 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n6/5848.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

RODRIGUES, A. **Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1933.

SCHARAIBER, L. B. A violência contra mulheres: demandas espontâneas e busca ativa em unidade básica de saúde., **Saúde e Sociedade**, v. 9, n. 1/2, p. 3-15, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v9n1-2/02.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

SCHMIDT, M. F. **Nova história crítica**. São Paulo: Nova Geração, 1999.

SCOTT, J. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1989. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod\\_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: jun. 2013.

SILVA, S. G. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 556-571, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n3/v30n3a09.pdf>>. Acesso em: jul. 2013.

SILVA, I. V. Violência contra mulheres: a experiência de usuárias de um serviço de urgência e emergência de Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19 (Supl. 2), p. S263-S272, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a08v19s2.pdf>>. Acesso em: maio 2013.

SINGER, P. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SOARES, B. H. **Mulheres invisíveis**: violência conjugal e novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOUSA, N. Mulheres em movimento. **Revista Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jul. 2001. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300876061\\_ARQUIVO\\_Mulheresemmovimento.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300876061_ARQUIVO_Mulheresemmovimento.pdf)>. Acesso em: out. 2012.

TRAVIS, S. Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento. 2003. 138 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://planck.lambda.ele.puc-rio.br/3651/3651.PDF>>. Acesso em: maio 2013.



## **Normas técnico-editoriais para submissão de artigos à Revista Científica da FAMINAS**

### **1 – Contato**

- a) Artigos devem ser entregues na Editora FAMINAS ou enviados pelos Correios para: Faculdade de Minas (FAMINAS) – Editora FAMINAS – Av. Cristiano Ferreira Varella, 655 (Bairro Universitário) – CEP: 36880-000 – Muriaé, MG.
- b) Quaisquer dúvidas: [editora@faminas.edu.br](mailto:editora@faminas.edu.br).

### **2 – Normas técnicas para submissão de artigos**

- a) Os artigos devem ser entregues ou enviados em CD-R, no formato Microsoft Word.
- b) Também deve ser entregue ou enviada (uma) cópia impressa do artigo, contendo a assinatura e rubrica do autor na primeira página e a rubrica em todas as páginas.
- c) Cada artigo deverá conter no máximo 20 páginas, com a seguinte formatação:
  - Tamanho do papel: A4.
  - Configuração de página: superior, 2 cm; inferior, 2 cm; esquerda, 3 cm; direita, 2 cm.
  - Fonte: Times New Roman, corpo (tamanho) 12, e espaço duplo entre as linhas.
- d) Os artigos deverão ser enviados com a devida correção ortográfica.
- e) As notas e as referências bibliográficas deverão estar em acordo com as normas da ABNT.
- f) Enviar junto com o artigo, em formulário próprio (encontrado no site da FAMINAS), a autorização para a publicação do artigo, bem como o endereço completo e dados solicitados dos articulistas.

- g) Figuras, gráficos e tabelas devem ser numerados.
- h) Quaisquer imagens, gráficos ou similares inseridos nos artigos deverão também ser enviados separadamente, no seu programa original.

### 3 – Normas editoriais para submissão de artigos

- a) Os artigos, publicados ou não, não serão devolvidos.
- b) Os autores cujos textos forem aprovados para publicação receberão um exemplar da edição em que o material foi publicado.
- c) Cabe ao Conselho Editorial a decisão de publicar ou não os trabalhos recebidos.

### 4 – Estrutura do artigo

- a) **Título do artigo:** Deve ser claro e objetivo, podendo ser completado por um subtítulo. Deve ser escrito em português, espanhol e inglês.
- b) **Nome, titulação e funções acadêmicas do(s) autor(es):** Indicar o nome por extenso, a titulação acadêmica e as credenciais (referentes ao assunto do artigo) do autor.
- c) **E-mail do autor principal.**
- d) **Resumo e palavras-chaves em português:** O resumo deverá conter até cem palavras e estar acompanhado de 3 (três) a 5 (cinco) palavras significativas do conteúdo do artigo.
- e) **Resumo e palavras-chaves em espanhol:** Correspondente ao em português (se o autor não enviar o resumen, ele será feito pela Editora a partir do resumo).
- f) **Resumo e palavras-chaves em inglês:** Correspondente ao em português (se o autor não enviar o abstract, ele será feito pela Editora a partir do resumo).
- g) **Agradecimento(s) de caráter acadêmico:** Opcional. Texto conciso e que seja realmente indispensável.
- h) **Corpo do texto:** Geralmente contém três partes básicas: introdução, desenvolvimento e considerações finais.

- **Introdução:** “exposição breve do tema tratado, apresentando-o de maneira geral e relacionando a literatura consultada com o assunto do artigo. A introdução deve expor preliminarmente o tema; apresentar definições, conceituações, pontos de vista e abordagens; justificativa da escolha do tema; objetivos e plano adotado para o desenvolvimento da pesquisa ou do estudo; deve situar o problema da pesquisa no contexto geral da área e indicar os pressupostos necessários à sua compreensão. Não se aconselha a inclusão de ilustrações, tabelas e gráficos na introdução”.
- **Revisão de literatura:** “pode ser incluída na introdução ou apresentada separadamente. Deve citar textos que tenham embasado o desenvolvimento do trabalho. A revisão da literatura citada deve ser apresentada preferencialmente em ordem cronológica, conforme evolução do assunto, observando-se as normas para citação no texto”.
- **Desenvolvimento:** “núcleo do trabalho em que o autor expõe, explica e demonstra o assunto em todos os seus aspectos. Deve-se adotar o sistema de numeração progressiva para a divisão do tema. Para relatos de pesquisa, o artigo pode apresentar a seguinte subdivisão:
  - Material e métodos (metodologia):** “descrição do material e dos métodos para o desenvolvimento da pesquisa e indicação breve das técnicas e processos utilizados na investigação. Modelos de questionários, entrevistas ou qualquer outro material complementar usado na pesquisa devem ser apresentados em anexo”;
  - Resultados e discussão:** “este item visa discutir, confirmar ou negar hipóteses e/ou confirmar resultados da pesquisa indicados anteriormente na introdução. Expõe de forma detalhada, racional, objetiva e clara o resultado da pesquisa, permitindo ao leitor completa assimilação da investigação realizada. Dependendo do estilo do autor ou da necessidade, o item ‘discussão’ pode ser apresentado separadamente dos resultados”.
- **Considerações finais:** “é a parte final do trabalho e deve incluir, antes de tudo, uma resposta para a problemática do tema proposto na introdução. É uma decorrência lógica e natural de tudo que a precede. Deve ser breve, concisa e referir-se às hipóteses levantadas e discutidas anteriormente. O autor pode expor seu ponto de vista

com base nos resultados que avaliou e interpretou. Esse item pode incluir também recomendações e/ou sugestões de outras pesquisas na área”.

- i) **Notas:** Devem ser colocadas em rodapé. Além das usuais, a primeira página do artigo poderá conter as seguintes notas:
  - quando for material elaborado sob orientação, citar nome e titulação do professor orientador e do co-orientador, quando houver;
  - caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, mencionar seu nome.
- j) **Anexos e/ou apêndices:** “Constituindo-se de material complementar ao texto, devem ser incluídos somente quando imprescindíveis à sua compreensão”.
- k) **Referências bibliográficas:** Relação das fontes utilizadas pelo autor, de acordo com as normas da ABNT.